

Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação

MARCELO RITO

O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana

São Paulo
2009

MARCELO RITO

O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação
Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.046
R611a

Rito, Marcelo

O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana/Marcelo Rito; orientação Julio Groppa Aquino. São Paulo: s.n., 2009. 104 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1.Foucault, Michel, 1826-1984 2.História da educação 3.Agenciamentos psi 4.Governamentalidade 5.Fracasso escolar 6.Aluno-problema 7.Transtorno escolar 8.Biopolítica I. Aquino, Julio Groppa, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcelo Rito

O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Educação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Apreendi a sorrir com ela, tornei-me um esmeraldino apaixonado e leio por sua direta intervenção. Agradeço à minha mãe.

Ele me fez objeto de sua mais profunda admiração. Conheço o significado da palavra carinho por conviver com ele. Agradeço a meu irmão e, por conseguinte, às suas gatas.

Sou infinitamente grato aos meus alunos. Escuso-me se não consegui afastá-los com a presteza devida dos criadores de problemas atuantes nas escolas pelas quais passei.

Nomeio meus companheiros de leitura/escrita: Adélia, Carlos Manoel, Carlos Rubens, Cintya, Cláudia, Danilo, Fábio, Gisela, Lua, Mônica, Sandra e Thomas. Além da turma do educação porvir com o frenesi de pensamentos que sua lembrança evoca. Todos ainda esperando a maturação do Cambuci.

Saúdo ao idealizador do porvir; ao seu esmero e dedicação; à sua generosa guarida intelectual. Agradeço a ti, querido Julio, pelas noites em vigília, pelos inadiáveis recomeços e pelo cáustico comprometimento público. Tua obra, tuas aulas e teus pensamentos não foram qualquer coisa, tenha certeza.

Na figura de meu orientador, agradeço a todos os meus professores, particularmente a Izabel Galvão que abraçou minha revolta e impulsionou minhas reflexões para além da mera queixa cotidiana.

Agradeço à banca formada por Adriana Marcondes Machado e Cecília Hanna Mate. Suas contribuições geraram o incômodo necessário à guinada do enfoque de pesquisa. A gentileza com que fui tratado na ocasião do exame de qualificação foi inestimável.

Agradeço também ao professor Jorge Ramos do Ó pela sua nobreza no trato com os assuntos escolares.

Também agradeço ao amigo Alexandre Fidelis, pela paciência nos embates à varanda. Ao camarada Alexandre Ribeiro por compartilhar os sonhos de intelectualidade. À Sílvia, leitora/companheira de labuta contra a privatização do nosso ofício. Ao Paulo Tadeu, um modelo e um apoiador. À Eliane, ao Carlos, à Beth e à Rosana, torcedores parciais e dedicados.

Saúdo às minhas meninas Ana Luiza e Mariana, razão de todo esse trabalho.

Por fim, à intervenção, à admiração, ao carinho, à dedicação, à generosidade, ao abraço, à gentileza, à paciência, ao apoio que, regados com um profundo amor me ofereceu a minha luminosa Lucíola.

RESUMO

Nesse trabalho, o tema do fracasso escolar sofre uma abordagem foucaultiana. Ele é analisado a partir dos efeitos de poder que produz. O referencial teórico impõe à pesquisa a busca por enunciados proferidos por personagens sociais capazes de conduzir condutas de outrem. O corpo documental coletado refere-se a laudos de avaliações aplicadas por clínicas de atendimento psicopedagógico de viés notadamente psiquiátrico. Sobre essa base empírica, especula-se que as similitudes entre os diversos relatórios insinuam a instalação de um regime de verdade em torno de um sujeito, qual seja: o aluno transtornado. Destrinchando a lógica discursiva dessas avaliações diagnósticas, a dissertação sugere que o escolar deficitário produzido por essas testagens é uma recorrência do progresso aluno-problema constituído pelas narrativas de Artur Ramos na década de trinta do século XX. Supõe-se que as aproximações entre o transtornado dos laudos e o problemático de Artur Ramos apontam para técnicas de governo aplicadas com fito a disciplinar educandos. Decorre dessa suposição a análise a respeito do mecanismo pelo qual opera a dita governamentalidade. Nesse percurso, aventa-se que ela instiga a práticas de auto-governo. Tais ações são escavadas em textos historiográficos dedicados a estudar a conexão entre as medidas estatais dirigidas à população e as intervenções públicas voltadas aos corpos dos indivíduos. A hipótese desse trabalho alega que os saberes psi tiveram suma importância para viabilizar a efetiva transferência dos ideais de normalidade cancelados pelo Estado nos comportamentos dos indivíduos. Considera-se, atualmente, que tais saberes tornaram-se fundamentais, pois permitem a sondagem da alma e, por conseguinte, a condução das interioridades com base na norma aferida nos exames aplicados pelos biotécnicos. Nesse grupo social detecta-se, com base nas pesquisas de Lucien Sfez sobre a biotecnologia na contemporaneidade, a imersão de muitos de seus agentes em uma nova utopia definida pelo autor como uma Utopia da Saúde Perfeita. Nela compõem definições que apontam para a formação de bioidentidades. Estas operariam no sentido de atrelar cada qual a seu corpo. Assim fazendo, tais verdades produzidas no ambiente laboratorial viabilizariam a redução da vida a um fato biológico. A pesquisa que aqui se sintetiza visa, por fim, atrelar os saberes performativos do aluno-problema às estratégias da biopolítica. Assim, imagina-se a escola como espaço privilegiado para a disseminação de agentes biopolíticos, ou seja, atores competentes para aplicar técnicas de governo sobre todo o alunado por meio da promoção da livre busca pelas interioridades auto-governáveis.

Palavras-chave: Michel Foucault, fracasso escolar, história da educação, aluno inadapado, psicologia educacional, transtornos cognitivos, governamentalidade.

ABSTRACT

In this work, the subject of school failure follows a Foucaultian approach. The school failure is analyzed from the power effects that it produces. The theoretical referential imposes the search for statements pronounced by social personages capable of driving the behavior of others. The documental corpus so gathered refers to the evaluation reports applied by psychopedagogic treatment clinics with a noticeable psychiatric bias. From this empirical basis, it is supposed that the similarities between the various reports suggest the setting of a system of truth around the individual, that is, the upset pupil. By explaining the discursive logic of these diagnostic evaluations, this essay suggests that the deficitary student coming up from these tests is, in fact, the return of the former problem pupil constituted by the narratives of Arthur Ramos in the thirties of the twentieth century. It is assumed that the approaches between the upset individual from the reports and the disturbed one of Arthur Ramos point out to the government techniques that were applied in order to correct pupils. Such a hypothesis leads to the analysis concerning the mechanism by which the so-called governmentability operates. Hence, it is supposed that it brings about auto-government practices. Such actions were investigated from historiographic texts committed to the study on the connection between the state procedures intended for the population and the public interventions intended for the bodies of the individuals. The hypothesis of this work asserts that the "psy" knowledges have had a great relevance in making possible the effective transference of the ideals of normality for the individuals behaviors, which was approved by the State. Presently, this kind of knowledge is considered essential, because it allows the assessment of the soul, therefore, the control of the interiorities on the basis of the standard estimated in the exams applied by the biotechnicians. In this social group, it was verified, based on the research by Lucien Sfez on biotechnology in the contemporaneity, the immersion of many of its agents in a new utopia, defined by the author as the Utopia of the Perfect Health. It brings definitions that point out to the development of bioidentities. These ones would operate in order to link each one to his/her own body. Thus, such truths, produced in the lab environment, would make possible to reduce life to a biological fact. Finally, the research, here summarize aims at linking performative knowledges of problem pupil to the strategies of the biopolitics. Therefore, school is seen as privileged place to propagate biopolitical agents, that is, competent actors capable of applying government techniques to the whole group of students, by means of promoting the free search for auto-governed interiorities.

Keywords: Michel Foucault, school failure, education history, non-adjusted pupil, educational psychology, cognitive disturbances, governmentability.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABD: Associação Brasileira de Dislexia

CID: Classificação Internacional de Doenças

DSM-IV: Manual de Estatística e Diagnóstico da Associação Médica Americana, 4ª versão

TDA: Transtorno do Déficit de Atenção

TDA/H: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

1 Apresentação	11
1.1. População, Estado e governamentalidade.....	13
2. População, normalização e escola moderna	21
2.1. Brasil: cidade, modernização e saúde.....	23
2.2. Medicina social: a emergência de um saber normativo.....	26
2.3. Escola reformada e a São Paulo industrial.....	33
3. A Psicologia e as estratégias biopolíticas	39
3.1. Lourenço Filho e o governo do alunado na escola moderna.....	43
3.2. A psicologia e a criação de um espaço interno manipulável.....	49
4. Higiene Mental, aluno-problema e os regimes de verdade em torno da inadequação escolar	54
4.1. O aluno-problema de Artur Ramos.....	56
4.2. Sociedade disciplinar examinatória.....	62
5. O disléxico e o desatento: alunos-problema na atualidade: configuração de um regime de verdade	67
5.1. Dez casos de transtornos na atenção e na escrita.....	75
5.1.1. Redimensionando o comportamento: o caso D.....	76
5.1.2. Uma desatenta cordata: o caso da curta atenção de L.....	79
5.1.3. O caso Lu, um ansioso fóbico.....	80
5.1.4. O caso T.: imatura, desatenta, desinibida, quieta e disléxica.....	80
5.1.5. O caso Lo: inconstante, superficial e arredia.....	83
5.1.6. O caso A.: retraída, covarde e insuficiente.....	84
5.1.7. O caso N.: o treinamento de audição	85
5.1.8. Um caso limítrofe: B. e sua percepção do outro.....	86
5.1.9. O caso J.: transtorno na leitura e escrita.....	87
5.1.10. Ocaso e síntese: os relatórios sobre Rá.....	89
6. Conclusão	92
7. Fontes	102
8. Bibliografia Consultada	103

“Mas a verdade, meu amor, mora num poço,
é Pilatos lá na Bíblia quem nos diz
que também faleceu, por ter pescoço, o infeliz
autor da Guilhotina de Paris”.

Noel Rosa

1. Apresentação

Monsieur Guillotin nasceu em 1738 e foi o responsável por introduzir na Revolução Francesa um método já conhecido para a execução pública. Ele afirmava ser essa uma morte mais humana. Os conhecedores diziam que, ao passar a lâmina pelo pescoço, a sensação era de frescor, não havendo dor, pois rapidamente as ligações nervosas com o cérebro eram rompidas. Alguns asseguravam que a última imagem ainda podia ser registrada pelo nervo ótico.

A França executou o último condenado à guilhotina em 10 de Setembro de 1977. Tratava-se de Hamida Djandoubi, acusado de torturar e matar uma mulher de 21 anos.

Como na estripulia de Frankenstein, o doutor Guillotin, assim como o criador do monstruoso experimento, ambos tiveram suas mortes em função de suas criações. Incontestável injustiça aos olhos dos dois, uma vez que seus inventos visavam à promoção do bem-estar para os homens.

Bem-estar, saúde e qualidade de vida são pretensões incontestáveis a quem percorre as teias do convívio contemporâneo e, em todas elas, parece haver relação direta com os enunciados científicos. No universo da ciência, a cada momento novas criações emergem e caleidoscópios de proposições irrompem em cadeias sonoras, visuais e arquitetônicas, todas cruzando o espaço da cidade, berço e lar escolhido pela modernidade científica.

É inegável que ela não poderia ter nascido no campo. Lá se produziram muita música, delirantes danças, complexas engenhocas, violentos animais de guerra. Mas, certamente, o pensamento científico, tal qual o conhecemos hoje, não é um fenômeno rural.

A urbanidade pós-clássica que Michel Foucault considerou conseguinte aos 1850, sob o signo da vinculação da ciência ao bem-estar, matematizou a música, regulamentou as danças, virtualizou os inventos, condicionou os animais e escolarizou as crianças. Além disso, aquilo que se costumou chamar nos séculos XVII e XVIII, de catequese nada mais foi que a ante-sala do que os modernos viriam a chamar de educação escolar.

Chegamos ao cerne desse estudo: a escola de massa. Para os autores de referência, trata-se de uma invenção do século XIX que apenas o burburinho da cidade dessa época poderia produzir, uma vez que ela se convertera no espaço privilegiado para atuação dos governantes.

Governamentalidade, tal como Foucault chamou a condução da vida de outrem por alguém prévia e cientificamente preparado para isso, é também fenômeno urbano, portanto, emergência de condições históricas específicas. No bojo dos mecanismos de governo, a escola e sua potência de ensinar ganharam destaque por tornar mais eficazes as tentativas de submeter a conduta de uns às ações planejadas por outros.

Planejamento, ensino, governo, cidade, ciência, escola e seus aliados são elementos que vicejam na contemporaneidade. A atualidade, ponto de partida e de chegada de qualquer história, será tomada nesse trabalho como um tempo cravejado dessas ações.

Dito comum entre os estudiosos da educação: sua história contém o inevitável compromisso público. Também se diz que a educação contém um perfil francamente prático, afinal, seus exercícios podem treinar para diversos comportamentos.

Além do adestramento e da resistência aos poderes instituídos, a educação pode também arvorar-se à condição de produtora de conhecimento, agente de cultura, garantidora de ascensão social.

No ato educativo subjazem possibilidades infinitas de conduzir condutas, no entanto, sua mais refinada feição comparece em sua potência subjetivante.

Criar sujeitos, eis o que a escola faz desde quando ela foi inventada. Essa pesquisa visa especular sobre o funcionamento de um sujeito escolar, em específico: o aluno-problema.

A razão dessa escolha atende a numerosos motivos. Nesse primeiro momento, justificaremos a opção apresentando o ofício do pesquisador. Quinze anos de magistério em instituições particulares de São Paulo serviram para configurar um profundo incômodo com relação aos dizeres e aos fazeres que, nesses anos, proliferaram em torno dos fracassados da escola.

O enfado combinou-se com o pasmo no momento em que nos caíram em mãos os primeiros laudos de clínicas de atendimento psicopedagógico. Deles constavam relatos sobre exames neuropsicológicos realizados em crianças com baixo rendimento escolar. A impressão inicial era de repetição, parecia que todos os alunos submetidos às avaliações desses laudos possuíam os mesmos males da alma. Manipulando-os, pôde o pesquisador aperceber-se de que possuíam uma intrincada lógica, segundo a qual as repetições deixavam evidentes as sutis diferenças entre os examinados.

A curiosidade diante dos ditos laudos metamorfoseou-se em potência de pensamento quando passamos a confrontar os dados de pesquisa com as conceituações foucaultianas.

O resultado desse embate foi a decisão de estudar o caso brasileiro do aluno-problema.

1.1 População, Estado e governamentalidade

Há de se destacar: a escola moderna, desde sua formação no século XVIII, conviveu com propostas de reformas de seus métodos e procedimentos. Quase sempre, tais mudanças partiam de uma dada realidade, questionavam as práticas educativas e chegavam a definir aos indivíduos tornados alunos por ação das técnicas que se propunham a educá-los.

Das numerosas reformas escolares que assolaram a educação brasileira desde a 1ª metade do século XX, a presente pesquisa optou por indagar a conexão de algumas delas com as políticas estatais que tinham como alvo a população nas cidades. Desse contato, buscamos focalizar aquilo que poderia ter sido registrado nos corpos submetidos a elas.

Não se trata aqui de denunciar imposições ideológicas, tampouco propor novas possibilidades de reformas, supostamente baseadas em tal ou qual verdade pedagógica ou científica. A concepção histórica desse trabalho alinha-se à dos estudiosos que compreendem o tempo passado como um campo de lutas em que os discursos sobre os acontecimentos progressos se inserem em jogos de poder. Pretende-se aqui adotar uma postura de questionamento permanente sobre aquilo que parece naturalizado no cenário escolar moderno, desde sua instalação no século XIX.

O viés histórico por nós pretendido difere fundamentalmente daqueles que vinculam a individualidade com “sistemas de preconceitos sociais” (Patto, 1999). Dentre os autores que assumem esse vínculo, destacaremos Maria Helena Patto que, ao circular em torno do pensamento de Agnes Heller, parte do pressuposto de que o preconceito:

é um juízo falso, ou seja, um juízo que poderia ser corrigido a partir da experiência, do pensamento, do conhecimento e da decisão moral individual, mas não o é porque confirma ações anteriores, é compatível com a conformidade e o pragmatismo da vida cotidiana e protege de conflitos. Na qualidade de juízo provisório que se conserva inabalado contra os argumentos da razão, o preconceito tem como componente afetivo a fé, um dos afetos que pode nos ligar a uma opinião, visão ou convicção. Seu limite é a intolerância emocional, intimamente ligada à satisfação de necessidades da particularidade (ibid, p. 172).

Quando estudarmos as recorrências e as proveniências próprias aos processos de subjetivação na escola, procuraremos nos afastar da concepção de preconceito acima definida.

Esse afastamento remete à proposição de que a constituição de sujeitos em nossa sociedade não necessariamente caminha pelo falseamento em relação a uma realidade dada aprioristicamente, mas sim configura um regime positivo de afirmação de verdades sobre o viver e o fazer individuais.

Acompanhando o pensamento de Michel Foucault, consideraremos que não se podem adotar binarismos como razão e fé, ou falsidade e verdade, ou ainda tolerância e intolerância. A pretendida leitura foucaultiana não analisa a história com o objetivo de encontrar aprimoramentos ou progressos

da racionalidade, menos ainda de revelar insuficiências ou decadências. Propomo-nos a discorrer sobre a escola como um lugar privilegiado para se vislumbrar a produção de mecanismos normativos, racionais e pragmáticos que geram efeitos subjetivantes. Sob essa ótica, para além da imposição, localizaremos nossas preocupações no caráter performativo do convívio escolar.

Mirar o foco reflexivo para ações que se perpetuaram nas relações educacionais sempre foi tema recorrente nos embates sobre a escola. Observemos dois dos diversos campos em que essa disputa se desenvolve.

O primeiro, coerente com a concepção aventada acima por Patto, gira em torno da idéia de que as permanências deveriam ser suplantadas por melhores e mais eficazes métodos para refinamento dos procedimentos educativos. Seus defensores apontam para a necessidade de uma permanente atualização das técnicas tanto de aprendizagem quanto de detecção de problemas nos escolares. Deriva dessa vertente a concepção de que o aprendizado deveria expressar aquisições mentais condizentes com as capacidades psicofísicas de cada estudante. Nesse caso, o ensino seria composto por atividades com graus de dificuldade racionalmente planejados para adequarem-se progressivamente à maturidade dos educandos.

O acerto é, nessas propostas pedagógicas, convertido em princípio e fim do processo educativo, uma vez que ele demonstra a adequação do método de ensino às capacidades discentes. Assim fazendo, instam os professores a motivarem seus alunos no sentido deles adquirirem com mérito a certificação escolar e assegurar um adequado convívio profissional e público.

Chamaremos essa lógica enunciativa como discursos pedagógicos sustentados por agenciamentos psi. Sem dúvida, a eles se filiarão tanto os pensadores brasileiros que estabeleceram a Escola Nova nos anos 30 do século XX quanto aqueles que atualmente aderem às definições psicologizantes em torno do bem-estar, do bem-fazer e da vida equilibrada na escola.

Ainda cabe a ressalva: o que menos interessa é a eficácia ou a inviabilidade de tal ou qual definição; o interesse aqui repousa na inquirição sobre o tipo de sujeito que se forja quando se considera o aluno como um ser psicológico.

No outro lado do *front*, encontraremos o conjunto de pensamentos educacionais que criticam a paradoxal convocação ao novo presente nas análises sobre o funcionamento escolar. Desse lugar, os estudiosos esforçaram-se em localizar as ditas novidades como refinamentos de uma função há muito vigorosa nas escolas contemporâneas, qual seja, o disciplinamento e a normalização sempre no sentido de expandir a potência para condução de comportamentos no interior das instituições educacionais (Foucault, 2006).

As considerações extraídas pelos intelectuais de lastro foucaultiano relevam uma íntima relação entre a emergência de um tipo específico de poder no interior da escola e as práticas de

condução de condutas presentes em instituições como a prisão, o hospital e o quartel (Foucault, 1987). Dessa maneira, o emprego de tais pensadores permite especular sobre a possibilidade de que as técnicas pedagógicas aplicadas ao alunado vinculam-se a estratégias de governamentalidade que as cidades em expansão capitalista, desde o século XIX, demandaram e continuam até hoje a demandar.

Essa corrente de pensamento preocupa-se muito mais com aquilo que se atualiza no convívio escolar do que com as mudanças, uma vez que, muitas vezes, tais inovações aparecem como reverberações de métodos instituídos já na instalação da pedagogia moderna. E mais: a análise inspirada na conceituação de governamentalidade proposta por Foucault busca mapear o caminho pelo qual as práticas escolares operaram a vinculação dos comportamentos individuais às necessidades de instalar saberes a respeito da população seja no âmbito da escola, seja no contexto urbano-capitalista.

Abdicando da busca por uma explicação final ou completa, todo o esforço reflexivo será orientado para a compreensão das “políticas de verdade” contidas nos discursos a respeito dos problemas escolares convertidos em objetos das diversas ciências que circulam na escola.

Destarte, pretendemos atentar para a confecção dos rituais de verdade que, segundo Foucault (2008) se estabelecem por meio das manobras de exclusão discursiva quer seja pelos argumentos de autoridade; em torno das redes de enunciação; ou sustentados pela organização de disciplinas; criação de sociedades de discurso; estabelecimento de doutrinas, sempre no sentido de exilar na posição de falsidade todos os discursos que não cumprem as regras argumentativas coerentes com uma pretensa explicação verdadeira.

De todas as políticas de verdade que vicejaram na escola, focalizaremos aquelas que circularam em torno do que historicamente se definiu como o “aluno-problema”. O ponto de partida para tal serão os dizeres e os saberes apontados por Artur Ramos (1939).

Ramos será tomado como objeto de estudo porque ele alinha-se aos defensores da reforma escolar brasileira na década de 1930. Esta época foi marcada pela instalação de um novo modelo de Estado no Brasil, por isso a consideramos como um momento privilegiado para compreender as imbricações entre as demandas estatais de controle e a criação de novos processos de subjetivação. Além disso, as idéias de Artur Ramos encontram-se no interior dos princípios de modernidade e democratização que o educador abrigou e usou para compor seu regime de verdade em torno do “aluno-problema”.

Portanto, a especulação que aqui segue se preocupará em compreender o conceito de “aluno-problema” como elemento constituinte e constitutivo de um processo mais geral de implantação de mecanismos governamentalizados na prática discente (Ramos do Ó, 2003). Dessa forma, atermo-

nos à concepção da educação como componente de um amplo processo de subjetivação no qual o sujeito a ser criado funcionaria como elemento para que a sociedade como um todo pudesse suportar e multiplicar efeitos de poder sobre corpos e almas.

Nesse contexto, reparamos que a instalação dos modernos modelos de Estado no Brasil e no mundo sempre foi seguida da criação de institutos de pesquisa, centros de estudo, universidades e delegacias de ensino. Tal institucionalização moderna nunca se absteve do sustentáculo científico para a constituição de verdades, seja sobre indivíduos isolados, seja sobre eles inseridos em populações quantificáveis. No caso da escola, a produção desses saberes orientou-se, dentre outras práticas, por números aferidos nos infinitos exames a que foram submetidos ano após ano, desde pelo menos os anos 1920, considerável parcela dos estudantes brasileiros.

Veremos adiante como a institucionalização do saber escolar foi parte integrante de um amplo processo de intervenção estatal no ambiente urbano. Cecília Hanna Mate apresenta significativo material sobre essa integração sob a égide do que ela chamou de “modernização” (2002) da escola brasileira. Reparamos também que o termo modernização, desde o século XIX, também esteve presente no vocabulário de arquitetos como sinônimo de embelezamento, de médicos sanitaristas como o mesmo que regeneração, de higienistas como prevenção e de psicólogos como correção (Sevcenko, 2003). No caso dos educadores, Hanna Mate aponta para a associação entre a modernização e a harmonização social.

Em nenhum desses casos estiveram ausentes lógicas discursivas às quais Foucault (2006) chamaria de excludentes. A exclusão, segundo o autor, seria viabilizada pelo controle, seleção, organização e redistribuição dos acontecimentos discursivos inusitados, de forma a esconjurar quaisquer perigos a que eles expusessem os enunciados verdadeiros. Dessa forma, ousamos supor que toda a instituição da escola moderna no Brasil foi balizada e tutorada por discursos que se localizavam no interior de verdades sustentadas cientificamente e que, ao mesmo tempo, convocavam a práticas dispostas a eliminar o caráter inusitado dos comportamentos com vistas a construir, em torno deles, um conjunto de definições previsíveis e aferíveis. Na acepção foucaultiana, tal controle dos discursos disponibilizaria a utilização de poderes atinentes à sedimentação de processos de subjetivação sobre os indivíduos a que se aplicavam (Foucault, 1995).

Valendo-nos desse viés analítico tentaremos compreender um conjunto de enunciados que, desde o século XIX, alcançou um alto teor de intervencionismo e veracidade; trata-se do discurso médico. Sob seu escopo, vimos surgir no Brasil republicano demandas cada vez maiores por regulamentações sanitárias, epidemiológicas e hospitalares, todas elas operando por meio da integração de ações com o fito de promover uma verdade universal para o funcionamento do corpo humano, ao mesmo tempo em que efetivamente aliviavam os sofrimentos dos corpos individuais.

Quando os mecanismos explicativos da medicina remetem-se à escola, veremos que eles operam pela inserção dos argumentos caros à psicologia. Para tanto, partiremos dos enunciados de Lourenço Filho (1963), pois esse autor foi responsável pela introdução da psicologia no pensamento educacional brasileiro.

Para especular sobre os efeitos de poder resultantes das verdades médica e psicológica sobre o corpo, recorreremos ao conceito “agenciamentos psi” (Rose, 2001). Estes, segundo Nikolas Rose, entram em circulação na sociedade por meio de um conjunto de convocações que apontam para processos tendentes a fixar cada indivíduo em lógicas identitárias mediadas por uma suposta conquista individual de um possível equilíbrio interno. Essa posição analítica visa demonstrar que a escola foi e ainda é um espaço privilegiado para a instalação de mecanismos de controle que capturam o tempo/espaço do aluno tornando-o alvo da intervenção orientada por saberes com radical psi, quer sejam da psicologia, psicanálise, psicopedagogia ou da psiquiatria. Nesse caso, trata-se de governar a alma.

Novamente, apartamo-nos do enfoque consagrado por Patto na medida em que ele define a ideologia burguesa como o lócus unívoco de poder que, por imposição ou falseamento, constituiria identidades imersas na “alienação do cotidiano”, esta produtora do preconceito de classe (Patto, 1999).

Supomos, assim como Rose e outros tantos autores de base foucaultiana, que o poder operante nos saberes sobre a alma, necessariamente, não possui nem origem nem sequer uma aplicação unívoca. Ele funciona por meio do espriamento de mecanismos de governamentalidade tanto do corpo quanto da alma, para isso, convocam à responsabilização de cada qual pelo seu próprio equilíbrio físico e mental. Tal maquinaria, segundo os referidos estudiosos, evoca a saúde como elemento central de seus argumentos. O recurso a esses autores, portanto, nos permite conjecturar que o Estado moderno brasileiro, desde sua instalação, utilizou-se de chamamentos médicos e psicológicos para gerar nos indivíduos a adesão às normas definidoras de condutas pessoais e sociais que viabilizassem a inserção da autoridade estatal em cada indivíduo tornando-os seres desejan-tes de uma determinada noção de normalidade.

Jorge Ramos do Ó (2003), ao analisar o *modus operandi* dos agenciamentos psi no interior da escola, afirmou que ele permite a inserção das idiosincrasias de cada indivíduo em quadros populacionais (tais como, os grupos classe, série e nível). Isso permitiria a condução de cada um e, ao mesmo tempo, de todos os educandos, utilizando para tanto mecanismos de normalização propagados por ações pedagógicas. Desse modo, Ramos do Ó fornece uma farta constelação de atitudes que permitem compreender as práticas na escola como ações promotoras de autogoverno nos alunos.

A inserção dos indivíduos em quadros populacionais e a conseqüente montagem de um conjunto de instituições estatais responsáveis pela criação de saberes sobre esses mesmos indivíduos são, para Foucault (2005), duas das grandes criações da modernidade. O autor afirma que o discurso que parte do indivíduo, alcança a coletividade e que retorna ao indivíduo, responsabilizando-o pelo bem-público, teve e tem grande força performativa quando se apóia em enunciados atinentes à saúde.

Esperamos, assim, que a promoção da saúde seja o guia para construirmos uma narrativa segura para analisar como se constituiu o processo de subjetivação constituinte do aluno-problema. Preliminarmente, já podemos asseverar que, desde o século XIX, os diversos atores presentes ao cenário da escola moderna sempre se preocuparam com a prevenção e com a cura dos comportamentos considerados desviantes no convívio educativo (e, por isso, problemáticos), quase sempre atribuindo tal responsabilidade aos médicos.

Ainda ao lado de Ramos do Ó, apercebemo-nos de que mais do que prevenir e curar doenças geradas no interior da escola, os discursos proponentes de intervenções no espaço escolar tiveram como horizonte a constituição de um amplo arsenal normalizante. Talvez essa tenha sido a grande conquista da modernidade, qual seja: a instalação de procedimentos, os mais sofisticados, de correção e adaptação de comportamentos insuportáveis, tanto no interior das escolas quanto nos demais espaços dedicados à promoção do sujeito/cidadão.

A criança vista como adulto em preparação; o professor comprometido com a composição moral de seu aluno; o cientista criador de instrumentos confiáveis para a aferição dos rendimentos de seus examinados; o médico responsável pela orientação da vida toda dos aprendizes: alguns exemplos de personagens que nunca estiveram ausentes da escola. Assim sendo, poder-se-ia suspeitar que, desde sua implantação, a escola moderna sempre esteve orientada à composição de quadros, tabelas, gráficos, enfim, medições que permitiriam definir estatisticamente a curva normal em que se poderia inserir o comportamento dos educandos.

Para especular sobre os processos de normalização na sociedade moderna, Foucault tinha por documentos acontecimentos discursivos europeus, majoritariamente franceses. Ramos do Ó vasculhou os arquivos dos liceus portugueses. Valendo-se do método genealógico, os autores especulam similitudes a respeito das práticas disciplinares no interior de algumas instituições de confinamento. No caso de Ramos do Ó a análise aponta para a escola; Foucault também observou tais práticas nas prisões, nos hospitais e nas fábricas.

O enfoque genealógico permitiu a eles constituir, na narrativa histórica, uma temporalidade bastante curiosa. Ao tomarmos contato com seus textos, deparamos com uma riqueza documental que garante uma confiabilidade própria aos mais respeitáveis historiadores. No entanto, uma

estranha sensação se processa: parece que todo tempo esses genealogistas falam do presente. O efeito não é acidental; trata-se de uma assumida estratégia de luta que consiste em dissecar, com fatos constituídos criteriosamente, o poder no seu mais potente fundamento: a criação de verdades sobre a vida.

A genealogia nas mãos de Foucault e Ramos do Ó permite uma abordagem histórica específica. Tal possibilidade ficou patente quando nos debruçamos sobre *A Verdade e as Formas Jurídicas* (Foucault, 2002). Nele, o francês apropria-se das idéias de Nietzsche para deslindar o compromisso que o saber sempre teve com o poder. Assim fazendo, opera uma concepção filosófica em que nada pré-existe ao conhecimento, ou seja: toda verdade é fabricada, todo discurso é ficcional, toda escrita é criadora de novos ou arcaicos mundos, inclusive quando se trata do discurso científico.

Compor genealogias, na acepção foucaultiana, é uma maneira de analisar a formação do conhecimento em oposição a toda busca por origens. Assumindo que todo conhecimento é uma violência que o suposto conhecedor faz ao objeto estudado, Foucault elabora um método de crítica a qualquer forma de verdade. E, na medida em que ela expressa o discurso vencedor em algum passado, ela é o único alvo a que deve mirar o analista com a explícita intenção de desalojá-la de seu espaço privilegiado para a explicação de quaisquer fenômenos.

Para nos aproximarmos da confecção de uma genealogia dos processos de subjetivação na escola, seria prudente vislumbrar seu funcionamento no próprio interior da instituição. Foucault (1987) dá mostras dessa possibilidade quando descreve as práticas disciplinares em instituições religiosas e militares no século XVII. Nesse ambiente, o autor nota que o controle do tempo e dos corpos dos internos possibilitava uma condução das condutas mais econômica do que a violência e a submissão de viés vassálico, como se aplicava até então.

A aproximação genealógica também fez Ramos do Ó (2003) versar sobre o disciplinamento no interior dos liceus portugueses entre fins do século XIX e meados do XX. Nesse trabalho, ele compilou e analisou os documentos produzidos pelos planejadores e pelos executores de sucessivas reformas no ensino português. Para tanto, recorreu às regulamentações, aos *curricula*, às perspectivas dos teóricos, enfim, às abundantes falas proferidas pelos diferentes atores do cenário escolar. Assim, ousou propor que toda a lógica das intervenções no alunado confluiu para ações de autogoverno, por conseguinte, asseverou que as práticas disciplinares permitiram ao Estado democrático-liberal impor-se sobre toda a rede de sociabilidade a ele vinculada.

Inspirada nessa concepção, a presente pesquisa delimitará o caso brasileiro. Para tanto, vai considerar o aluno-problema como um sujeito constituído no interior de práticas escolares coligadas aos agenciamentos psi que emergiram dos jogos de força atuantes numa época de recomposição populacional do Brasil pós-escravista e liberal.

2. População, normalização e escola moderna

O Brasil despediu-se dos anos noventa abolindo a escravidão, conseqüentemente, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram um gigantesco aporte de habitantes. Também nas principais cidades européias, a expansão industrial desse período também gerou uma intensa concentração populacional. Em ambos os lugares, reparam-se a criação de novas técnicas para o exercício do poder estatal.

As pesquisas de Foucault apontam que, no bojo das novidades criadas pela assunção das massas urbanas no século XIX, está a mirada dos governos em direção àquilo que ele definiu como a emergência da população como problema (2006).

A partir desses estudos, o autor chamou atenção para o fato de que as ações dos Estados passaram a dar cada vez maior atenção aos fenômenos biológicos da população sob sua responsabilidade. Dessa preocupação desdobraram-se campanhas que visavam diminuir a mortalidade; enfrentar as epidemias; facilitar a circulação dos populares e de seus bens; diminuir os riscos de escassez de alimentos etc. Pareceu ao autor que os procedimentos de governo apontavam para a potencialização da vida existente nos coletivos humanos (Foucault, 2005).

Foucault utilizou o termo “governamentalidade” para nomear essa nova forma de condução das populações nas cidades. Os Estados governamentalizados atuam, segundo o autor, por meio de um conjunto de instituições dedicadas a organizar, planejar, interferir e antecipar os fenômenos que diriam respeito à massa de habitantes urbanos. Uma das principais características dos procedimentos de governamentalidade seria o apego irrestrito aos enunciados científicos que teriam a função de definir todos os critérios de convívio. Dessa maneira, partindo das necessidades públicas, os Estados poderiam justificar racionalmente suas determinações e imposições a todos e a cada um dos habitantes.

Para funcionar a contento, essa técnica de governo opera no sentido de fomentar liberdades em todos os seus espaços de atuação. A vantagem desse fomento está em criar a maior quantidade possível de dados sobre os indivíduos reunidos sob as determinações governamentais. É disso que o liberalismo do século XIX fala: convocações cada vez mais veementes incentivando a busca individual e livre de produtividade e à sua consorte adaptação ao meio social instituído (Foucault, 2006).

Nesse momento, chegaríamos a uma interessante conceituação foucaultiana, trata-se do termo “sujeito da população” (ibid). Este sujeito, segundo o autor, começou a ser constituído na profusão de exames, medições e confecções de tabelas que os Estados realizaram com o objetivo de capturar

para si quaisquer comportamentos individuais e inseri-los em quadros de movimentos coletivos e, nesse nível, governáveis.

O instrumental básico dessa cooptação está naquilo que a estatística, ciência criada no século XIX, chamou de norma (ibid). Esta se localiza no interior da faixa numérica em que a maioria das medidas aferidas se encontra. Tal procedimento foi e ainda hoje é utilizado por administradores públicos ou privados; por psicólogos, economistas e médicos; enfim, uma farta rede de profissionais especialistas se utiliza de diferentes formas os critérios normativos de medição para enunciar a verdade de suas ciências e, ao mesmo tempo, confinar os comportamentos insuportáveis na categoria de criminosos, deficitários, insolventes, anormais e assim por diante.

Destarte, um efeito imediato da criação de critérios estatísticos seria o planejamento de condutas futuras. Conseqüentemente, pôde se desenvolver com base nas proposições estatais o princípio da prevenção, ou seja, criar-se-iam racionalizações e antecipações a cerca dos fenômenos quer individuais, quer coletivos e, assim fazendo, poder-se-iam combater os riscos de condutas ou ações imprevistas.

Desse mecanismo surgiu, na acepção foucaultiana, o princípio moderno de polícia (ibid). A principal responsabilidade dessa instituição governamental encontra-se na instalação da ordem no interior dos Estados. Dentre as atribuições do poder policialesco em uma sociedade governamentalizada, está o uso permanente de projeções baseadas em dados coletados nas sondagens quer dos habitantes, de seus bens, da sua produção ou de seus deslocamentos.

O recurso ao policiamento permite que cada indivíduo seja um produtor ativo dos próprios níveis de normalidade, por esse mecanismo elimina-se a necessidade de se definir o normal pela distinção deste em relação ao anormal. Tal característica permite inferir que, nessa estratégia de governo, todos os indivíduos estão em processo de normalização, pois, a normalidade não passa de um artifício matemático para referenciar as intervenções do Estado no cotidiano da população que, nesse aspecto, seria tomada como objeto e, ao mesmo tempo, sujeito de estudo.

Nas pesquisas de Foucault, o viés governamentalizado da noção de polícia pode ser definido desde o século XVII europeu, quando

se empezará a llamar “policía” el conjunto de médios a través de los cuales se pueden incrementar las fuerzas del Estado a la vez que se mantiene el buen orden de este. Para decirlo de otra manera, la policía será el cálculo y la técnica que van a permitir una relación móvil, pero pese a todo estable y controlable, entre el orden interior del Estado y el crecimiento de sus fuerzas. Por otra parte, hay una palabra que engloba poco más o menos esse objeto, esse domínio, y designa con claridad la relación entre el crecimiento de las fuerzas del Estado y su buen orden. Em varias ocasiones encontramos la utilización de esa palabra bastante extraña para caracterizar el objeto mismo de la policía (ibid, p. 357).

O crescimento das forças do Estado deveria ser garantido com sua boa ordem, ao policiamento é atribuída a responsabilidade pelo cálculo e pela técnica ambos orientados para viabilizar o controle, a ordem e, como consequência, o crescimento.

2.1 Brasil: cidade, modernização e saúde

Acompanhemos os cenários que Nicolau Sevcenko (2003) e Maria Cristina Wissenbach (1998) projetaram para os primeiros anos do Brasil republicano e, a seguir, cotejemos suas intervenções na população com as pesquisas desenvolvidas por Cecília Hanna Mate a respeito das reformas educacionais na década de 20. Essa análise visa procurar conexões entre a instalação do Estado moderno no Brasil e a consequente governamentalização das instituições sociais, particularmente escolares.

A passagem do século XIX ao XX é descrita por Sevcenko (2003) como uma época de conflitos entre uma elite preocupada em reorganizar-se após a crise do Império e o “inferno social” (ibid, p.72). Tal alcunha, atribuída pelos grupos dominantes, referia-se, fundamentalmente, à condição, em que os ex-escravos estavam submetidos no ambiente urbano. Os dados da população do Rio de Janeiro revelam que entre 1890 e 1920 o número de habitantes crescera de 522.651 para 1.157.873. Esse crescimento foi acompanhado pela instabilidade nas ofertas de trabalho, mendicância, miserabilidade das habitações e demais problemas urbanos.

A citada explosão demográfica conviveu com a emergência de agudos e caóticos movimentos políticos, permitindo que, entre 1889 e 1906, eclodissem mais de 17 movimentos grevistas, além de tumultos e manifestações de caráter local contra as autoridades instituídas.

É fato destacável o incremento da bandidagem e, ao mesmo tempo, de um grande número de internações no Hospício Nacional dos Alienados. Em números, essa grande internação fez um acréscimo de 7.130 % dos pacientes entre 1889 e 1898. Tais dados revelam que a medicina e, no caso, a psiquiatria preocupou-se em apoiar o poder estatal na tarefa de superar o ambiente de desordem em que o país mergulhara.

Sevcenko observa nessa época a ascensão de uma intelectualidade cada vez mais influente nas instâncias do governo estatal. Esse grupo social estava mergulhado em influências européias que apontavam para a necessidade do Brasil realizar aquilo que muitos deles consideravam os “três grandes saltos” (ibid, p.100) em direção à redenção, não só do Brasil como de toda a humanidade. Os saltos, segundo o autor, foram compostos pela presença do darwinismo social; da microbiologia (sustentáculo da Revolução Sanitária) e dos conhecimentos ligados à química e à física, advindos da segunda Revolução Industrial.

Esse discurso de redenção daria conta da incômoda presença negra nos espaços urbanos. Destarte, o elemento branco, particularmente o europeu, seria guindado à condição de padrão para os comportamentos e as fisiologias.

Nesse processo, Sevckenko analisa que o cosmopolitismo da capital, recebedora de vigorosos aportes de imigrantes, passava pelos padrões da *belle époque* que contemplavam um modelo de cidade com amplos espaços. Uma *urbs* limpa e higienizada era o objetivo das políticas públicas, estas se organizavam em consonância com os princípios médicos que orientavam a constituição de espaços arejados e homogêneos.

Assim como Sevckenko, Maria Cristina Wissenbach (1998) criou em suas pesquisas uma interessante panorâmica da cidade de Rio de Janeiro nesse período. Para tanto, a autora tomou como objeto de estudo as novas configurações de privacidade surgidas após a abolição da escravatura.

Nessa empreitada, ela abordou a relação entre o público e o privado no Brasil em fins do século XIX e inícios do XX. Ao fazê-lo, levantou uma série de dados que nos permitem inferir que o Estado tinha a clara preocupação de intervir nos assuntos públicos, guindando os movimentos de população ao centro das políticas urbanas.

A autora assevera que, mesmo antes da Lei Áurea, havia grandes contingentes de negros nas cidades. Estas sempre foram centros atrativos para a população camponesa, processo acirrado com a guerra do Paraguai. A economia permanecia essencialmente agrícola, mas o incremento populacional provocado pela intensificação da imigração e da alforrias aos escravos garantiu a proliferação de atividades produtivas essencialmente urbanas.

No entanto, para viver nas cidades, os antigos cativos passaram a ocupar os cortiços e os morros. Nesses ambientes, passaram a reproduzir os padrões arquitetônico e social de raízes rurais. As casas pareciam mimetizar-se com o meio. As relações familiares, as práticas religiosas, os rituais de cura, a dieta, as festas, enfim, todo o universo cultural sedimentado ao longo dos séculos de cativo ou de vida rural transferiu-se para o ambiente urbano.

Progressivamente, a administração da capital agiu no sentido de eliminar as práticas culturais tradicionais, uma vez que elas não permitiam a solução para o novo problema que se apresentava, qual seja: a multidão.

A maioria dos documentos que Wissenbach recolheu refere-se a estudos, notadamente médicos, que criticavam o primitivismo nos hábitos domésticos, tanto no campo quanto na cidade, dos ex-escravos. A autora condensou um dos procedimentos para o encaminhamento desse problema.

Conjuntamente com os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltaram contra as formas coletivas de moradia, configuradas como

centros irradiadores de epidemias, além de assegurar ao poder público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência. Conferindo aos agentes sanitários, médicos, fiscais e caça-mosquitos um poder desmesurado em nome da saúde pública, as campanhas contra as epidemias se defrontaram com entraves provenientes de características inerentes à organização das classes populares: o controle das doenças deveria levar em conta a inflexibilidade dos moradores das favelas e cortiços e enfrentar a indisposição deles contra as ingerências do poder público no seu cotidiano, especialmente na ocasião da higienização dos domicílios ou quando eram coagidos às campanhas de vacinação obrigatória. Em que pese a capacidade que os sanitaristas da época tiveram de controlar e extirpar doenças endêmicas, como, por exemplo, a febre amarela e a varíola, a cada intervenção a mobilidade crescia, e cresciam também as resistências e os protestos (ibid., p.105).

A cidade se mostrava incapaz de garantir trabalho aos novos habitantes. O risco de revoltas era iminente e, para controlá-lo, os administradores recorreram, dentre outros procedimentos, à promoção da saúde.

As epidemias passaram a ser alvo de grande preocupação. Seu combate permitia ao Estado penetrar e, ao mesmo tempo, governar o interior de cada casa.

Os procedimentos antiepidêmicos consistiam em transformações nas ruas para eliminar os “centros irradiadores” e também na criação dos “códigos sanitários”. Definiam-se, assim, lugares potencialmente perigosos e, ao mesmo tempo, estabeleciam-se regras para o comportamento de cada um dos habitantes.

Os critérios de mudança da paisagem obedeciam a saberes técnicos e as obras, autorizadas pelos códigos, eram realizadas no imediatismo determinado pelo risco à saúde. As vacinas invadiam o interior das casas e dos corpos. A segurança, a limpeza, o deslocamento das famílias eram objeto de atenção, tanto dos políticos, quanto dos cientistas.

A prevenção tornava-se o grande objeto de desejo do Estado e de seus especialistas. Controlar os riscos significava alterar os comportamentos e, conseqüentemente, garantir a presença da autoridade Estatal em cada rincão da cidade.

O sonho da nação livre, pretendido pelo liberalismo, poderia agora se realizar. O Estado sanitário tinha na saúde o seu princípio regulador e gestor da vida. Na opinião de Wissenbach, a reação popular contra as intervenções higiênicas fora provocada pela violência com a qual os agentes do Estado aplicavam as determinações dos códigos. No entanto, a conceituação foucaultiana de governamentalidade pode nos levar a outras especulações.

Consideramos evidente que o Estado republicano modificou seus procedimentos de intervenção, ainda mais se compararmos com o modelo imperial. Isso porque, paralelamente a uma nova configuração de cidade, surgiam novas definições para a condução das vidas. Essas novidades evidenciaram-se sobremaneira na condução do governo das famílias.

No período imperial, a casa da família patriarcal era tradicionalmente o lugar do convívio. Lá se forjavam as identidades, definiam-se as hierarquias, aprendia-se a obedecer e a mandar (Holanda, 1995). Tal modelo operante de família, tanto entre ricos quanto entre os pobres, precisava ceder espaço a um Estado de tipo autoritário, interventor e higienizador.

O grande dilema do Estado republicano foi garantir sua intervenção nas vidas e nos corpos sem contar a participação dos cidadãos na política formal. Isso porque o autoritarismo tinha como subproduto a descrença nas decisões administrativas.

Uma das soluções, demonstrada pelo excerto de Wissenbach, foi a tentativa de regulamentação das casas, das rotinas, das paisagens, das movimentações, enfim, uma captura de toda a vida pela promoção da limpeza e da ordem.

As resistências aos procedimentos de governo, antes atribuídas à reação contra a escravidão, agora pareciam não mais se justificar. Tais insurgências tinham como alvo programas de saúde coletiva, pois era neles que o poder público apresentava-se completamente desnudo, presente e impositivo. Um exemplo desses levantes remete à “Revolta da Vacina” que chegou a reverter o programa de vacinação obrigatória no Rio de Janeiro em 1904 (Sevcenko, 1993).

A lógica do controle governamental lançava a pergunta: como poderia a população reagir contra procedimentos que deveriam zelar por suas próprias vidas?

Para resolver esse problema era necessário criar um ponto de contato entre o Estado e o íntimo de seus habitantes de forma a tornar as intervenções sanitárias desejáveis por cada qual e, ao mesmo tempo, por todos.

2.2 Medicina social: a emergência de um saber normativo

Evocaremos as análises de Roberto Machado acerca da emergência da medicina social para especular sobre as convocações estatais ao saneamento do corpo de seus cidadãos e a conseguinte condução de suas vidas.

As orientações do saber médico para as ações do poder estatal no Brasil do século XIX foi o objeto a que se debruçou Roberto Machado no seu *Danação da Norma* (1978). Na obra, fica evidente a simultaneidade entre a organização interna da corporação médica por meio da reinstalação de seus enunciados e sua institucionalização quer pela hospitalização das doenças, quer pela fiscalização dos agentes patogênicos espalhados pela cidade.

O sentido dessas mudanças apontava para a busca generalizada aos focos de doença seja na arquitetura da cidade seja no comportamento de seus habitantes. Para tanto, o saber médico tornou-se um saber singular sobre a cidade, exercido de forma sutil e meticulosa, sempre apoiado nas

grandes teorias de inspiração européia. A reorientação da medicina alcançou o apogeu no momento em que “a medicina social também intervém no sentido de destruir as causas da doença por uma ação positiva de regeneração, transformação do espaço social” (ibid., p. 96).

Tal processo operou ampliando o “apoio científico indispensável para o exercício do poder do Estado” (ibid., p. 155). Deslocou-se dessa forma o olhar médico da doença para a saúde, destarte é a cidade, antes de qualquer outro objeto, que a medicina tratou. A prevenção, nesse momento, foi tornada princípio para a mirada regenerativa. A ciência que visava restaurar a cidade expandia suas análises para a demografia, a estatística, a geografia, a topografia e a história. Por conseguinte, dentre outras ações, o hospital tornava-se máquina de curar, enquanto o hospício disciplinava e, assim fazendo, criava o doente mental. Armava-se, portanto, uma rede de ações racionais para o controle contínuo por meio de convocações permanentes à limpeza e à ordem no espaço urbano.

Os conhecimentos médicos praticados no Brasil do século XIX atribuíam ao ambiente impuro o vetor da maioria das doenças. Assim, o controle sanitário era tratado pela medicina como principal atribuição do Estado, uma vez que a população deveria ser o principal objeto de intervenção. A partir daí, o sentido policialesco da medicina responsabilizava a administração estatal pela organização da produção de alimentos, do comércio, da circulação de pessoas e de produtos. Ao Estado eram requisitadas as funções de limpeza, economia e bem-estar moral da população, dentre outros elementos da higiene pública. Roberto Machado chega a afirmar que o policiamento médico das cidades continha o “projeto de organização de uma sociedade perfeita” (ibid., p.185). Tudo isso apoiado em infinitas racionalizações garantidas pelo espraiamento das medições.

O autor encontrou na documentação produzida pelo setor médico no XIX a preocupação com a prevenção e reparou a formação de uma ampla gama de instituições responsáveis por zelar pela saúde pública. Dentre elas: a Comissão para as Moléstias Reinantes, Comissão da Vacina, Comissão de Consultas Gratuitas, Comissão de Salubridade Geral, todas criadas em 1830. Tais instituições tinham por obrigação cuidar das atitudes atinentes à educação física, idade dos casamentos, sepultamentos, hospitais, boticas, estreiteza das ruas, encanamento, esgotos, saneamento etc. Todo o esforço da medicina nessa época foi, segundo Roberto Machado, no sentido de eliminar a desordem do espaço urbano. Ordenação para expansão da produtividade do Estado.

Notou-se também que, para garantir a aplicabilidade de seus métodos, o espaço interno da medicina passaria por um processo de conquista e colonização. Para tanto, agiu-se no sentido de eliminar toda e qualquer ação que se aproximasse das antigas práticas de curandeirismo doméstico. Assim, alastraram-se os periódicos e as palestras, as visitas de especialistas estrangeiros e as campanhas de combate à medicina familiar. Os curandeiros, considerados pelas autoridades médicas como charlatões, precisavam ter impedidas suas ações, pois eram responsabilizados pela mortalidade

em função da irracionalidade de suas curas. Essas ações almejavam constituir no discurso médico a “verdade da cura” (ibid., p.192). Por via do discurso anti-charlatão, os médicos pretenderam normalizar internamente a medicina enquanto, externamente, lutavam para normalizar toda a sociedade.

É perceptível na pesquisa de Machado que a verdade constituída pela medicina associava o corpo saudável ao espírito patriótico do adulto. Para as crianças, tal verdade instigava a preparar-lhes o corpo para adquirir o pleno desenvolvimento de suas capacidades. O equilíbrio corporal e psíquico era o ponto de chegada desses procedimentos.

Coerente com essa pretensão necessitava-se introduzir fundamentos de moralidade, pois se almejava eliminar todo e qualquer tipo de excesso para evitar os riscos próprios de situações e atitudes extremas. Nesse momento, a higiene se propagou como o grande objetivo a que se deveria dedicar o Estado, estreitava-se cada vez mais a vinculação da medicina com a política.

Tal vínculo é notável com a introdução do termo “medicina legal” nos ditos da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*. A emergência dos princípios próprios da medicina legal fez Roberto Machado compilar nesses discursos que: “os povos marcham a passos largos para a liberdade depois que as leis ‘bebem’ na ciência do homem. Lei, medicina, civilização: o necessário para tornar doces os costumes de um povo” (ibid., p. 195).

Nessa época, a suposição de que a triangulação lei/medicina/civilização poderia garantir um futuro pacífico para a humanidade começou a ser considerada bastante atraente. O legalismo liberal garantiria a equidade por meio da representação eleitoral; deve-se considerar que a adesão popular a esse princípio de participação, em meados do século XIX, era limitada, pois o voto era instrumento pouco confiável porque reconhecidamente manipulado. Por outro lado, compondo com a lei a base do referido triângulo, as definições da medicina podiam ser muito mais eficazes do que as determinações legais, uma vez que se sustentavam em argumentos consagrados pelos saberes científicos. Nesse caso, a adesão dos coletivos urbanos poderia ser expandida dada a força de persuasão dessa prática, pois, evidentemente, a medicina poderia oferecer benesses incontestáveis em termos de mitigação do sofrimento corporal.

Consideramos que no vértice desse triângulo esteja o aspecto que garantiu a essa convergência de discursos a possibilidade de conduzir condutas. Trata-se do fomento à idéia de futuro civilizado, própria dos enunciados atinentes à medicalização abrigados pelo discurso demo-liberal do século XIX. A proposta civilizatória dessa época respirava ares de redenção e, contígua a ela, estava a concepção de que o presente encontrava-se em constante aprimoramento, assim, o futuro civilizado somente viria após a depuração do homem degenerado.

Tal purificação, na opinião de seus propositores, se processaria caso a medicina conseguisse espaço na administração do Estado. “O objetivo é tornar essa administração dependente do saber médico e de sua proposta de organização da cidade em tudo que diz respeito à saúde” (ibid., p.221).

Emerge, desse modo, uma nova racionalidade para o campo médico. Este passou a demandar a fiscalização minuciosa das ruas, casas, bairros, atividades comerciais etc sempre conclamando o Estado para sua responsabilidade em zelar pela ampliação dos princípios higiênicos do corpo do indivíduo ao corpo da cidade. Compunha essa tática a constante atualização dos enunciados no interior do espaço médico e, ao mesmo tempo, a criação de órgãos responsáveis em propor formas racionais e científicas para a implementação de uma nova forma de viver em sociedade.

Roberto Machado afirma que o ponto culminante da organização interna da medicina e da sua conseqüente atrelagem ao Estado ficou evidente na época do combate à febre amarela que atingiu o Rio de Janeiro em 1849. Para tal combate, lançaram-se medidas no sentido da centralização da Comissão de Saúde Pública, do esquadrinhamento urbano, do assistencialismo, da inspeção sanitária, da fiscalização do exercício da medicina e da obrigatoriedade do registro médico (1978), dentre outras. A partir daí a medicina passou a ampliar sua atuação, ou seja, “nada do que é urbano lhe é estranho” (ibid., p.248). Assim, os médicos definitivamente assumiram a função de fiscais, o objeto da medicina passou a ser o ambiente, a saúde superou a doença nas preocupações dos especialistas e o saber médico visou integrar todos os campos da sua ciência à tarefa de administrar o Estado. Assim procedendo, à medicina foi dada a responsabilidade de produzir saúde e, por conseguinte, definir o modo de vida nas cidades; o percurso foi da eliminação dos focos insalubres à normalização da sociedade como um todo.

Essa nova atitude revelou-se perceptível na arena política. Nesse particular, a maioria dos enunciados médicos situou a democracia como base de suas definições, uma vez que esse modelo foi considerado como racionalmente adequado à vida nas cidades. Com a promoção da livre participação dos cidadãos nos embates políticos, o discurso médico convocava à adesão dos cidadãos para suas determinações, pois estas se apoiavam nas imposições estatais.

A conquista dessa adesão passou, segundo Machado, pela divulgação e intervenção das noções inspiradas nos fundamentos da higiene pública. Tal saber viabilizou a introdução de normas adequadas à constituição de uma sociedade ordenada e organizada, uma vez que, o contrário disso abriria espaço para o adoecimento. Os procedimentos higienizadores operaram, portanto, antecipando as possíveis causas dos males gerados pela urbe caótica e afastando os cidadãos de comportamentos que levassem ao descontrole ou ao proceder inusitado.

Intervenção no ambiente urbano, organização interna da medicina, hospitalização, regeneração do espaço social, prevenção, cientificismo, racionalização administrativa, sanitarismo, polícia

médica, higiene pública, institucionalização da fiscalização, politização da saúde. Todos esses fatores foram amalgamados para formar os princípios do que se poderia chamar de emergência da medicina social no Brasil.

Há nessa formação dois aspectos a se considerar. O primeiro deles diz respeito às demandas que se instalaram no cenário urbano em função do afluxo populacional e da profusão de novas atividades produtivo-comerciais, tais demandas formaram a razão de ser da medicina social que possuía um evidente pragmatismo, de qualquer forma é incontestável que ela cumpriu importante função pública.

Por outro lado, uma análise mais detida sobre os discursos próprios da medicina social permitiriam especular sobre um contundente viés moralizante de suas práticas. Esse aspecto é notável na permanente convocação à constituição de um novo homem que se comportasse adequadamente às imposições de governo proferidas pelos especialistas em saúde social.

Machado dá consistência a esse segundo aspecto quando destaca o discurso médico afirmando que a “cidade é, em sua origem, vil e nefasta” (ibid., p.260) cabendo à medicina social regenerá-la por meio da intervenção nos morros e pântanos, ruas e portos. Tais espaços degenerados eram apontados como origem para a degradação do ambiente que degradaria também a moral dos habitantes. A pretendida intervenção médica condenava a falta de planificação que acompanhava as cidades desde suas origens. Estas, medicalizadas, seguiriam as instruções científicas para uma nova concepção espacial.

Ao medicalizar tanto as intervenções sobre o ambiente urbano quanto as decisões de Estado, a medicina social viabilizou o intercâmbio do homem e da natureza pela moral. Dessa maneira, mais do que propriamente curar, a medicina social ambicionou preparar o indivíduo para uma vida normal, saudável. Para tanto, ela propôs uma cidade livre de doentes, mas também livre de focos de comportamentos doentios seja construindo hospitais e hospícios para confinar aos doentes do corpo e da alma, seja pela reurbanização que afastaria a parte da população incivilizada e perigosa para convívio com os sãos.

O hospital disciplinado sob a ótica que imbricava a normalização à saúde foi o lugar onde a medicina social elaborou e espraiou seu poder, o que faz Machado afirmar: “Disciplinado assim em sua estrutura e em seu funcionamento, revestido de uma operacionalidade que percorre e classifica o corpo do doente até sua redução a peça científica, nasce, com a medicina social, o hospital como instrumento de cura e de conhecimento” (ibid., p. 288).

Partindo dos conhecimentos elaborados no hospital, a medicina social passou a produzir procedimentos higiênicos para diversos espaços. O cemitério, a escola, o quartel, a prisão, o bordel e a fábrica foram lugares em que a luminosidade deveria penetrar, os ares precisariam circular, os

dejetos deveriam ser eliminados, o tempo deveria ser dividido e os castigos substituídos pelo trabalho, enfim, ao higienizar o doente, a medicina visou garantir toda uma sociedade organizada pelo higienismo.

Tal sociedade convocaria a uma morte moralizada, um aluno estudável, um soldado adestrado, um prisioneiro corrigível, uma prostituta indesejável e um operário livre dos perigos de sua função. Moralização, disciplina, estímulo à produtividade, correção, felicidade familiar e segurança esses elementos se combinariam na sociedade livre e democrática que os higienistas se propunham a instalar para construir aquilo que se poderia chamar de um ambiente saudável na cidade.

Para Machado, o corolário das intenções de instalar uma sociedade equilibrada e normalizada sobreveio com a introdução da psiquiatria no bojo da emergência da medicina social no Brasil. Tal introdução foi detectada pelo autor em 1841 com a criação do hospício para os alienados no Rio de Janeiro. Nessa criação, o saber psiquiátrico assumiu uma conotação fundamentalmente moral, revelando violenta cumplicidade da teoria com as técnicas de confinamento hospitalar. Nota-se nesse sentido a estratégia de tratar o louco patologizando-o e, por conseguinte, esforçando-se em curá-lo e corrigi-lo.

A inclinação moralista do trato com os alienados no século XIX brasileiro partiu das teorizações oriundas da Europa que tratavam das articulações da loucura com a inteligência e desta com a civilização. Desses enunciados, os psiquiatras brasileiros inclinaram-se em absorver as teorias que dividiam os loucos em curáveis e incuráveis. Nelas, o que distinguia essas duas condições da loucura era a presença ou não de lesões no substrato físico do intelecto: o cérebro. Machado ressalta que a atenção do saber psiquiátrico brasileiro voltou-se principalmente para o grupo dos curáveis, uma vez que esse universo de alienados permitia adequar as teorias à perspectiva da correção já em vigor nas rotinas hospitalares para as demais enfermidades. Machado vê essa opção impunha um “tratamento moral” (ibid., p.395) aos internos do hospício, pois, intencionava-se curá-los por meio da imposição de novos e civilizados hábitos.

A condução dos indivíduos suscetíveis a tratamento retomava os fundamentos anunciados por Pinel e Esquirol, fundamentalmente, quando estes aventavam ser a loucura instituída pela prevalência da paixão sobre a razão. Dessa forma, os psiquiatras brasileiros puderam imaginar um ambiente hospitalar que aplacasse os impulsos passionais por meio da reeducação do sujeito tomado como louco no processo de internação.

Sobreposta a essa concepção, foram incorporados enunciados que atribuíam a presença de mal-humores à ocorrência da loucura; nesse sentido seria possível resgatar o alienado por meio da correção de sua conduta. Esse mecanismo fez Machado anunciar que, nesse discurso: “o indivíduo encontra-se doente porque rompe a rede de relações em que está inserido, desequilibra e subverte,

por seus excessos, os efeitos reguladores da sociedade” (ibid., p.410). Em outras palavras: o saber médico, instituído no contexto europeu e aplicado no Brasil, desdobrava-se em poder sobre os desajustados que optavam por viver de um modo diferente daquele pretendido pelos médicos no Estado brasileiro em processo de modernização.

Assim, “através da psiquiatria o médico penetra ainda mais profundamente na vida social, dá as cartas em um jogo que passa a existir segundo as regras por ele mesmo criadas” (ibid., p.447). Seguindo essa análise supomos que a psiquiatria viabilizou a criação de processos de subjetivação de indivíduos suscetíveis às intervenções realizadas pela medicina social.

Isso é evidenciado nas iniciativas que visavam eliminar as práticas repressivas em relação à loucura. Após a instalação da República, com a eliminação do controle dos religiosos sobre o hospício, no lugar da repressão, foram alavancados os procedimentos científicos condizentes com a mentalidade republicana. Dentre esses procedimentos pode-se destacar: a presença da autoridade moral do médico; o uso curativo do trabalho e a classificação dos internos segundo seus males. Todas essas intervenções caminhavam no sentido de associar o louco ao incapaz e, dessa forma, tornar o hospital como um lugar de proteção e, ao mesmo tempo de tratamento.

No interior do Hospício D. Pedro II, essa mudança do trato com os alienados elevou o dito hospital à condição de modelo para a regulação da sociedade como um todo, pois, a redenção do louco oferecia subsídios para a redenção de toda a sociedade.

Tal aspecto redentor ficou evidente na adesão dos saberes psiquiátricos ao chamamento republicano, uma vez que esta forma de organização estatal instituía um modelo de poder político que se apoiava na racionalidade como fundamento da condução dos cidadãos. O apoio que a psiquiatria poderia oferecer ao nascente Estado residia na possibilidade dela seqüestrar o louco, limitando sua liberdade com vistas à preservação dos direitos da coletividade em que ele se inseria.

O discurso psiquiátrico ganha, aqui, uma espessura própria: é nele que se repensam, a cada instante, as condições de possibilidade de implantação, na sociedade, de uma estratégia de normalização que deve fornecer um corpo concreto - no caso o corpo do louco enquanto indivíduo social reduzido à condição de doente mental - à ação do Estado. O governo dos loucos - o governo dos presos, doentes, prostitutas, escolares, soldados, operários - permite a aplicação de técnicas médico-políticas de controle em proveito de um Estado cuja ação legal é medicamente orientada. A ação da norma se desencadeia tanto mais eficazmente quanto mais íntima for a relação entre a medicina e Estado: é à luz da ordem normativa que se concebe o progresso da nação (ibid., p.492).

Zelar pela vida foi a grande tarefa patriótica a que se dedicaram os cientistas-médicos do século XIX. Nesse aspecto, sua atividade foi complementar à instalação de um Estado de direito, livre da escravidão. Os senhores de escravos perderam seus privilégios, porém agora todos os cidadãos teriam suas vidas sob tutela. Ademais, essa tutela não se aplicava, como dantes, pela violência. Com a decadência do escravismo, ascenderam as práticas e os saberes que visavam à

preservação de uma vida saudável e produtiva. O corpo supliciado do escravo se tornaria o corpo higienizado do cidadão republicano.

A saúde pôde tornar-se um argumento que permitiu ao Estado republicano generalizar seu governo sobre a vida dos habitantes. Esse governo estendeu-se da humanidade ao indivíduo, passando pela família por meio da conexão dos ideais de civilização com os de pátria e de saúde perfeita.

2.3 Escola reformada e a São Paulo industrial

Como vimos, a medicina social pode ser considerada um dos elos de ligação entre o Estado e o íntimo de seus habitantes. Complementar a essa incisiva tecnologia de poder, a primeira metade do século XX viu surgir no Brasil as primeiras reformas educacionais que, como estudaremos, atuaram de forma bastante parecida. Também na escola, assim como na medicina social, se operam as perspectivas higienizadora, regeneradora e moralista.

Para justificar essa afirmação, partiremos da reforma paulista liderada por Sampaio Dória em 1920. Nela, aparecem pela primeira vez enunciados a respeito da função que a educação poderia cumprir para acelerar o processo civilizatório do país. Essa missão objetivava a organização de uma nova sociedade saudável, produtiva e conectada com os ares soprados pela modernidade industrial.

Cecília Hanna Mate (2002) procura vincular as mudanças técnicas aplicadas ao ensino no interior das escolas reformadas a um contexto maior de generalização dos procedimentos “racionais e modernos” que serviram de base para todas as reformas dessa época.

Sob a égide da racionalização e da modernidade, a década de 20 no Brasil foi vivida com intensidade em São Paulo. Sevcenko (1992) nos serve de monitor para analisar os “fremes anos vinte” na desvairada metrópole de ferro e aço que despontava com rapidez e precipitação, com violência e galhardia.

O autor põe em evidência uma coincidência de cinco letras gês nos arredores do ano 1920 que marcaram profundamente a atuação do Estado paulista nas questões públicas. Os gês eram: gripe espanhola, geadas, gafanhotos, guerra e greves. O termo guerra refere-se a 1ª grande guerra, seu término encheu aos paulistas de esperança de harmonia e paz.

É observável que, excetuando-se a guerra, os fenômenos como epidemias e acidentes naturais eram comuns na São Paulo de tantas várzeas e tão devastadoras enchentes. No entanto, o afluxo de imigrantes, caipiras e ex-escravos, mormente operários, demandava intervenções, uma vez que se necessitava conduzir esses grandes contingentes de pessoas à produtividade necessária para a expansão da indústria.

Nesse sentido, é ilustrativo, nas narrativas de Nicolau Sevcenko, o forte apoio que o Estado paulista dos anos 1920 deu à idéia de que os fins de semana eram momentos para recarga de energias e não apenas para descanso. Vimos com ele que as práticas esportivas, gradativamente, passaram a ser incorporadas pelas instituições estatais.

A organização de torneios, o credenciamento das associações, o registro dos praticantes, a construção de estádios, as definições de regras, os credenciamento de árbitros, a formação de novos aficionados, a divulgação das contendas e dos *records*, enfim, os administradores públicos promoviam, legislavam, regulavam, registravam, construíam e garantiam a presença do Estado em todos os espaços de atividades desportiva. Estas eram consideradas fundamentais para “criar nos indivíduos uma disposição instintiva à ação disciplinada, à coordenação coletiva de movimentos e propósitos a se guiar por um conjunto fixo de regras, limites e alternativas” (ibid.). Não foi incomum aos entusiastas da Educação Física se aventurarem por enunciados que exaltavam a potência regenerativa da raça brasileira que as práticas esportivas poderiam gerar. Claramente, se observa que o corpo era o alvo a que se encaminhava a disciplina responsável por condicionar os jovens à prática da obediência, do controle e da liberdade regulada. A regulamentação esteve na base da elevação das práticas desportivas à condição atual dos esportes.

O cumprimento das regras e a disciplina eram elementos que deveriam ser desejados por todos aqueles que ambicionassem sucesso no mundo dos esportes. A produção incessante, contando com a imprensa, de heróis performáticos atraía “aos seus adoradores fanatizados: a paixão do movimento, a religião da velocidade, a magia da energia superlativa” (ibid., p.57).

Todas essas evidências levaram Sevcenko a comentar que

o esporte moderno vai se servir da imagem do herói no mesmo momento, do mesmo modo e pela mesma razão que as fórmulas discursivas modernas. No ímpeto da emergência da megalópole, os articuladores das mil vozes olham para seus grandes espaços de sombra em busca das raízes que não existem. Nas sombras igualmente não há nada, mas é delas que se retiram os mitos (ibid., p.68).

O esporte, na perspectiva da administração pública dos anos 1920 paulista, era metaforizado como guerra e os esportistas permitiam ao público visualizar as possibilidades de expandir seus corpos para além dos limites oferecidos pela fisiologia. Tal mecanismo, abundante nos textos dos cronistas, exaltava o caráter regulador da superação humana, ao mesmo tempo em que valorizava o aspecto integrador dos espetáculos esportivos, viabilizando assim a criação de fatores de identidade para uma população de origem rural e européia, formada basicamente por ex-escravos e imigrantes. A disciplina para a expansão produtiva do corpo era a conexão fomentada pelo exemplo dos heróis esportistas.

A essa estratégia enunciativa, poderíamos associar a convocação feita pelos entusiastas do esporte a uma produtividade corporal regulada. Esse chamamento instigava tanto ao respeito pelas regras quanto à conquista pessoal de resultados. A metáfora da guerra nos embates esportivos, ao lado da exaltação aos ídolos, poderia ter servido para conclamar ao aprimoramento individual como essencial à vitória do grupo no interior do qual cada indivíduo se responsabilizaria por superar seus próprios limites. Novamente, sob o rigor das regras, arma-se a conexão do particular com o geral; nesse caso, o objetivo é a vitória, desde que no interior das regras tutoradas pelo Estado.

A valorização do esporte como elemento de disciplina do corpo e, conseqüentemente, fator de expansão das capacidades coletivas poderia ser encontrada na proposta de reforma educacional oferecida por Sampaio Dória, líder do processo em São Paulo de 1920. Suas idéias, compiladas pela professora Cecília Hanna Mate (2002), apontavam para a necessidade de vivificação da sociedade a partir dos mais moços. Tal proposta regenerativa parece coerente com a perspectiva apresentada na revista *Educação* em 1932, segundo a qual, “educação física na escola como meio de dirigir os centros automáticos do corpo e submetê-los ao domínio dos centros psíquicos, ao controle da vontade, corrigindo e disciplinando novos hábitos” (Revista *Educação* dez. 1932, apud Hanna Mate, 2002).

Assim, vimos surgir na veloz, populosa e conflituosa São Paulo industrialista uma demanda pela adequação do funcionamento dos corpos às campanhas de saúde pública, à inserção de cada um na coletividade produtiva e ao encontro com as identidades míticas de heróis do desempenho corporal. Ao lado disso, na escola, a educação física se propunha a submeter a alma e controlar os desejos.

Para dar sentido a essa prática de poder, a escola aparecia para seus reformistas como um campo de lutas privilegiado na instituição de valores morais e cívicos condizentes com o combate à “anarquia social” (Mate, 2002). Tal combate não seria vivido apenas nas determinações legais ou nos regulamentos das instituições escolares, ele seria tarefa de cada estudante na medida em que os procedimentos educativos ambicionavam controlar a vontade, corrigir os hábitos e disciplinar as condutas ou, naquilo que a medicina social colocou como objetivo de sua prática: higienizar as condutas para que toda a sociedade se afastasse das doenças.

Esse caminho que se iniciava na condução da população e almejava o controle da interioridade individual foi observado por Sevcenko (1992). O autor destaca a ultra-valorização que os anos 20 paulista fizeram da velocidade e da modernidade expressa pelas máquinas de voar, tanto pelos ares quanto pelas estradas.

O historiador vasculhou os textos dos cronistas para discorrer sobre a empolgação que os eventos de velocidade provocavam nos paulistas. Tais espetáculos eram assistidos por milhares de

peças, seus praticantes eram guindados à condição de ídolos da nacionalidade e a cidade se convertia em atrativo para apresentações de estrangeiros. Toda essa aceleração era também vivida no interior dos corpos.

Os estimulantes se tornam tão indispensáveis para dotar as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, que cada vez mais cada um define uma engenharia própria de autocontrole das suas energias, acelerando ou freando várias vezes ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais (ibid.,p.75).

Dentre esses estimulantes, o autor observa a expansão do hábito de consumir coca-cola, café, aspirina, cocaína, ópio, álcool, enfim, novas atitudes carregadas de um espírito jovem que escandalizavam alguns cronistas ainda apegados a valores tradicionais. É de se destacar que viver a velocidade no interior do próprio corpo demandava, como observado pelo historiador, o autocontrole.

A velocidade dos esportes e das mudanças de hábitos dos populares era associada pelos poderes públicos à idéia de modernidade. Tais elementos eram saudados tanto no estímulo aos grandes eventos esportivos quanto na remodelação da cidade. Nesse particular, Sevcenko aponta seus estudos para a atenção da prefeitura com relação às grandes obras, tais como a infinidade de esculturas e monumentos comemorativos aos 100 anos da proclamação da independência. Essa condução permite especular para a vocação de São Paulo como um pólo cultural e como um espaço capaz de abrigar os cânones arquitetônicos e urbanísticos produzidos na Europa. Esse modelo de urbanismo operava no sentido de aniquilar quaisquer vestígios da antiga arquitetura colonial, instalando a modernidade no concreto e no aço que compunha a cidade.

Essa recusa ao passado combinada com a potencialização das novidades pode ter adentrado o ambiente escolar. Essa hipótese é defendida por Hanna Mate (2002). A autora assume a intenção explícita de articular as reformas dos anos 1920 em São Paulo, Ceará e Distrito Federal às novas demandas estatais para condução das massas que as respectivas cidades requisitavam.

Se tomarmos as reformas educacionais como mais um elemento de um amplo processo de espraiamento do poder estatal em direção à condução das condutas individuais, então consideraremos coerente o fato, apontado por Hanna Mate (2002), de que a reforma no ensino paulista de 1920 foi um momento inaugural de instalação da modernidade pedagógica Brasil.

A despeito das especificidades locais, as reformas no Ceará e no Distrito Federal tiveram um caminho parecido. As três se combinaram a partir da década de 30 e possibilitaram a expansão de seus procedimentos para as determinações federais e a conseqüente nacionalização da educação moderna no Brasil.

Acompanhando Hanna Mate, asseveramos que a modernização do ensino partia de três iniciativas fundamentais: quantificação de todos os atores envolvidos no processo; unificação das práticas docentes e criação de uma memória do movimento reformista por meio da mitificação de seus líderes.

O primeiro procedimento ancorou-se no cuidado na elaboração de um abrangente plano para o recenseamento de todos os equipamentos escolares. Desde o número de jovens das comunidades a serem atendidas, passando pelos professores disponíveis, até chegar aos prédios que abrigavam aos alunos. Nesse momento, ampliam-se vultosamente os testes e os exames sejam eles medidores das funções mentais, das capacidades biológicas, das condições de aprendizado, da evolução psíquica, da propensão a doenças, das condições de produtividade etc. O referencial científico utilizado pela maioria dos reformadores considerava que a quantificação era ponto de partida para qualquer especulação, uma vez que atrelavam suas teorias à pretendida objetividade dos critérios estatísticos.

Ao lado dos censos referentes às condições de ensino, as reformas preocuparam-se com a adequação dos docentes às novidades trazidas pelos métodos de ensino que se queria implantar. Nesse particular, observam-se a instituição de bibliotecas de professores, museus pedagógicos e cinemas educativos. No caso das bibliotecas, elas deveriam ser municiadas com os mais novos saberes científicos que pululavam tanto na Europa quanto no Brasil e instigavam à renovação permanente em direção a um ensino individualizado e, ao mesmo tempo, adequado ao tipo de civilização que se pretendia instalar. Os museus pedagógicos abrigariam os ditos e os feitos dos pedagogos no sentido de constituir uma tradição escolar que apontasse para a renovação dos métodos e conceitos sempre no sentido do progresso e do aperfeiçoamento das práticas e das teorias. No caso do cinema educativo, ele cumpria uma dupla tarefa. Primeiramente deveriam sobrepor-se à imoralidade que, na opinião dos reformadores, encontrava-se no circuito comercial; além disso, por esse atrativo método de ensino, poder-se-ia instituir uma história de viés francamente moralista para constituir a escola como um interessante lugar de afirmação de um tipo de sentimento nacional adequado às perspectivas europocêntricas, branqueadoras. Em outras palavras: àquilo que os pedagogos desse tempo chamariam de interferências modernas. Esses equipamentos deveriam cumprir a missão de criar e abrigar as diferentes práticas educativas no sentido de unificá-las e, conseqüentemente, definir seus padrões em nível nacional. Complementar a essa definição de saberes, as três citadas reformas deram especial atenção à formação de inspetores de ensino dedicados a zelar tanto pelo trabalho docente quanto por sua adequação às determinações, “quase discricionárias”, impostas pelas reformas (ibid).

O terceiro ponto comum entre as reformas estudadas por Hanna Mate refere-se à confecção de um articulado discurso em torno da abnegação e do heroísmo dos comandantes dos processos reformistas.

Seus nomes intitulavam os conjuntos de leis por eles apresentadas. Ademais, seus poderes raramente eram contestados e suas posturas intelectuais implicavam a produção de teorias ao mesmo tempo em que definiam procedimentos práticos. Eles eram vistos como grandes cientistas promotores de métodos seguros tanto para a renovação do ensino quanto para a regeneração dos brasileiros como um todo. A combinação entre a racionalidade, a centralização e a regulação garantia, na opinião dos primeiros historiadores das reformas, um percurso seguro em direção ao progresso e à solução dos problemas gerados pelo abundante afluxo de novos habitantes nas cidades.

3. A Psicologia e as estratégias biopolíticas

As demandas modernizantes das cidades; a crescente intervenção estatal no corpo individual; a constante elaboração de estatísticas; o replanejamento urbano; a convocação à produtividade dos jovens e o controle sobre as reivindicações populares criaram um substrato fértil para compreendermos o movimento reformista brasileiro como um momento privilegiado para a implantação daquilo que Foucault (2005) chamaria de biopolítica nas relações do Estado brasileiro com seus habitantes.

Para tal empreitada, recrutaremos as idéias de Lourenço Filho a respeito da necessidade de se criarem bases científicas que garantam a conquista da psique do alunado, para, a seguir, retomarmos as associações entre medicina social, o aluno-problema e a biopolítica.

Assim, recorreremos às pesquisas feitas por Jurandir Freire Costa (1989) a respeito da inserção da família nos mecanismos de controle das populações urbanas sob a égide das normas médicas.

Segundo o autor, o ambiente familiar foi um dos mais importantes pontos de aplicação do poder do Estado e, conseqüentemente, o vetor preferencial da conexão Estado-cidadão.

Para compreender tal acepção, faz-se necessário, segundo o autor, retomar alguns elementos coloniais da família brasileira.

Freire Costa assevera que, desde o passado colonial, a família “latifundiária” é o modelo de organização doméstica para todas as outras classes. Assim, chega a afirmar que o espaço privado tanto no campo quanto na cidade era ocupado pela instituição familiar (ibid).

A família colonial homogeneizava o espaço social. As cidades dessa época eram geridas pelos chefes das casas ilustres, todos submetidos à ordem escravista. Esta se expressava, por exemplo, na organização das ruas. Tais espaços eram associados aos pobres; assim como a senzala era o confim da casa-grande no campo, a rua tornara-se o confim da casa na cidade, e era para a rua que se enviavam os não-agregados.

Também a religião participou desse processo de discriminação social. Sua estratégia foi a instituição do “o mito da natureza intrinsecamente religiosa da estrutura da família”.

Finalmente, a esta assimilação da natureza social da família ao universo religioso, somou-se a atitude racista da igreja que, através da discriminação dos negros, mulatos e mestiços, salientou o parentesco entre o exclusivismo étnico e o mandato religioso. A família branca detinha o privilégio racial do ministério e da palavra divinos (ibid.,p.46).

Acompanhando essa acepção, poder-se-ia dizer que as famílias coloniais desenvolveram, por meio da segregação étnica, uma singular noção de coesão interna. Os indivíduos se identificavam de

fora para dentro e, assim a autopreservação tornou-se o ideal dessa organização. Tal ação, segundo Freire Costa, se processou, acentuadamente no ambiente urbano.

Essa coesão familiar limitava a atuação do Estado, uma vez que, no interior das casas, o patriarca era considerado o defensor contra toda forma de ameaça externa e, por conseguinte, determinava os critérios de convívio. Quando o Estado nacional se instalou, no século XIX, foi à família que mais incisivamente ele se dirigiu porque havia nela a possibilidade de reordenar esse convívio em direção aos critérios de salubridade (ibid.) .

Nesse momento, Freire Costa repara um fato fundamental: para capturar a família, o governo não poderia recorrer exclusivamente à lei. Ela era excessivamente dispendiosa, pois demandava combinar a vigilância à repressão. Além disso, a imposição legal afrontava à autoridade paterna.

Dessa forma, o autor apercebe-se que, no século XIX brasileiro, a norma garantiu uma aplicação mais econômica e eficiente do poder estatal do que as determinações legais. Mais eficaz e penetrante do que a lei, a norma mostrava-se funcional porque não intervinha, em princípio, na estrutura de poder familiar. O discurso normativo convocava o pai/protetor a guardar a pureza de sua família (ibid.).

Mais rizomática do que a lei, a norma não dependia apenas da atuação do Estado. Ela funcionava por meio de espetáculos e de campanhas públicas tais como vimos com Nicolau Sevcenko.

A pertença à normalidade, ao contrário da legalidade, demandava o cuidado de cada um por seu próprio corpo. Ao ilegal, instalava-se o estigma do criminoso; por outro lado, ao anormal cria-se uma rede de procedimentos corretivos, curativos e formadores, disciplinando-o.

A adesão à norma sempre trouxe benefícios pessoais. Ao segui-la, os indivíduos inserem-se no universo dos aceitos. Para tanto, basta cumprirem sua responsabilidade quanto à autopreservação, por outras palavras, os indivíduos incluídos no universo dos normais sempre se sentiram protegidos contra os males da anormalidade.

Tal como Roberto Machado, Freire Costa incluiu, fundamentalmente, os médicos como agentes de aplicação da norma no século XIX brasileiro.

A conexão dos mecanismos de Estado com a vida íntima dos corpos submetidos às definições médicas foi realizada pelas noções de higiene pública. Nesse vínculo, as famílias higiênicas eram alevantadas à condição de perpetuadores da pátria e, por extensão, à vanguarda na instalação do processo civilizador.

Os discurso higienista pretendia-se preservador da grande família representada pela pátria. O pertencimento a um país saudável e livre de males biológicos deveria ser a busca de todos os

habitantes. Evocando princípios darwinistas, os higienizadores dessa época localizavam na perpetuação da espécie seus mais fortes argumentos (ibid).

Em suas pesquisas sobre o século XIX europeu, Foucault destaca um fenômeno parecido. Os saberes relacionados à família, ao direito, à psicologia, à economia etc. constituíram uma intrincada rede de discursos e práticas que o levaram a descrever uma interessante conexão entre dois aspectos pertinentes a todos esses saberes: alguns atingiam ao homem-corpo, enquanto outros miravam ao homem-espécie (Foucault, 1995).

Segundo Foucault, ao corpo, o século XVII europeu viu emergir a disciplina dos colégios e dos liceus; dos quartéis e das fábricas. Por meio da racionalização, da divisão hierárquica e do treinamento um leque de instituições operou no sentido de tornar úteis e dóceis os corpos dos indivíduos a ela ligados. Esses espaços de confinamento tinham o fim de moldar os corpos a ele submetidos no sentido de expandir a produtividade ou a passividade dos internos (Foucault, 1987).

A respeito desse momento histórico, Deleuze (1992) sintetizou:

Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola ("você não está mais na sua família"), depois a caserna ("você não está mais na escola"), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência (p. 220).

Complementar ao dispositivo disciplinar, com a emergência da população como problema, os Estados europeus de finais do século XIX começaram a intensificar o funcionamento dos chamados “dispositivos de segurança” (Foucault, 2006). A partir daí, aumentaram os discursos e as práticas que iam além do homem-corpo, voltando-se também para a definição do homem-espécie.

Nesse processo, ganharam força, por exemplo, os procedimentos estatísticos e a população passou a ser aquilo que precisava ser dominado. A estatística, nesse momento, assumiu o *status* de linguagem de controle. Sua atuação baseava-se na inserção dos acontecimentos em seqüências numéricas, para assim regulá-los ou, no limite, prevê-los.

Concomitantemente, criou-se uma ampla malha de instituições para definir e para conduzir o homem, considerado também como representante de uma determinada espécie. Na esteira dessa condução, criaram-se saberes a respeito das normas necessárias à diminuição dos perigos representados pela aglutinação populacional.

Tais perigos relacionam-se à presença de modos de vida diferentes dos aceitos pela normalidade. A norma, nesse contexto, serviu tanto como constructo científico quanto como um procedimento de governo.

A iminência do perigo e a implantação da norma produziram a noção de risco, segundo a qual todos deviam responsabilizar-se pela saúde de todos, não havendo espaço para uma vida na anormalidade.

A resistência seria combatida por meio da idéia de desvio, cara ao discurso estatístico, que servia para incorporar os modos de vida inusitados.

Forjou-se, portanto, a prática da regulação das populações. Por meio dessa estratégia “biopolítica” de governo, a lei integrou-se à norma. Dessa forma, atuação do Estado não se deu mais pela imposição do direito de vida e morte de um poder soberano sobre os súditos, mas pela gestão da vida dos cidadãos e sua expansão ao infinito.

Poderíamos apontar o intervencionismo estatal requerido tanto pela medicina social, quanto pelas reformas educacionais como manifestações da biopolítica na imberbe república brasileira. O caminho para tal associação poderia ser encontrado, por exemplo, na estratégia inclusiva que Lourenço Filho (1963) postula para os métodos escolares.

Para ele há necessidade de adequar os métodos de ensino à capacidade do estudante. As propostas de exercícios devem, se possível, tornarem-se individualizadas. Cada manifestação de sucesso deve ser usada como estímulo para promover a auto-confiança. O ambiente deve ser agradável e seguro. As portas devem estar bem fechadas. A alimentação, as vestimentas, a participação dos pais devem ser bem cuidadas para garantir a confiabilidade da instituição e de suas definições.

O autor esperava que os professores estivessem bem informados sobre a política educacional do Estado. Eles deveriam ser profissionais intelectualmente preparados e moralmente ilibados. Precisavam zelar por sua atualização constante, tanto em relação às modernas técnicas de aprendizagem quanto às justificativas teóricas do emprego dessas mesmas técnicas. Dos regentes de classe, também se esperava acuidade de observação. Esses vigilantes deveriam se esmerar na arte da descrever seus pupilos e procurar neles aquilo que destoava dos demais, fosse para o sucesso, fosse para o fracasso.

Para Lourenço Filho, a arte de diagnosticar seria a grande responsabilidade atribuída aos professores. Para tanto, demandava-se deles que estudassem as novidades científicas sobre o ajustamento e as mais recentes descobertas no campo da detecção de anormalidades gestadas no cenário escolar. A perspectiva do diagnóstico era sempre vinculada à possibilidade de cura. Destarte, se as propostas escolanovistas e higiênicas se perpetuassem, as escolas seriam transformadas em espaços terapêuticos nos quais se conduziam ações francamente corretivas para ordenar a moral e o comportamento dos educandos a elas submetidos.

3.1 Lourenço Filho e o governo do alunado na escola moderna

Manuel Bergström Lourenço Filho foi e ainda é um aclamado reformador brasileiro que apresentou seu libelo *Introdução aos Estudos da Escola Nova* em 1929, apenas três anos antes da publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932) do qual ele é um dos mais ilustres signatários.

No texto de 29 ele propôs uma escola que aponte a uma ação interventora direta e intencional na sociedade, o ponto de partida para tal intervenção seria justamente “o desenvolvimento individual de capacidades e aptidões” (Lourenço Filho, 1963, p. 16).

O pioneiro parte da crítica àquilo que ele chamaria de escola memorialista ou “escola tradicional” que, segundo ele, se preocupava mais com o acúmulo de informações e menos com a formação psico-biológica da criança, como ele pretendia se preocupar.

Tal atitude elevaria o educador à condição de demiurgo do acesso ao conhecimento, pois, adequados às idades e, conseqüentemente às condições físico-psicológicas, todos os ensinamentos dos mestres seriam transmissíveis e compreensíveis.

Escorado na idéia de que seria possível conduzir racionalmente o desenvolvimento infantil, Lourenço Filho propunha que os educadores oferecessem atividades em crescente complexidade à medida que as crianças se desenvolvessem biologicamente. O horizonte dessa proposta vislumbrava a formação de um adulto racional que, segundo o autor, expressaria o auge do desenvolvimento da capacidade humana.

Nessa busca, Lourenço Filho encantou-se com os novos conhecimentos do seu tempo congregados na pedologia, formatada por Stanley Hall nos primórdios do século XX. Essa “ciência da criança” incorporou “a antropometria, fisiologia, psicologia normal e patológica” (ibid., p. 37). Como no restante do mundo, nessa época, em torno desses saberes, surgiram institutos, associações, ministérios, organizações e conselhos regulados pelo Estado para resolver os problemas que tais conhecimentos se propunham a detectar.

De todas as instituições inspiradas nas informações fornecidas pelas ciências da educação e que justificaram a reforma dos anos 20, a preparação do educador tinha evidente preponderância. Talvez o motivo para tal fosse a proximidade que sempre tiveram a pesquisa e a prática educacionais, daí demandarem do professor o papel de crítico do funcionamento escolar e, ao mesmo tempo, propositor de saídas. De qualquer forma, Lourenço Filho via no movimento reformista a real possibilidade de criar um “maior e melhor conhecimento do homem” (ibid, p.21), e mais: melhorar não somente o processo educativo, mas tornar o homem melhor por esse processo. O grau máximo

dessa melhoria seria atingido quando os jovens estivessem em condições de integrarem-se no mundo social, humano e adulto.

O reformador estudou a história da educação até o século XX como um sucedâneo de especulações empíricas sem respaldo científico, no entanto, com o despontar da nova escola, a ciência iria elevar a técnica ao nível da tecnologia. Dessa forma, o fazer educativo subsidiaria a permanente evolução do saber educativo que teria condições de preparar os novos educadores para manterem atualizadas as técnicas de condução de condutas. Esses educadores, instigados em seu “espírito crítico”, recolheriam o máximo de dados a respeito de seus alunos e ajudariam na composição de quadros comparativos que viabilizariam classificações e definições, “as condições enfim de ajustamento normal e anormal” (ibid., p.31).

A elevação da ciência educacional à condição de tecnologia poderia ser efetivada pela contribuição da biologia ao campo escolar. Essa passagem se tornaria possível, segundo Lourenço Filho, caso se utilizasse um conjunto de instrumentos, nomenclaturas, operações e resultados que configurasse um todo a partir de fatos recorrentes na combinação fortuita de fatos individuais.

Seguindo esse raciocínio, o autor afirma:

Não se educa a alguém senão na medida em que se conheça esse alguém; e não será eficiente o trabalho do mestre se ele não tiver uma visão clara dos recursos do educando, a fim de que, em cada caso, possa proporcionar as situações mais desejáveis, ou indicadas à consecução dos propósitos que possa ter em vista (ibid., p.35).

Nesse momento, Lourenço Filho aproximou a tecnologia educativa à medicina, uma vez que ambas partiriam do mesmo conhecimento sobre o homem, o acompanhariam ao longo da vida e agiriam nele para recondiçaná-lo sempre que seus comportamentos quedassem insuportáveis. Dessa forma, tratariam os possíveis problemas de aprendizagem como inadequações à idade ou como doenças.

A fonte para a detecção científica desses problemas seria as medições e os exames. Assim, seja por cooperação ou por operação, a escola e a medicina ofereceriam perspectivas globais de intervenção. Nesse caso, o objeto de estudo seria o sujeito produzido após a ação sistematizada garantida pelo seu desempenho nas avaliações e exames, sejam eles escolares ou médicos.

A aproximação com a medicina possibilitou, no entender de Lourenço Filho, a criação de métodos seguros para a distinção entre indivíduos normais e anormais. Nesse aspecto, a escola deveria se preocupar com algumas situações inerentes ao desenvolvimento infantil, tais como: o crescimento, a maturação, o contingente hereditário e ao condicionamento nervoso.

No que se refere ao crescimento, o autor relevou a importância das medidas fornecidas pela antropometria pedagógica; a maturação teria como objeto o desenvolvimento da sexualidade, tanto

em nível da formação dos órgãos quanto ao comportamento desejante; o conhecimento da genética possibilitaria aos especialistas encontrarem os fundamentos glandulares para a adaptação/inadequação de cada qual ao meio em que vive; a enunciação do princípio pavloviano do “reflexo condicionado” permitiria que os educadores aprumassem os estímulos às respostas dos seus educandos.

Dessa forma, para educar, medir-se-ia o corpo, sondar-se-iam os desejos sexuais, investigar-se-iam aos antepassados, examinar-se-iam os componentes do sangue, realizar-se-iam simulacros de reações a estímulos externos, enfim, se levantaria um conjunto de dados a respeito de uma suposta interioridade humana. Esses dados indicariam caminhos seguros para a definição de faixas de normalidade advindas dos procedimentos estatísticos.

Ao definir seus critérios de normalidade, os cientistas da criança forneceram substrato para que os reformadores da escola se preocupassem com a eliminação dos obstáculos ao livre desenvolvimento dos alunos. Para tanto, se aperfeiçoaram os métodos da chamada “higiene escolar” que estariam orientados para eliminar as condições produtoras da anormalidade. Desdobraram-se do higienismo escolar a puericultura, a pedagogia terapêutica, a endocrinologia, a eugenia e alguns fundamentos da administração escolar. Ao analisar a atuação dessas ciências, Lourenço Filho mostrou-se afinado com a acepção de Artur Ramos em relação à definição de aluno-problema, para ambos esse termo definiria aqueles indivíduos que possuíam alguma inadequação aos procedimentos educacionais, muito embora não revelassem quaisquer irregularidades físicas detectáveis.

Nesse momento, Lourenço Filho atingiu a uma ilustrativa concepção de ser humano, em que

o ser humano começa por uma célula original que se multiplica, dessa multiplicação resultando tecidos e órgãos diferenciados; a um crescimento e maturação pré-natal, segue-se um desenvolvimento pós-natal, que não se caracteriza apenas pela morfologia e estrutura, mas também pelos aspectos de adaptação em padrões mais e mais complexos. Por eles, o organismo, em interação com o meio, vem plenamente a realizar-se ou tornar a forma adulta, exprimindo-se no plano biológico e no plano social e moral (ibid., p. 52).

Releva-se nesse trecho a característica progressiva e, portanto, previsível do desenvolvimento do corpo humano. Esse desenvolvimento seria tido como normal desde que estivesse em conformidade com os padrões médios extraídos nos exames realizados em um determinado grupo social. Assim, cada indivíduo seria investigado no interior da coletividade corpórea a que se vinculasse.

No entanto, o corolário do desenvolvimento humano, para Lourenço Filho, não estaria somente no adequado desenvolvimento físico. Na opinião do autor, o ponto alto a que um ser humano poderia chegar refere-se ao que ele chamou de “afirmação da personalidade”. Esta seria tomada como o

ponto de contato entre a maturação física, referenciada nos padrões coletivos, com a formação psíquica que expressaria condicionantes individuais.

O equilíbrio psíquico redundaria na correta inserção de cada aluno ao seu meio social e, ao mesmo tempo, na sua adequação às determinações morais desse ambiente. A responsabilidade da escola nesse contexto seria a de cuidar para que a evolução biológica se processasse sem interrupções, e, da mesma forma, a especificidade psíquica não levasse a um convívio conflituoso.

Da fusão da biologia com a psicologia, Lourenço Filho detectou o surgimento da psicopedagogia. Este saber buscou, por meio da “descrição estatística”, adaptar as conquistas da ciência biológica à investigação da personalidade de forma a sondar sobre os motivos que levariam às incapacidades adaptativas dos estudantes com o meio escolar.

À psicologia, portanto, foi dada uma efetiva responsabilidade.

Quaisquer que sejam as concepções filosóficas e sociais da educação, ou qualquer que seja a visão dos fins possíveis, ou julgados possíveis na formação humana, um denominador comum existe: é o de que podemos alterar, fazer variar ou modificar o comportamento e a experiência do educando, no sentido de objetivos que tenhamos como úteis, justos ou necessários. Cabendo à psicologia, e não a outro ramo de estudos, a investigação de tais problemas, segue-se que o adiamento das formas gerais da ação educativa dependerão do progresso dessa disciplina (ibid., p.60).

“Alterar, fazer variar ou modificar o comportamento”, uma responsabilidade declarada à psicologia, a utilidade e seu complementar estímulo à produção; a evocação à justiça e seu consequente moralismo. A sedução pela modificação do comportamento é evidente nos ditos dos reformistas dos anos 20.

Principalmente após Wundt fundar, em 1879, o laboratório de psicologia experimental, tornou-se possível, para ele e seus colegas, simularem laboratorialmente situações em que fosse possível aferir uma certa regularidade de respostas a indivíduos submetidos a testes por eles criados. O critério de aceitabilidade das respostas estaria, como sempre estará, na intencionalidade das perguntas.

Desse experimentalismo de Wundt, Lourenço Filho disse partirem os estudos da psicologia funcionalista; da reflexologia pavloviana; da psicologia freudiana dos doentes mentais e da psicologia animal de Lloyd Morgan. Em todos esses casos, o reformista viu a crença na idéia de que o meio pode interferir diretamente na condução das condutas dos examinados, além de despertar para uma existência interior autônoma.

Tais estudos sobre a condução dos comportamentos foram acrescidos dos resultados colhidos pela psicologia da gestalt, iniciada por Wertheimer nos anos de 1930 procurando a integralidade na descrição fisiológica das reações humanas. Desdobraram-se dele os enunciados da psicologia social que fizeram Lourenço Filho afirmar que “começou o comportamento humano a ser analisado por

seus fatores de motivação, a partir de certos dados da biologia, e depois, de novos conceitos que os estudos da vida social levariam a criar” (ibid, p. 62).

Para alcançar tal integralidade descritiva, as experimentações psicológicas começaram, a partir dos trabalhos de Stanley Hall sobre adolescência em 1904, a tomar como uma das referências a idade. Dessa forma, os testadores psicólogos passaram a definir os atrasados e os adiantados, assim como aqueles que respondiam às simulações dentro de uma média normal esperada para a idade. Segundo Lourenço Filho, a adequação do ensino à idade cronológica dos estudantes é uma das grandes contribuições da psicologia de inícios do século XX à escola.

Na narrativa do reformador, a primeira metade do século XX viu estruturar-se uma influência, embora indireta, decisiva da psicologia à escola. Trata-se daquilo que Lourenço filho chamou de “caracterização objetiva das semelhanças humanas e das diferenças individuais”. Essa função foi assumida pelos psicólogos da linhagem de Galton (1822 – 1911), Cattell (1860 – 1944) e Binet (1857 – 1911); ela pressupunha que os testes permitissem categorizar os indivíduos em diferentes grupos por faixas etárias. Surgem nesse contexto as classes especiais tanto para superdotados quanto para retardados. Além disso, com os testes categorizadores pôde surgir a psicologia das capacidades específicas, das aptidões, da adaptação emocional e social; dentre outras.

Das categorizações e das medições em relação à idade, começaram a se estruturar as práticas da psicologia clínica.

Embora de mais delicada aplicação e interpretação, quando bem conduzidas, prestam ao educador comum inestimáveis serviços, nos casos de crianças-problema e nos de jovens e adultos, com dificuldades de ajustamento. Representam ainda subsídio indispensável na orientação educacional e profissional (ibid., p. 71).

O que leva à doença do jovem e do adulto ou ao problema da criança é a dificuldade de ajustamento; para tal incapacidade, Lourenço Filho propõe a clínica. Ou, dito pelo avesso, a escola transferiria para o consultório médico aqueles que não se ajustam à sua rotina. Ficam limitadas aqui as interpretações de Maria Helena Patto (1999) a respeito da psicopatologização na escola como um equívoco da psicologia com viés burguês. No comentário de Lourenço Filho nos apercebemos que a escola é responsabilizada por ajustar seus problemáticos à atuação clínica da psicologia com seu arsenal médico/normalizador e não, como assevera a autora, o contrário.

Tal arsenal permitiu ao discurso da psicologia desdobrar sua tendência à individualização dos males, pois “não basta separar os alunos em classes diferenciais; será preciso que o conteúdo e a forma do ensino convenientemente se adaptem a cada uma delas” (Lourenço Filho, 1963, p. 72). Essa tendência releva dois aspectos complementares: por um lado o indivíduo é constantemente avaliado e categorizado segundo os critérios dos testes, nesse caso, seus resultados são comparados

às médias dos demais examinados, abstraindo-se daí seu posicionamento perante o grupo; por outro lado, o tratamento pretende-se individualizado e específico para cada caso.

Alcançar as razões determinantes da ação humana será penetrar a natureza do homem e da vida social, e, portanto, melhor compreender as expressões da cultura e sua direção. Será dispor de meios que habilitem a tornar mais eficientes as técnicas que digam respeito ao ajustamento humano, à organização do trabalho e do serviço social, à prevenção da miséria, da loucura e do crime. Será compreender, enfim, o alcance e os limites das técnicas de educar (ibid., p. 76).

O reformista tem a educação como técnica que viabilizaria a prevenção dos desvios sociais; tornaria o educando produtivo; afastá-lo-ia da falta de razão. Utilizar e conhecer essa técnica seria compreender e penetrar no comportamento humano, sempre guiado pela busca do ajustamento. Como vimos, esse ajustamento deveria ser adequado às etapas etárias e ao desenvolvimento psico-biológico do corpo do indivíduo, um ajustamento normal, portanto.

A perspectiva do ajustamento serviu de guia para Lourenço Filho sondar a respeito da motivação. Para ele, essa é elemento central no processo educativo e se conecta com outros construtos da psicologia, tais como a conveniência, o interesse e a atenção. A manipulação cientificamente orientada desses elementos garantiria, segundo o autor, a “adaptação geral do comportamento” (ibid., p. 80). Para garantir tal manipulação, o educador deveria motivar aos alunos a partir dos diferentes “níveis de aspiração” definidos pelo professor e adequados à idade dos alunos.

O dirigismo de Lourenço Filho não se apresenta ideológico, não parece que se deveria distinguir tal ou qual classe social no ambiente escolar. Ao contrário, a pedagogia proposta por ele revela-se bastante inclusiva e universalista, essa concepção poderia ser aplicada a quaisquer ambientes sociais, uma vez que se dirige a uma propalada essencialidade corpórea do homem. Embora haja uma intensa relação com o meio para que se produza o aprendizado ajustador, esse meio parece, nos escritos de Lourenço Filho, se restringir ao espaço escolar.

Nesse processo, seria o próprio aluno quem definiria as ações motivadoras a ele aplicadas, uma vez que elas dependeriam do amadurecimento ou retardo das suas estruturas psico-físicas. O papel do professor deveria ser o de conhecer e respeitar o desenvolvimento interno, pois, “por esse mesmo movimento, criam-se condições para valoração do indivíduo por ele próprio, ou auto-estima” (ibid., p. 85). Nesse ponto desenvolvem-se os valores sociais. Estes “em última análise adquiridos ou aprendidos por ampliação de interesses, atitudes, propósitos e aspirações. Referem-se a resultados gerais da aprendizagem” (ibid., p. 86).

Lourenço Filho, portanto, assume o caráter moralizante como a principal missão da aprendizagem, tanto aquela que se faz no ambiente social de forma difusa quanto da educação intencionalmente elaborada na escola. Dessa forma, os saberes relativos à biologia, à genética, à

psicologia, à sociologia e à estatística seriam congregados na ação do educador para garantir um adequado ajustamento de cada qual aos valores normais instituídos pelos enunciados dessas ciências.

A aprendizagem deveria ser realizada a partir da condução da motivação, seja por condicionamento, por ensaio e erro ou por apreensão de “formas ou configurações”. De qualquer forma, caberia ao processo educativo ater-se às idiossincrasias para despertar nelas condições de ajustamento social aos valores instituídos pelos próprios educadores.

Nesse momento, Lourenço Filho aponta suas análises em direção às descobertas de seu tempo relativas à personalidade. Novamente, nesse aspecto releva-se o componente do ajustamento, uma vez que os atributos e as capacidades pessoalmente adquiridas deveriam ser desenvolvidas e aperfeiçoadas pelo processo educativo na perspectiva da formação de costumes responsáveis pela criação de “modos comuns de sentir, pensar e agir” (ibid., p. 108).

No caso de desequilíbrio nesse processo, seja por influência danosa do meio, seja por razões fisiológicas ou morais; o indivíduo seria considerado como um doente, dessa maneira, suscetível à ação terapêutica ora da escola, ora da medicina.

Em síntese,

como quer que seja, estudos sobre a personalidade têm permitido conclusões que tanto se impõem à reflexão pedagógica, quanto à formação das bases técnicas da educação. Não se completam eles, no entanto, no domínio da psicologia, ou, mais exatamente, da psicologia individual. Para o devido desenvolvimento reclamam mais completa análise dos fatos sociais e do processo da cultura (ibid., p.113).

Destarte, a personalidade do sujeito ajustado à sociedade deve ser objeto de uma educação tecnicamente orientada. Além disso, os constituintes sociais e culturais dessa personalidade operariam de forma a inserir, nos comportamentos individuais, os critérios valorados como positivos pelo ambiente que rodeiam aos jovens em processo de estudo. Uma educação regenerativa, seja do homem, seja do mundo que o cerca.

3.2 A psicologia e a criação de um espaço interno manipulável

Analisamos os escritos de Lourenço Filho no contexto histórico em que diferentes ciências tomam o homem como objeto e sujeito de saberes que o definem. No caso do cenário escolar, vimos que a pedagogia deveria fornecer aos indivíduos sob sua orientação instrumentos de ajustamento. Tal ação é um dos fundamentos para a instituição de outro elemento, profundamente moderno: o sujeito da psicologia.

O homem psicologizado vive numa permanente “ilusão de interioridade” (Silva & Nardi, 2004) e é seduzido pela idéia de que sua vida anímica é absolutamente inusitada. Nesse caso, a experiência

subjetiva pode ser vivida de forma livre, bastando ao indivíduo o trabalho interior de reorganização para alcançar um suposto equilíbrio.

Consideramos que, historicamente, o saber psicológico desdobrou-se em possibilidade de governo no momento em que, para funcionar, careceu da psicologização da sociedade como um todo. Nesse processo, observa-se que a modernidade operou a “uma progressiva modelização e homogeneização de toda experiência subjetiva” (ibid, p. 194) por meio da dissolução das fronteiras entre o público e o privado. Tal dissolução tornou-se possível porque se criou, no desdobrar dos procedimentos de subjetivação, a idéia de uma permanente crise na qual o indivíduo só ultrapassaria se adaptando livremente ao mundo instituído. Porém, essa liberdade tem um caráter eminentemente narcisista, eliminando dela qualquer potencial político (ibid).

Bezerra (1989) discorre sobre o fato da psicologia correr o risco de dedicar-se meramente a requintar o “auto-exame” ou mesmo o “auto-conhecimento” . Trata-se, para o autor, de processos contemporâneos de subjetivação.

A contemporaneidade oferece numerosas convocações à originalidade e ao auto-conhecimento, isso permite supor que toda a vida moderna foi e é vivida no interior dos corpos, interior esse construído pelos discursos que constituem esses corpos como objeto de estudo.

A respeito dessa transformação do sujeito moderno em objeto de estudo, Hilton Japiassu (1979) fez uma interessante pesquisa para compreender aquilo que ele chama de “declínio da mística freudiana” (p. 7). Em suas análises, o autor desdobra importantes elementos para a crítica à psicologia na modernidade. Dentre seus argumentos, repara o progressivo abandono da filosofia no saber psicológico, tornando este campo de estudo uma mera técnica de adaptação comportamental ao ambiente. Dessa forma, a psicologia atual teria esvaziada qualquer capacidade de inventar novas concepções de humano, conseqüentemente, sobejariam as iniciativas de ajuste e refluiriam as propostas de transformação.

Nesse processo, o autor aponta para a retomada, bastante vigorosa, dos princípios comportamentalistas, fundamentalmente no momento em que eles retomam argumentos relacionados à biologização do psiquismo, à naturalização do humano e à afirmação da sua mutabilidade. Essa concepção, segundo Japiassu, garante a psicologização do social, pois opera reduzindo o homem a uma condição a-histórica porque sobreleva os critérios científicos da biologia e da física, reduzindo a individualidade humana à sua capacidade de adaptar-se a um meio e a uma sociedade dados.

Complementar à ascensão das concepções comportamentalistas na psicologia e à conseqüente subserviência delas a estratégias adaptativas, Hilton Japiassu observa a viabilidade que os enunciados piagetianos adquirem nesse movimento.

O pensamento de Piaget é considerado pelo autor de *A psicologia dos psicólogos* como um modo de garantir o controle do comportamento por meio de princípios utilitários, tais como a adoção do modelo homem/máquina. Esta metáfora permitiria aos piagetianos suporem estágios evolutivos para as diversas capacidades humanas, adequando a educação ou a terapia ao nível etário dos indivíduos.

Japiassu vê como evidente o aspecto manipulatório a que as técnicas pedagógicas inspiradas em Piaget se prestam, uma vez que à racional detecção dos níveis mentais corresponderia um racional planejamento de ações e uma precisa aferição de resultados. Todo esse mecanismo possibilitaria o insuflar da produtividade e da eficiência que se constituem como sustentáculos da moderna concepção de educação. A partir daí, o autor constata também que “a tecnologia comportamental, em psicologia, constitui hoje um dos campos mais privilegiados da lógica pecuniária que dirige as investigações nos campos da aprendizagem-manipulatória e da engenharia-psíquica, fundadas em princípios utilitários, da máxima eficiência, do máximo controle, da automatização dos indivíduos” (ibid, p.50).

Antecipação, manipulação e controle para garantia da eficácia. Policiamento, pois.

Ao lado de Japiassu, Georges Canguilhem teve importante contribuição para compreender o envergar da psicologia à condição de polícia.

No artigo *O que é psicologia?*, Canguilhem (1973) aventura-se em um histórico desse saber para sugerir que se trata de

Filosofia sem rigor, porque eclética sob o pretexto de objetividade; ética sem exigência, porque associando experiências etológicas elas próprias sem crítica, a do confessor, do educador, do chefe, do juiz, etc.: medicina sem controle, visto que, das três espécies de doenças, as mais ininteligíveis e as menos curáveis doenças da pele, doença dos nervos e doenças mentais, o estudo e o tratamento das duas últimas forneceram sempre à psicologia observações e hipóteses. (ibid.,p.1)

Para confirmar sua suposição, o autor afirma-se propositadamente teleológico e intenciona sondar sobre os fundamentos dos diferentes campos em que as diversas vertentes da psicologia desdobraram seus métodos e suas concepções.

O primeiro desses campos, Canguilhem encontra a denominação da psicologia como ciência da alma, tal como o aristotelismo evocara. Nesses enunciados ela é tratada como um saber intimamente relacionado com os estudos da física, um ramo da biologia, portanto. Foi por esse viés que o autor localizou os fundamentos da psicofisiologia e da psicopatologia (campo médico) em que os especialistas dessas áreas se dedicariam a procurar origens fisiológicas para comportamentos tidos como insuportáveis.

Complementarmente, com a emergência da física moderna, o universo criado pelas sensações e pelas patologias mentais foi considerado como falsificações do espírito à razão. O corpo, nessa

lógica argumentativa foi metaforizado como máquina e as estruturas mentais ganharam a possibilidade de serem calculadas à moda dos fenômenos estudados pela mecânica. Nasce, portanto, para Canguilhem, os fundamentos da “psicologia, ciência da subjetividade” (ibid, p.4) ou seja, uma ciência que se propõe a quantificar tanto o funcionamento quanto as disfunções do cérebro, uma vez que esse órgão é tomado como centro de toda sensação humana. A psicologia nesse caso é guindada à condição de psicofísica.

Ainda no campo da psicologia como ciência da subjetividade, Canguilhem detecta o aparecimento de outra forma de se compreender os fenômenos ligados à psiquê. Trata-se da introdução do princípio da reflexão. Nesse aspecto, utilizando o pensamento kantiano, os estudiosos desse campo se aperceberam que a psicologia não poderia utilizar métodos científicos, porque a única maneira de conhecer a alma seria por meio de uma sondagem realizada pela própria alma, conseqüentemente, se desconsideraria a razão; concluiu-se assim que à psicologia seria negado o estatuto científico. Nas palavras do autor, nessa acepção: “A psicologia não pode pois ser senão descritiva. Seu lugar verdadeiro é numa Antropologia, como propedêutica de uma teoria da habilidade e da prudência, coroada por uma teoria da sabedoria.” (ibid, p.7).

A negação do estatuto científico da psicologia atribuída por Canguilhem aos kantianos foi suplantada por estudiosos como Maine de Biran, Pinel, Esquirol e Freud. Essa linhagem foca suas preocupações nos aspectos patológicos do comportamento psíquico para afirmar que a psicologia deve se tornar “uma ciência da intimidade”. Tal acepção conduz à idéia de que há uma estrutura inconsciente, ainda física, que age de forma a iludir a consciência e levar o indivíduo à condição de doente. Desdobra-se dessa concepção a suposição de que o inconsciente possui profundidade e funcionamento próprios, cabendo à psicologia vasculhá-lo em busca das origens do comportamento doentio.

Para conceituar o derradeiro ramo a que a psicologia se anexou, Canguilhem volta-se para o mesmo problema já detectado nesse trabalho por Japiassu, qual seja, o momento em que a psicologia efetiva sua separação em relação à filosofia. Nesse particular Canguilhem observa o nascimento da psicologia como ciência dos comportamentos. Essa psicologia é anunciada pelo autor como um apanhado de procedimentos técnicos que têm a pretensão de medir objetivamente as reações humanas por meio de testes que simulariam realidades concretas. Essa abordagem, para Canguilhem, possui um equívoco de origem, pois eleva o examinador à condição de juiz e, ao mesmo tempo, de inquiridor do sujeito em processo de avaliação. Essa condição traz de volta a questão a respeito do estatuto da psicologia.

Se o estatuto é científico ou técnico, não parece importar ao autor, mas a discussão por ele proposta leva a conceber que, na medida em que o saber psicológico abdica de criar sua própria concepção de humano, acaba por subsumir à condição de polícia da alma.

É, pois, muito vulgarmente que a filosofia coloca para a psicologia a questão: dizeime em que direção tendes, para que eu saiba o que sois. Mas o filósofo pode também se dirigir ao psicólogo sob a forma — uma vez que não é costume — de um conselho de orientação, e dizer: quando se sai da Sorbonne pela rue Saint-Jacques, pode-se subir ou descer; se se sobe, aproxima-se do Pantheon, que é o Conservatório de alguns grandes homens, mas se se desce dirige-se certamente para a Chefatura de Polícia. (ibid,p. 11).

Historicamente, portanto, à psicologia foram atribuídos, dentre outros, os epítetos de: técnica de auto-exame, psicofisiologia, psicopatologia, ciência da subjetividade, psicofísica, teoria da sabedoria, ciência da intimidade, polícia da alma. Um olhar genealógico para essas definições abdicaria de encontrá-las como saberes acumulativos em direção a um verdadeiro conhecimento do homem. Tal visão permitiria ao pesquisador vislumbrar todas as definições relativas à psicologia como tentativas de criarem-se verdades sobre o comportamento humano de forma a possibilitar uma condução, o mais sofisticada possível, de sua conduta.

4. Higiene Mental, aluno-problema e os regimes de verdade em torno da inadequação escolar

Como vimos, as décadas de 1910 e 20 marcaram novidades nos princípios de condução das massas urbanas no Brasil. Conseqüentemente, demandaram-se novas e mais sofisticadas técnicas para condução dos indivíduos inseridos em quadros populacionais formulados pelos cientistas.

Nesse contexto, repara-se a dedicação definitiva do Estado aos assuntos educacionais. A estruturação de uma política educacional tomou ares nacionais. É possível perceber nesse momento que, imersa nos cânones da medicina social e da psicologia, a educação aproximou-se definitivamente das práticas de correção.

Dos discursos educacionais que se confrontaram na primeira metade do século XX, destacaremos um que, por sua eficiência, potencializou tanto o igualitarismo dos liberais quanto a normalização pretendida pela medicina.

Trata-se da higiene mental que teve em Artur Ramos um importante nome e um abnegado promotor.

A higiene mental, pelo viés de Ramos, possibilitou a substituição da idéia de diferença hereditária pela de cultura nas explicações para as dificuldades de aprendizagem (Patto, 1999), abrindo assim caminho para uma intervenção segura dos especialistas/psicólogos no cenário educativo.

O movimento da Escola Nova pretendia-se reformador. Portanto, sob os auspícios da livre promoção das potencialidades, todos poderiam ser ensinados. Essa nova relação pedagógica opunha-se ao que ela própria chamava de “Escola tradicional”. O ensino não mais era tido como um privilégio da elite, mas como uma possibilidade de inclusão de todos os cidadãos. Além disso, para os defensores da Escola Nova, não seria a diversidade, fosse ela racial ou social, que impediria o aprendizado (ibid).

Artur Ramos, por meio da introdução da psicanálise nos procedimentos educativos, teve grande responsabilidade nessa nova orientação.

Tentaremos mostrar que o citado higienista da mente desdobrou as teorias em voga, fundamentalmente freudianas, em técnicas de avaliação e tratamento a partir de um princípio geral: a inclusão da diferença na norma.

Segundo Maria Helena Patto, Artur Ramos tinha um programa claro: “curar o inconsciente do brasileiro, por ele considerado mais primitivo do que o dos povos tidos como civilizados” (ibid, p.106).

A perspectiva curativa associou-se à constatação do atraso. No entanto, diferentemente das soluções segregacionistas ou igualitárias, a nova profilaxia atingiu uma estrutura pertinente a todos: o inconsciente.

Pode-se dizer que a higiene mental, por meio da associação entre a psicanálise e a educação, procurou construir nos brasileiros um interior sondável e, por conseguinte, tratável.

Essa característica permitiu ao discurso higiênico galgar foros institucionais dos mais variados matizes. Foi possível, inclusive, criar políticas públicas que marcaram profundamente a história da educação brasileira.

Não faremos a história das idéias de Artur Ramos. Tentaremos nos apropriarmos de seus enunciados para especular sobre uma possível associação entre o princípio inclusivo que eles defendem e as práticas de correção, observáveis nesses enunciados.

Não esperamos tratar Ramos como um grande nome da educação brasileira; a pretensão é analisar seu discurso como acontecimento, ou seja, episódios efêmeros que, ao se desdobrarem em práticas, tornaram-se instrumentos de governo para os mais variados comportamentos.

Ao mergulhar nas análises de Artur Ramos, salta aos olhos a invenção do termo “aluno-problema”. Este foi adotado para diferenciar os alunos “difíceis” dos “anormais”. Para o autor, a questão era clara: a maioria dos alunos-problema não conseguia se adaptar à vida escolar porque eram “duros de cabeça”, “difíceis”, ou, no limite, atrapalhavam o cotidiano. Distinguiam-se dos “anormais” porque não possuíam deficiências físicas constatáveis pelos exames (Ramos, 1939).

Nessa época, a visibilidade das deficiências era aferida, fundamentalmente, por testes inspirados em Binet. Artur Ramos apurou que os “atrasados” de Binet compunham um universo estatístico muito pequeno em relação aos alunos que causavam problemas à escola. Foi para estes que a higiene mental apontou sua preocupação. Por meio da ampliação dos instrumentos de avaliação e tratamento pôde-se ampliar também a rede de definições sobre as causas da inadequação escolar.

A idéia de “normal”, portanto, pela ação do discurso estatístico, foi associada à média, ou seja, Artur Ramos estava procurando um meio de tratar a maioria dos estudantes brasileiros distanciando-os do quadro dos doentes. A cura, portanto, se metamorfosearia em inclusão do diferente ao padrão estatístico.

A higiene mental não utilizaria suas avaliações com o objetivo de distinguir os normais dos anormais. Ela avaliaria a todos e, por conseguinte, tentaria classificar as diferenças, resgatando os desadaptados para o convívio dos adaptados.

Tal noção desdobrou-se, por exemplo, na criação das “clínicas de hábito”, onde

são estudadas principalmente as bases fisiológicas da personalidade, as atividades instintivas primordiais, como a fome, a sede, as funções de eliminação, o sono e repouso, as atividades de sexo, as principais manifestações emocionais e afetivas, o

desabrochar da inteligência. O higienista mental orienta essas funções na formação de hábitos normais, corrigindo os mais precoces desajustamentos encontrados (*ibid.*, p.22).

A avaliação aí proposta tem por objetivo “conservar normal a criança normal” (*id ibid*) e “ajustar a criança desajustada” (*ibid*, p.21). Ao estipular, para todas as crianças, critérios “normais” de conduta, o higienista previniria um futuro aluno-problema e garantiria aos demais a possibilidade de manutenção na regularidade da norma.

Arma-se, portanto, a série: orientação/criação de hábitos/correção; apontando sempre para a prevenção. Repara-se que a lógica dessa série não é alijar os problemáticos do convívio com os demais. Ao contrário, o hábito, criado pelo convívio com os normais, comporia o tratamento que resgataria o desajustado à normalidade. Tratava-se da inclusão como fundamento da cura.

4.1 O aluno-problema de Artur Ramos

Para Ramos, o conceito de “aluno-problema” era preferível à idéia de “anormal”, também porque a segunda opção atrelaria o aluno a seu corpo e, portanto, o condenaria à sua carga hereditária. No entanto, para o higienista, não era somente por meio da genética que os laços familiares determinavam comportamentos. A família era responsabilizada por criar um ambiente onde o problema da criança teria origem. Ao fazer isso, foi possível à higiene mental ampliar o número de crianças passíveis de observação e tratamento.

Nesse momento, entende-se por que a psicanálise foi fundamental para dar coerência aos procedimentos da higiene mental. A leitura que Artur Ramos fez de Freud relevou a importância da família na definição do comportamento da criança. Segundo o educador, “age-se na criança através dos pais” (*ibid.*, p. 43).

Mais uma vez, opera-se na lógica da inclusão. A criança-problema quase nunca nasce desajustada; torna-se diferente pela ação do meio, primordialmente, familiar. Além disso, a variedade de males é tão grande que ficaria difícil escapar de um tratamento caso a caso. Em outras palavras, todos possuiriam, em algum nível, um “problema” passível de tratamento. A não ser que se tomasse uma família ideal, educando uma criança ideal de maneira a sanar seus conflitos interiores até prepará-la para um convívio social sem contradições.

O uso que Artur Ramos fez do discurso psicanalítico permitiu-lhe procurar na história familiar situações, sempre previsíveis, formadoras de complexos. Tal ação possibilitou ao higienista aplicar um tratamento que não desprezava a dimensão individual e, ao mesmo tempo, mantinha a referência no comportamento esperado para a idade. A psicanálise permitiu que se tornasse o estudo caso a

caso operacional. Ele analisou a história dos “alunos-problema” para encontrar na especificidade de sua existência a generalidade de um complexo psicanalítico.

Para sondar esse mecanismo, um caso: J.D.

Toda criança encaminhada pela escola às clínicas de higiene mental era submetida a variados testes, tanto psicológicos quanto orgânicos. Em todos os momentos, os profissionais avaliadores redigiam fichas de registro com informações detalhadas sobre aquilo que eles consideravam, à luz das acepções higiênicas, digno de nota.

J.D. foi um caso.

A criança de dez anos foi descrita em detalhes. Sua gestação, as atitudes da mãe após o parto, a relação do casal, foram retratadas como confusas e violentas. Na escola, foi nomeada como “turbulenta”, porém inteligente. Seu comportamento sexual com os colegas, digno de preocupação, pois falava palavrões e era agressiva. Sua vida em família também foi objeto de verificação, pois lhe era permitido dormir tarde, beber em comemorações e ver o pai, embriagado, bater na mãe. “É insociável, agitado, valentão, agressivo, aderente, orgulhoso, desconfiado, bulhento. Atenção deficiente, mas boa memória e inteligente” (ibid., p. 206).

Ramos analisa o caso J.D.

psicanaliticamente, é evidente a existência de fixação anal, o que é revelado não só nas perversões sodômicas, como nos traços de caráter que, segundo a hipótese freudiana, estariam ligados ao fator anal-erótico, como a sujeira, a instabilidade, a turbulência, o descuido nos compromissos, a mania de destruição dos objetos, os furtos, a preocupação com dinheiro, etc. Em torno desse núcleo de fixação anal se formaram complexos, constelações em consequência dos graves conflitos do ambiente familiar. Assim, podemos verificar os sentimentos ligados à situação edipiana: ódio ao pai, afeição pela mãe, com uma série de comportamentos reacionais. O ódio e a aversão ao pai e ao ambiente da casa, são patentes nas expressões com que se refere ao pai, aos seus desejos de vingança (quer entregá-lo à polícia), nas fugas de casa, na projeção dos seus atos de ódio e agressão à autoridade em geral (fugas na Escola, turbulência e agressão aos colegas, desejos de apedrejar a Escola...) (ibid., p.209).

Não é propósito dessa pesquisa questionar a precisão conceitual dos relatos criados para descrever a vida de J.D.

O que queremos enfatizar é o trabalho de Ramos com fragmentos de diversos depoimentos: narrativas de professores, avaliadores, psicólogos etc para constituir uma explicação convincente a respeito do aluno problemático. O excerto apresentado no livro de Ramos é uma composição dessas diferentes falas coletadas em diferentes dias. Portanto, o higienista recriou a história de J.D.

Não se pode confundir essa recriação com falseamento, porém reparamos que o mecanismo dela funciona pela apropriação discursiva das atitudes do menino para, posteriormente, inseri-las na seqüência que vai do núcleo de fixação ao complexo. Por esse mecanismo de interpretação, J.D. é guindado da condição de indivíduo à de objeto de saber e correção.

Cria-se um sujeito: o aluno-problema.

Esse processo de subjetivação propunha-se a resgatar o desviante à norma. Se a causa do desajuste era exterior à escola, o aluno não precisava ser segregado dela. Tratava-se apenas de reconfigurar o meio familiar para rearticular o interior do aluno (sua psique) ao cotidiano escolar. Nesse aspecto, os argumentos colhidos no discurso psicanalítico novamente se mostram potentes, uma vez que eles possibilitam a Artur Ramos vascular a história do desviante para recontá-la buscando, na vida pregressa do desajustado, a origem para sua inadequação.

A higiene mental esperava salvar não apenas o indivíduo problemático, mas toda a sociedade, uma vez que ela considerava a família como uma “unidade social fundamental” (ibid., p.42).

A apropriação que Ramos fez da psicanálise permitiu-lhe compreender J.D. na sua condição de indivíduo cindido. Na superfície, o personagem é visto como agressivo, delinqüente, avarento, rebelde etc. No entanto, essa aparência esconde uma essência comum a todos: o desenvolvimento da sexualidade.

Aquilo que distingue J.D. é exatamente o que o integra a um conjunto de explicações profundas, ou seja, se todos têm a fase anal, aqueles que passam por ela de forma traumática são potencialmente sujos, instáveis, turbulentos, descuidados, destruidores, ladrões, avaros. Esse trauma, coerente com a “situação edipiana” do aluno foi convertido pelo analista no ponto de contato do presente com o passado. Toda a história do sujeito foi reconstruída a partir desse evento, assim, todas as atitudes inadequadas e causadoras de sofrimento podem estabelecer vínculo com um tempo anterior forjado nas interpretações e rearticulações de suas atitudes. Preso a um passado escondido no inconsciente, o problemático somente alcançaria a redenção após uma intervenção especializada dirigida para o exorcismo de seu desequilíbrio.

Os males de J.D. não eram particularidades. A explicação para sua conduta inseriu-se em um conjunto de atitudes esperadas pelo analista. Ou seja, o particular e imprevisto foi colocado em um contexto geral e previsível. Por esse mecanismo, as atitudes desviantes foram incluídas no rol de comportamentos esperados. Tal inclusão permitiu ao higienista mental interferir de forma a corrigir o desvio e resgatar o indivíduo à normalidade.

Como já vimos, segundo essa explicação, o ambiente familiar era considerado como o gerador dos maus comportamentos e pode ser corrigido pela implantação de novos hábitos que sublimariam os traumas das crianças. Portanto, para esse tipo de intervenção, uma família fora da norma seria criadora das instabilidades de seus rebentos.

Essa estratégia discursiva é coerente com aquilo que a medicina social chamava de higiene, uma vez que se tratava de antecipar as causas do desequilíbrio e saná-las antes mesmo que ela se

manifestasse. Tal antecipação seria possível por transformações no ambiente de forma a torná-lo sadio, ou seja, organizado e asséptico.

A prevenção oferecida pela higiene mental necessitou de outro elemento: o psicólogo. Seu posicionamento de especialista dos comportamentos, ao lado de suas avaliações e testagens tornavam forte seu discurso para conseqüente encaminhamento da cura. Armado de conceitos, complexos, síndromes e teorias o especialista da alma poderia explicar cientificamente os caminhos que desviaram a vida do aluno da correta postura, inserindo-o na situação de problemático. Retoma-se aqui o aspecto policialesco do ofício do psicólogo, uma vez que, suas definições e proposições fazem-no se aproximar da condição de guardião da norma.

Ao analisar a escola no início do século XX, Maria Patto (1999) argumenta que a escola burguesa é responsável pela produção do fracasso escolar, tal produção insere-se na construção ideológica realizada pelas classes dominantes para excluir os jovens das classes baixas do ensino de excelência praticado para as elites. Para a autora, a cumplicidade entre a medicina e a escola foi fundamental nessa tarefa, uma vez que a primeira garantiu a construção de estigmas como “atrasado” ou “doente” e a segunda demandava comportamentos adaptados às exigências da instituição escolar. Por meio dessa seqüência assertiva, a autora justifica a prevalência do fator familiar na explicação sobre a criança-problema constituída nos gabinetes dos higienistas.

Afirma a autora que, embora Artur Ramos tivesse abdicado das explicações herodológicas a respeito dos problemas psíquicos das crianças, ele sobrelevava o papel da família como meio onde se originavam as causas do comportamento indesejável dos alunos. Para ela, o motivo dessa interpretação repousava no fato de que Ramos defendia idéias “a respeito da natureza primitiva da mentalidade do povo, não é descabido supor que estas descrições da vida sócio-familiar na pobreza partiam do pressuposto da natureza primitiva da psicologia e das classes populares” (ibid, p. 110). Um preconceito de classes, portanto, justificaria o recurso às origens familiares para o comportamento problemático.

Mais adiante, a autora complementa sua perspectiva.

No entanto, apesar das limitações que lhe foram impostas pela perspectiva da época em que viveu, não se pode negar a importância da contribuição de Ramos para o avanço da compreensão das dificuldades de aprendizagem escolar (...) Ramos veio chamar a atenção para a importância das influências ambientais, não importa quão restrita tenha sido sua definição de ambiente social; numa época em que muitas vezes os estudos de casos restringiam-se à aplicação mecânica de testes psicológicos, ele ressaltou a importância da observação, da entrevista e da história de vida; numa época em que os psicólogos estavam voltados para mensuração da capacidade intelectual, tida, em grande medida, como geneticamente determinada e os psiquiatras para a classificação do paciente em algum quadro clínico de natureza orgânica, ele veio divulgar as idéias da psicanálise a respeito da importância da relação adulto-criança (ibid., p.112).

Há, na perspectiva da pesquisadora, a possibilidade de avançarem os estudos até uma compreensão suficiente das “dificuldades de aprendizagem escolar”. Para ela, Ramos se mantém ainda excessivamente apegado aos preconceitos de seu tempo, porém, superá-los significaria criar um modelo interpretativo que considerasse o ambiente social; a história de vida; as contribuições da psicanálise; os dados da observação e das entrevistas como guias para uma segura descrição da inadequação escolar. Em outras palavras, superando-se os preconceitos de classe, poder-se-ia expandir a análise da vida dos educandos até atingir a verdade de suas dificuldades na escola.

Especulamos que esse caminho de análise ao invés de libertar aos alunos do estigma de crianças-problema aprofunda ainda mais a sondagem a respeito de uma suposta interioridade psíquica dos alunos e, por conseqüência, arma um discurso que pretende capturar completamente as idiossincrasias dos analisados no sentido da conformação dos comportamentos à normalidade subjacente aos critérios de análise.

Noções como “o cotidiano escolar patologizado” (Collares, 1995), “práticas de exclusão naturalizadas no cotidiano” (Machado, 1996) ou ainda “psicologização do cotidiano escolar” (Bautheney, 2005) são definições que, guardados os matizes e os enfoques, revelam usos que desviariam a psicologia das suas reais possibilidades, da mesma forma como anunciara Maria Helena Patto. A incorreção na aplicação da psicologia teria, segundo essas autoras, reproduzido, no plano escolar, as relações de exclusão praticadas na sociedade como um todo. Para elas, é necessário ampliar os conhecimentos da psicologia ou da psicanálise para se atingir a extirpação dos estigmas na busca de um diagnóstico correto e de um tratamento inclusivo. Mantém-se, portanto, a característica da psicologia que foi acima criticada por Canguilhem, qual seja: refinam-se os métodos de policiamento da alma por meio da expansão de seus critérios de análise, avaliação e intervenção nos comportamentos desajustados.

Tal acepção é combatida nesse texto a partir da hipótese de que a entrada da psicologia na escola desdobrou-se de técnicas do governo da população nas cidades. Portanto, tal entrada não se deve a uma disputa binária entre dois pólos: dominação/resistência ou conceito/preconceito. Ela foi resultado de um complexo jogo de forças que se digladiaram em um momento historicamente específico, resultando na proeminência do aspecto corretivo da psicologia.

Tal correção institucionaliza-se e, portanto, se torna estratégia de governo. A própria pesquisa de Maria Helena Patto é bastante reveladora do poder de penetração das práticas corretivas/curativas da psicologia na escola. Ao levantar dados históricos sobre a presença da psicologia educacional na década de 1930, ela sintetiza que

nesta época, alguns destes médicos-psicólogos realizaram uma trajetória institucional decisiva para os rumos que a explicação do insucesso escolar e o tratamento que passou a ser-lhe dispensado tomaram nas décadas seguintes: dos hospitais

psiquiátricos para os institutos, ligas e clínicas de higiene mental, destes para os serviços de inspeção médico-hospitalar, destes para as clínicas de orientação infantil estatais e destas para os departamentos de assistência ao escolar de secretarias da educação, onde se tornaram coordenadores de equipes multidisciplinares de atendimento ao escolar.

O círculo de influência desta vertente médica da psicologia nos meios educacionais completou-se quando médicos passaram a lecionar nas escolas normais, nos cursos de especialização em psicologia nas faculdades de filosofia, e nos próprios cursos de graduação em psicologia, participando, assim, da formação dos primeiros psicólogos não-médicos (ibid, p.106).

A trajetória apontada é coerente com o amplo processo de institucionalização dos processos corretivos utilizados na época. Assim como no Império e na Primeira República, a década de 1920/30 também foi fértil em criar institutos, clínicas, centros de referência etc. que agiam paralelamente ou não ao Estado. Essas organizações, em geral, tinham por função produzir conhecimentos que orientariam ações coletivas, tais como campanhas e congressos.

Quase sempre a pretensão dessas ações foi a assistência. Ou seja, cuidar para que cada indivíduo tivesse seu potencial desenvolvido. Em vez de eliminá-lo, a prática higiênica visou regenerá-lo, para que a civilização pudesse utilizá-lo de maneira produtiva.

Desse modo, os procedimentos higienistas adentraram a capilaridade dos centros produtores e aplicadores da política educacional. Sempre orientado pela perspectiva da cura, tal movimento permitiu uma aproximação definitiva da educação à medicina e, conseqüentemente, ampliou-se o campo de atuação dos avaliadores e dos práticos.

Além da penetrabilidade das práticas psicológicas, é também perceptível o movimento centrípeto em direção ao indivíduo. O caminho vai do hospital à escola, chegando à orientação de toda a vida da criança.

Seria possível explicar essa capacidade de penetração a partir da tentativa de se criar uma verdade médica sobre o processo educacional. A aproximação da psicologia com a medicina e a aplicação de ambas à escola mostram-se na citação acima como responsabilidade de Estado, ou seja, cada indivíduo é importante, pois dentro dele considera-se a existência de um cidadão em potencial.

Foucault (2006), em sua pesquisa sobre “o poder psiquiátrico”, detectou um processo parecido. Nos hospitais psiquiátricos, ele reparou que os diagnósticos passaram, ao longo do século XIX, por modificações. A sondagem da mente mergulhava, gradativamente, no indivíduo. Assim, paulatinamente, os psiquiatras procuravam as condições específicas da doença varrendo toda a vida do doente. A perspectiva, segundo Foucault, era ampliar ao infinito as teorizações sobre os males da mente. Ampliava-se, portanto, a quantidade de doenças e, paradoxalmente, permitia-se ao discurso psiquiátrico criar um conjunto de definições que funcionava com um gabarito de inteligibilidade para todos os males da alma. Da infinita individualização, criou-se um *corpus* geral de explicações

para todos os males. Por meio desse movimento, o discurso psiquiátrico pôde sair do hospital e determinar as condições de normalidade para toda a sociedade.

Talvez essa análise de Foucault permita explicar mais detidamente o processo descrito por Patto. Retomando o caminho: no hospital definiam-se os doentes; nas clínicas de higiene definiam-se os reeducáveis; nos gabinetes de orientação redefinia-se a criança por inteiro. O percurso iria da definição dos desviantes à normalização de toda a sociedade, tendo como meio de propagação a família, tornada fundamento do ser pela psicanálise, tal como a entendiam os higienizadores da mente.

4.2 Sociedade disciplinar examinatória

Fato fundamental: todo saber higienista foi construído por meio do recurso ao exame.

Nas palavras de Artur Ramos:

Nenhuma Clínica de Higiene Mental dispensa o exame e o tratamento orgânico das crianças é a primeira tarefa, um aspecto básico a considerar. Em nossas clínicas ortofrênicas das Escolas, onde funciona o nosso Serviço, as crianças são examinadas inicialmente do ponto de vista médico-orgânico. Seria de desejar-se, nestas clínicas uma cooperação estreita com a seção médica encarregada da saúde e higiene física de escolares: o antropologista, o pediatra, os especialistas em oftalmologia e Otorinolaringologia, o dieteta e o grupo de puericultores, etc. Em nossas fichas, consignamos o resultado desses exames, e as conclusões que eles fornecem do ponto de vista da higiene mental (ibid., p.384).

Nenhuma opinião a respeito do aluno-problema poderia ser proferida fora das considerações dos especialistas. O recurso ao exame permitiria ao higienista acercar-se de todo o corpo dos analisados.

Desde a alimentação, passando pelo crescimento, até chegar à inserção do indivíduo no seu meio social, não só a vida escolar, mas toda a vida da criança deveria ser submetida à intervenção especulativa dos examinadores.

Ramos assumiu que o exame estava na base tanto da detecção do mal como de seu tratamento. O mesmo processo de penetração que Patto notou para o discurso médico na psicologia aparece nas sondagens da higiene mental. A prática avaliativa buscava ampliar os pontos de vista sobre o analisado. Mobilizavam-se assim outros campos de saber que passaram a ter como objeto aquilo que se denominou aluno-problema.

Portanto, poder-se-ia especular que o exame foi responsável pela criação desse sujeito.

Tal especulação é próxima ao tratamento que Foucault (1987) deu ao conceito de exame. Segundo ele, esse recurso foi o responsável por criar as próprias ciências humanas. As ciências do

homem foram inventadas, segundo o autor, a partir das coletas realizadas pelos infinitos exames que as instituições de correção realizaram e catalogaram durante toda sua história.

A prática disseminada do exame garantiu uma nova ritualização da verdade a respeito dos indivíduos. Os principais alvos dessa verdade foram os sujeitos constituídos como “anormais” ou “delinqüentes”, e no caso de Artur Ramos, “crianças-problema”. Aos que continuavam na normalidade, eram convocados a manterem-se livres de quaisquer anormalidades, pois estas eram comumente sujeitas à correção punitiva.

Todas as ciências, análises ou práticas com radical ‘psico’, têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (Foucault, 1987, p.161).

Essa “anatomia política do corpo”, proposta por Foucault, funcionava no interior das instituições corretivas. Tal ação seria possível por meio de determinações para os comportamentos dos internos, as quais eram justificadas pelo conjunto de saberes a respeito das irregularidades de conduta. Tratava-se, portanto, de colocar um olhar sistemático sobre o anormal.

Esse olhar era normalizador, na medida em que levantava dados para compor um conjunto de verdades sobre os indivíduos, classificando-os segundo critérios definidos pelos saberes que os definiam. Tais verdades eram dispostas às instituições que procediam à conformação dos comportamentos úteis aos poderes que as criaram.

Por meio do exame, esses poderes atentariam a cada um e, ao mesmo tempo, todos os indivíduos. Historicamente, pode-se perceber que esse método é bastante eficiente. Prova disso é a expansão praticamente ao infinito do exame por toda a sociedade. “Da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra” (ibid, p.154).

A partir do exame, acrescenta Foucault, puderam-se constituir teorias a respeito dos examinados. Tais teorias adquiriam um aspecto muito incisivo e conformador, uma vez que suas definições partiam da palavra proferida pelo próprio objeto examinado. Por esse viés, o saber prático suplantaria o saber erudito e, ao mesmo tempo, o disciplinaria por meio de sua inserção em um universo delimitado de aplicações.

A escola, desde o século XVIII, incorporou os procedimentos examinatórios. Por meio dessa incorporação, foi possível o surgimento da pedagogia moderna. O exame, aplicado no interior das instituições escolares, permitiu uma recolocação dos saberes que dentro delas atuavam. Segundo Foucault, a escola “examinatória” (ibid, p.156) permitiu ao professor, ao mesmo tempo em que

transmitia seu saber, capturar o saber dos alunos e transformá-los em ações pedagógicas sobre os próprios alunos.

Na escola examinatória, os alunos seriam convertidos em objeto. Portanto, seria possível ao poder classificatório da pedagogia atualizar-se permanentemente e, ao mesmo tempo, atuar na individualidade de cada um. Não se trataria mais de um poder visível por todos e, por isso, temido por cada um. A infinidade de exames viabilizaria a diminuição da luminosidade no centro do poder para que se eliminassem quaisquer sombras sobre as pessoas comuns. Todas as ações individuais perderiam seu caráter inusitado e, adquiririam um lugar nas tabelas e nas médias.

A confecção dos quadros comparativos entre as diversas individualidades, reveladas pelos exames, permitiria a ascensão do individual ao coletivo. Tal movimento viabilizaria algum controle central sobre os movimentos de uma dada população. Esse controle seria possível graças à instituição de uma norma que serviria como referência para a condução desses movimentos.

Por esse mecanismo, foi possível, por exemplo, à higiene mental definir o nível de cada aluno em relação à média escolar e, conseqüentemente, ao Estado definir os padrões de rendimento esperados por toda a nação. Assim, pela instituição do indivíduo normal se intencionaria normalizar todo o alunado. Esse método possibilitaria ao poder central se ocultar na resplandecência das individualidades.

Perscrutando esses mecanismos de poder, Foucault chegou a uma definição fundamental: o caso. A descrição de casos foi muito usada por estudiosos da atuação da psicologia na escola. Foucault apresentou a constituição do caso como corolário das técnicas de subjetivação utilizadas pelas ciências humanas, particularmente, a psicologia. Por meio dela, os estudiosos da *psique* puderam reconciliar os indivíduos com suas especificidades e, ao mesmo tempo, inseri-los em uma racionalidade normativa e generalizante.

O exame como fixação ao mesmo tempo ritual e 'científica' das diferenças individuais, como aposição de cada um à sua própria singularidade (em oposição à cerimônia onde se manifestam os status, os nascimentos, os privilégios, as funções, com todo o brilho de suas marcas) indica bem a aparição de uma nova modalidade de poder em que cada um recebe como status sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às 'notas' que o caracterizam e faz dele, de qualquer modo, um 'caso' (ibid., p.160).

Na conceituação foucaultiana, o sujeito moderno foi constituído por meio de sua conversão em objeto das "ciências com radical psico". O recurso ao exame possibilita a criação de um poderoso mecanismo de vigilância e controle que, ao mesmo tempo, mede e cria novas determinações para o comportamento.

Tentamos mostrar até aqui que a higiene mental, aplicada por Artur Ramos, pode ter utilizado o exame nesse sentido. Ou seja, após eliminar as possibilidades de desordem orgânica, os higienistas

da mente tinham ao seu dispor um indivíduo normalizável. Todo aluno, portanto, estaria pronto para ser avaliado segundo os critérios definidos pelos exames higiênicos. A inadequação à escola, considerada problema, deveria ser combatida à luz dos resultados médios esperados pelos especialistas.

De posse desses resultados, o examinador poderia criar diversas categorias. Cada uma delas seria aferida na condição de desvios em relação à norma. Na sua categorização, Ramos (1939) definiu, dentre outras, a “criança mimada”, “criança escorraçada”, “criança turbulenta”, “pré-delinqüente” etc.

Para fomento desses tipos, o higienista lançou mão de um ritual de verdade. Tal ritual tinha como elemento central a vigilância avaliativa. Ao avaliar, os especialistas podiam lançar vistas sobre todas as singularidades de seus examinados. Tais olhares focariam, evidentemente, as causas presumíveis do comportamento desviante. A casuística, portanto, era determinada por uma vontade de verdade.

Vontade esta tomada no sentido foucaultiano como uma “prodigiosa maquinaria destinada a excluir” (Foucault, 2008). Interpretamos, portanto, todas as falas científicas sobre o aluno-problema como atuantes dentro de um sistema de exclusão. Por paradoxal que pareça, essa exclusão tem como fundamento a inclusão do avaliado à norma.

O aspecto excludente funciona por meio da inserção da fala do aluno examinado em um conjunto de procedimentos classificatórios, ordenatórios e distributivos, todos eles orientados para eliminar o ineditismo dessa mesma fala.

Para Foucault, da vontade de verdade também surgiram as disciplinas. Estas, tomadas no sentido de corpos uniformes de definições, operam na formulação de infinitas proposições para os objetos estudados. Assim, dentro de um determinado corpo de explicações, sempre haverá um lugar para o abrigo do inusitado e para o exorcismo dos males.

O autor considera que, ao instalar suas verdades, a disciplina deixa para o domínio da falsidade tudo aquilo que não segue suas regras internas.

Se fosse possível afirmar que a educação de massas no Brasil surgiu como componente de um campo mais geral de práticas que visavam ao governo da população, então seria viável afirmar que a higiene mental, ao criar o conceito de aluno-problema, estaria agindo de forma a levar esse governo para o interior de cada criança tornada aluno (Ramos do Ó, 2007).

Parece que, finalmente, com a higiene mental e sua inevitável cumplicidade com os enunciados psi, o Estado encontrou um caminho seguro para a captura de todos e de cada um à norma. Tal normalização, como já apontamos, potencializaria o igualitarismo liberal e a utopia médica,

transformando-os em aliados na construção de uma coletividade de indivíduos governável e civilizável.

Sob a ação desses discursos, os cidadãos, os alunos, os criminosos, os trabalhadores, os doentes, enfim, os sujeitos poderiam ser transformados, progressivamente, em objetos do conhecimento que, por sua vez, os subjetivava.

5. O dislético e o desatento: alunos-problema na atualidade: configuração de um regime de verdade

Uma escola que fomente a produtividade de seus estudantes; garanta o ajustamento de seus alunos; viabilize a correta maturação de seus jovens; responsabilize-se pela saúde de seus frequentadores; preserve a auto-estima de seus educandos; enfim, uma escola que cuide, cure, ampare, conserte e promova as potencialidades é a instituição que vemos operar na contemporaneidade.

Nessa pesquisa, as determinações para as práticas educacionais poderiam ser procuradas na lógica argumentativa que os saberes com radical psi tiveram desde o século XIX até hoje. A essa altura do texto, essa procura terá como alvo os atuais regimes de verdade instalados em torno dos alunos considerados problema e o conseqüente processo de subjetivação a que esses regimes convocam.

Atualmente, a imprensa, os manuais de divulgação psiquiátrica, os *sites* das associações brasileira de dislexia e do déficit de atenção, dentre tantos, são espaços férteis em determinações sobre o diagnóstico e o tratamento, inclusive remedial, para transtornos gestados, mormente, no ambiente escolar.

Tais transtornos, assim como os antigos alunos-problema de Artur Ramos, referem-se a dificuldades de aprendizagem elevadas à condição de anormalidade pelas avaliações que se propõem a explicar essas condutas desviantes. Tentaremos mostrar a semelhança flagrante entre os disléticos e os desatentos com os alunos suscetíveis à higienização proposta por Ramos.

Veremos que, quase sempre, os agentes responsáveis por determinar a dislexia e a desatenção não encontram, embora procurem obstinadamente, irregularidades físicas em seus examinados e avaliados. Essa característica comum aos mimados, escorraçados, turbulentos e pré-delinquentes de Artur Ramos também é encontrada nos disléticos e desatentos produzidos pelo discurso psicopedagógico atual.

Deve-se observar que as fontes para sondagem de tais discursos são carregadas de termos caros à psiquiatria, à medicina, à genética, à neurologia, à psicométrica, à psicologia e à psicanálise. Trabalhar com um volume tão díspar de termos e definições exigiria um detalhamento técnico que nos desviaria da pretendida busca pelos atuais processos de subjetivação sediados na configuração dos alunos problemáticos.

A solução será concentrar a atenção em uma fonte que consideramos privilegiada. Trata-se das devolutivas que as clínicas de atendimento psicopedagógico fornecem às escolas no momento em

que um determinado aluno é encaminhado a elas. Normalmente, elas são assinadas por profissionais da psicologia, da psicopedagogia ou da psiquiatria. Analisando uma série delas, consideramos possível encontrar uma estratégia de subjetivação parecida com os elementos trabalhados por Artur Ramos e Lourenço Filho e que apontariam para uma estratégia de poder semelhante ao policiamento psi aventado por Canguilhem.

Não se tentará aqui fazer uma análise quantitativa dessas devolutivas. Também não se aterá às possíveis falsificações ou correções delas. Pretende-se tratá-las como discursos construídos com intenções de verdade que manipulam saberes compreensíveis por todos na contemporaneidade.

Vejamos inicialmente uma amostra dessas devolutivas. Ali foram encontrados exemplares dignos de nota e que podem fornecer um consistente material para análise.

Iniciaremos pelo grupo de devolutivas referentes ao diagnóstico de dislexia.

Esse grupo é considerável, tanto em número quanto em possibilidades de análise. O que o credencia como nossa fonte inicial de pesquisa é o fato de que essa amostra é chancelada pela Associação Brasileira de Dislexia; além disso, seus criadores situam-na como “única representante” (Avaliação ABD, 2005) no Brasil da *International Dyslexia Association*. Tal credenciamento, consideramos, constitui forte elemento para a formação de um regime de verdade em torno do diagnóstico.

Há de se destacar que as devolutivas das clínicas chanceladas pela ABD possuem uma monótona repetição. Em quase todas, as procuras e os encontros são os mesmos, tornando ainda mais consistente a intenção de capturar os examinados num conjunto de verdades instituídas na compilação dos exames. Nesse caso, os examinados parecem inquiridos a darem respostas já conhecidas, ou mesmo previstas. Raramente, um aluno submetido a uma dessas avaliações possui um diagnóstico negativo.

Para demonstrar a riqueza da referida fonte, citaremos um trecho extraído de uma delas. Tal trecho aparece no tópico final de um documento que raramente ultrapassa cinco páginas. O título do tópico “encaminhamento” é uma espécie de conclusão de um itinerário que começa, normalmente, com uma anamnese da infância, circula pela história escolar do avaliado, considera testagens de inteligência, passa por análises projetivas de personalidade e chega aos exames clínicos de audimetria, fonoaudiologia e oftalmologia. Tal itinerário é atribuído a uma “equipe multidisciplinar” (Avaliação ABD, 2005).

Apesar da abundância de termos técnicos desenvolvidos pelas devolutivas, raramente ela detecta a presença de alguma anomalia física. Quase sempre, o diagnóstico chega à conclusão de que, tal como nos exames de Artur Ramos, a inteligência é preservada e, portanto, trata-se de um distúrbio localizado na lida escolar.

Há uma grande semelhança entre os encaminhamentos nas diversas devolutivas coletadas; por isso, cabe a citação literal.

Encaminhamento

Sugerimos um acompanhamento psicopedagógico onde serão revistas todas suas dificuldades. Será um trabalho lento, altamente especializado e com ajuda da escola para ajudá-la a superar suas deficiências.

Dislexia, segundo a definição da International Dyslexia Association – 2002, à qual nossa Associação é a única representante no Brasil, define que: “É uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica. É caracterizada pela dificuldade no reconhecimento e fluência corretos e por dificuldade na decodificação e soletração. Essas dificuldades resultam tipicamente no déficit no componente fonológico da linguagem que é inesperada em relação a outras habilidades cognitivas consideradas no grupo (faixa etária)”.

Conseqüências secundárias podem incluir problemas na compreensão da leitura e redução na experiência acumulada por ela impedir o crescimento do vocabulário e o conhecimento.

Esta definição se encontra no livro de Classificação de Doenças problemas e relacionados à saúde (10ª revisão), volume 1 (CID-LD-F81. O-DSM-IV).

Sendo assim, dislexia não é uma doença, e sim, um distúrbio hereditário (genético) e portanto o indivíduo nasce e morre com esse distúrbio.

A LDB 9394/96 orienta que a criança, jovem ou adulto deva caminhar com seu grupo etário e que no caso de uma retenção de série, causada pelo desconhecimento de outros deverá ser reconsiderado, uma vez que com isso venha acontecer, poderá causar danos emocionais na auto-estima já tão desgastada por fracassos não compreendidos.

Dentre inúmeros talentos disléxicos, citamos Albert Einstein, que apesar de ser um gênio, tinha dificuldades na leitura, escrita e nem por isso deixou de ser um grande talento (Avaliação ABD, 2004).

O ritual da verdade sobre a dislexia começa na escola. Quase sempre, o laudo fala em “dificuldades escolares” sem definir se relativas ao comportamento ou à relação com o conhecimento. O percurso avaliativo inicia-se com aquilo que se define como “anamnese”, em que a vida fetal, a gestação e a relação familiares são observadas. Nesse momento, investiga-se a história escolar do avaliado; quase sempre esses personagens realizaram um complexo périplo por instituições educativas e psicopedagógicas que se mostraram incapazes de detectar seu problema.

É ilustrativo apontar que, ao mesmo tempo em que se descreve o desempenho do avaliado, descreve-se também a adesão, ou não, do estudante aos procedimentos. Chega-se a encontrar um examinado “educado e gentil” (Avaliação ABD, 2003).

Da sondagem familiar, os exames passam à escala de inteligência WISC III e às projeções propostas por meios do teste HTP que sonda a criatividade e a personalidade do examinado, chegando a aferir que alguns deles “tem um bom potencial cognitivo, abstraindo as informações do meio sabendo lidar com elas no seu dia a dia” (ibid).

O sucesso nessa primeira bateria de medições demonstra que, quando os jovens estão dentro dos níveis esperados para a idade, a queixa escolar poderia ser atribuída ao fato de que a “sua auto-estima está um pouco prejudicada somente relacionada aos seus fracassos escolares, não apresentando nenhum traço depressão ou qualquer outro sentimento que possa prejudicá-lo na

escola” (ibid). Nesse momento, em alguns casos, o examinador é tentado a definir que “acreditando e reforçando R. no que ele é capaz, reage de maneira segura, adequada e com bastante vontade” (avaliação ABD, 2004).

Da avaliação da inteligência e personalidade, comumente, passa-se ao exame neuropsicolinguístico. No caso de se detectar insuficiência em relação a esse aspecto, encontramos quase sempre o enunciado: “seu traçado tem linhas trêmulas e inseguras e com certa carga de tensão” (avaliação ABD, 2005). Isso faz o avaliador asseverar: “seu potencial não consegue ser demonstrado na sua totalidade pois existem dificuldades específicas como: memória, ritmo próprio, coordenação motora fina e outros, que a impede de um melhor aproveitamento” .

Após sondadas a inteligência, a personalidade, a criatividade, a memória, o ritmo e a coordenação motora; a avaliação dedica-se às “funções básicas”. Dentre elas, incluem-se os gestos, a dominância das mãos, a lateralidade e o tato; além da percepção visual e auditiva. Como a avaliação está em busca dos problemas de grafia, após sondar as “funções básicas”, ela passa a procurar problemas relativos à comunicação, primeiramente oral e posteriormente escrita.

No tópico “comunicação oral”, procura-se resultados em relação à prosódia, voz, estrutura frasal, vocabulário; reconhecimento de rima e aliteração; divisão silábica, além dos encontros fonéticos.

Finalmente, a respeito da “comunicação escrita” avalia-se o traçado caligráfico; a velocidade da cópia; a capacidade visuo-auditivo-espacial; o desempenho pedagógico; a omissão ou inversão de grafemas; a pobreza vocabular; a leitura e compreensão de texto; a velocidade de nomeação. Com base nesse conjunto de medições, pode o examinador determinar a posição do estudante em relação à média esperada para a idade. A partir daí, com base nos critérios determinados pelo DSM IV, CID 10 e F81.0; é possível determinar o grau de dislexia ou sua inexistência.

Na maioria dos laudos compilados, descobre-se que o examinado, tal como no trecho coletado acima, é portador do “distúrbio hereditário”. Portanto, está preso a uma condição biológica; no entanto, a limitação é, ao mesmo tempo, explicação para sua incapacidade frente às exigências da escola. O resultado das avaliações é referenciado pelos níveis etários. Há, portanto, uma norma em que todos deveriam estar, e a normalidade, tal como nos escritos de Lourenço Filho, é confundida com a adequação à idade.

Segundo o documento, a dislexia não é uma doença, portanto, não existe a possibilidade de cura. A solução apontada é o convívio de cada um com sua própria limitação. O indivíduo deve aceitar-se incapaz, ao mesmo tempo em que precisa se entregar ao trabalho conjunto dos especialistas e da escola.

Abre-se espaço, assim como na época da higiene mental, para associar escola à correção. Tal relação não seria possível sem a intervenção criteriosa dos exames.

A lei que promove a educação inclusiva é constituída nesse ritual como a protetora da interioridade do sujeito. Sua auto-estima deve ser garantida pelo Estado. Para que ocorra essa garantia, todos os envolvidos (pais, escola e o próprio avaliado) devem aceitar a condição dele como sujeito em processo de tratamento. Evidentemente, durante esse processo, todas as ações do aluno serão consideradas como manifestações de um disléxico.

Tal como a dislexia, há outro problema gerado no embate escolar que recebe a alcunha de Transtorno do Déficit de Atenção. Assim como os disléxicos, os desatentos também são produzidos no interior de poderosos regimes de verdade sobre uma suposta incapacidade de aprendizagem.

Tais regimes foram sondados nessa pesquisa em relatórios de avaliação psicológica no mesmo universo escolar em que foram compilados os laudos referentes aos disléxicos.

O itinerário para detecção da desatenção é semelhante ao da dislexia. Destaca-se, no primeiro caso, um uso ainda maior dos testes que avaliam as funções neuropsicológicas. No material coletado, percebe-se a presença de até 29 testes e subtestes que sondam a atenção, o raciocínio, a linguagem, a percepção, as funções executivas, as diversas categorizações da memória, além da visuo-construção (Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2006) .

O TDA (DSM-IV, 2008) é categorizado como uma disfunção cerebral cujos sintomas primordiais podem ser encontrados no ambiente escolar. Há uma literatura a respeito desse transtorno que merece destaque. Trata-se de uma grande quantidade de obras de divulgação científica que assumem seu papel de “guia de orientação para profissionais” (Benczik, 2002) ou “perguntas e respostas sobre o TDAH” (Mattos, 2001) ou ainda “entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas” (Silva, 2003). Notadamente, nesses textos repara-se a busca pela origem de comportamentos inadequados em relação ao meio em que se manifestam. Tais autores partem das atualizações científicas a respeito do funcionamento cerebral para justificar essas condutas desviantes.

É comum essa literatura atribuir a um lócus neurológico o controle sobre o movimento corporal e sobre a atenção. Dentre os principais fatores para uma possível lesão cerebral, sobressaem-se: “hereditariedade”, “substâncias ingeridas na gravidez”, “sofrimento fetal”, “exposição a chumbo” e “problemas familiares” (Benczik, 2002). Embora essas causas sejam apontadas como hipotéticas, toda detecção e tratamento são orientados por elas.

Há, no entanto, uma clara referência à sobredeterminação genética para o mal da desatenção. O TDA é definido como a origem para comportamentos anti-sociais. Dessa forma, fica claro nessa literatura que o dito transtorno é um desvio no desenvolvimento normal da atenção. Essa

normalidade é aferida a partir das pesquisas que se orientam pelo critério unívoco da maturação orgânica dos indivíduos. Assim, o desatento é aquele que nasceu com uma incapacidade somente perceptível após o confronto com o convívio social.

Há um consenso entre esses autores analisados de que a incapacidade do portador de TDA em focalizar sua atenção e, conseqüentemente, controlar seus movimentos leva o indivíduo, notadamente os mais jovens, a comprometer sobremaneira sua auto-estima. No embate escolar, a relevância dessa característica é notável, uma vez que, quase sempre, os especialistas na psicofisiologia da atenção consideram a escola como um lugar em que os educandos terão cultivados sua motivação, seu desenvolvimento mental sadio e uma concepção positiva de si mesmo.

Ainda nesses trabalhos encontra-se a definição do mal da desatenção com uma sintomatologia somente detectável a partir de intervenções multifacetadas. Dessa maneira, todos os personagens que se relacionam com o suposto desatento devem assumir seu papel de diagnosticadores. Dentre eles, destacam-se os professores. Para eles, os citados manuais psiquiátricos atribuem a tarefa de se informarem sobre as atualizações científicas que orientariam uma atuação segura e orientada no convívio com os desajustados.

Após a constatação da incapacidade de concentração, opera-se a montagem dos procedimentos avaliativos. Os já citados exames constam de baterias de testes padronizados que se propõem a simular situações em que as diferentes habilidades cerebrais seriam exercitadas. Sempre com o acompanhamento de psicólogos, essas avaliações devem se localizar em múltiplos ambientes para que o próprio avaliado revele, conforme seu desempenho, o método objetivo que levaria à detecção de seu problema.

O tratamento, em todas as obras analisadas nessa pesquisa, encaminha-se para o recurso remedial. No entanto, antes de determinar a eficácia da medicação, os manuais percorrem um itinerário que parte da reeducação, sempre orientada por um profissional psicólogo, tanto de pais quanto de docentes para que novos ambientes domésticos e escolares comportem o desatento. O caráter neurológico de seu instável comportamento deve ser suportado porque não há cura possível, portanto, o portador de TDA deve aceitar a condição de um ser em permanente correção.

Os conselhos aos desatentos, evocados pela *entourage* psi, convocam a transformações no funcionamento da rotina familiar, na composição arquitetônica das escolas, e no estilo pessoal dos professores. Essas determinações de conduta chegam até a aula. No manual produzido por Edyleine Benczik encontra-se, inclusive, uma sugestão para organização de uma aula. Segundo a autora,

a criança poderá ser solicitada a participar ativamente da aula e responder em voz alta alguma das perguntas, e os intervalos entre uma atividade escrita e outra deverão ser considerados, de acordo com a dificuldade da criança em realizar a tarefa escrita (...). Esse tipo de criança adora novidades, então as explicações de conteúdos novos deverão ser passados de maneira criativa. Algumas respostas da atenção parecem ser

mais importantes do que outras, pelo menos no que diz respeito às aprendizagens complexas, do tipo acadêmico, a atenção controlada por estímulo verbal, assim como as instruções do professor (ibid., p. 86).

Da constatação do transtorno em laboratório à reestruturação da relação com o conhecimento; da definição dos fundamentos sociais do desequilíbrio à adequação no ambiente social pelo incompetente; do lugar físico do mal à terapia de acompanhamento psicológico. Assim como na época de Artur Ramos, a compreensão psi do aluno-problema leva à reconfiguração de toda a vida do problemático. No entanto, a perspectiva atual é inclusiva, ou seja, o aluno deve ter seu interior quimicamente equilibrado para que ele possa atuar ajustadamente a uma realidade dada. Novamente, assim como na década de 1930, o discurso da psicologia arvora-se à responsabilidade de adaptar os inadaptados, tornando-os suportáveis à conformação social que se inicia na escola e alcança, além da casa, todos os espaços de convívio social.

Por meio da análise de Relatórios de Avaliação Neuropsicológica, especulamos sobre a veracidade pretendida pelas definições e intervenções na vida dos desatentos. A maioria deles, assim como os laudos de dislexia, parte da vida familiar circula pelas relações parentais, até chegar à constatação do fracasso escolar. Também os desatentos, quase sempre, perambularam por díspares instituições de ensino. Os relatórios desfiam dados referentes aos níveis alcançados nas dezenas de testes controlados e chegam a conclusões muito parecidas entre si.

As conclusões dos relatórios de desatenção obedecem a um modelo muito parecido com os encaminhamentos sugeridos aos disléxicos. Da quantificação oferecida pela neuropsicologia, as definições perambulam pela fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia e psicanálise.

Recortamos um caso desse último saber.

D. demonstra estrutura egóica fortalecida com significativa capacidade para lidar com frustrações. Sua expectativa de sucesso e reconhecimento não condiz com a percepção de si mesmo, gerando apatia (preguiça) e desmotivação em empenhar-se para obter melhor resultados. Sente-se menos privilegiado em sua família, percebendo o irmão como 'superior' e mais amado pela mãe e mais próximo do pai. O descontentamento com sua posição na estrutura familiar gera freqüentes embates, principalmente com o irmão e a mãe. Estas manifestações de raiva desproporcionais ou ilegítimas, tornam-se legitimadas por ele, a partir de sua percepção em sentir-se menos amado e freqüentemente criticado, rebaixando ainda mais a sua auto-estima, relacionada ao físico e ao intelecto (Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2005).

Da mesma forma que os relatos de Artur Ramos, as avaliações compiladas nessa pesquisa falam em motivação, auto-estima e relações familiares. Evidentemente, o avaliador sabe exatamente o que sondar na interioridade do avaliado e levanta questões atinentes a conceitos como "estrutura egóica" para especular sobre as justificativas para determinados comportamentos *a priori* tidos como insuportáveis. No excerto acima, releva-se a tentativa de o examinador despertar uma percepção pessoal do examinado que o levaria a criar sua própria justificativa para sua inadequação.

Assim, a exterioridade preguiçosa do aluno é guindada à condição de sintoma interno e, conseqüentemente, suscetível de tratamento. No caso citado acima, o relatório indica “orientação familiar; orientação psicopedagógica para treino atencional e de estudos; psicoterapia de base comportamental cognitiva”.

O mergulho nesse tipo de documento pode nos levar a supor uma determinada concepção de escola. Por meio dessa concepção, os profissionais deveriam se dedicar ao cuidado permanente com seus alunos, estes teriam respeitadas suas incapacidades; suas diferenças seriam respeitadas; os profissionais estariam preparados para uma intervenção planejada e cientificamente alentada; os tratamentos seriam individualizados; tudo isso para que o convívio público fosse o mais harmônico possível e vivido a partir do preparo interior.

Nos enunciados neuropsicológicos arma-se, novamente, como nos tempos de Lourenço Filho e Artur Ramos, uma escola preocupada com os comportamentos adequados à sociedade que a cerca. Tal preocupação mantém o viés interventor nas condutas que se ajustariam às concepções normalizantes instituídas pelos critérios examinatórios e avaliativos.

Ainda como nos procedimentos higiênicos, a proposta das ditas avaliações parte de um modelo ideal de aluno. No entanto, a perspectiva atual possui uma intenção marcadamente inclusiva, uma vez que cada elemento da sociedade deve se responsabilizar por sua própria inserção à norma estabelecida nos laboratórios e gabinetes produtores das definições psi.

O psiquiatra Rossano Cabral Lima (2005) fez uma interessante pesquisa sobre os discursos em torno do déficit de atenção e percebeu um processo semelhante. Segundo ele,

com o aval do discurso científico _ e, diga-se, também do *pseudocientífico* __, assimilado por outros agentes e instituições, o público detentor do poder de consumo de informações e produtos vai se convencendo de que tudo aquilo que considerava traços do seu caráter ou que os pais avaliavam ser produto de suas falhas na educação dos filhos nada mais seria que sintomas de um transtorno cerebral. Nenhum período da vida ou área da atividade humana encontra-se imune a suas nefastas repercussões e saber reconhecer nas próprias condutas os sinais da patologia é o primeiro passo para que os indivíduos acometidos se vejam livres de preconceitos e estereótipos antigos e possam procurar a ajuda adequada (Cabral, 2005, p.101).

Há a possibilidade de considerar tanto o déficit de atenção quanto a dislexia como estigmas introduzidos no jovem por meio do uso incorreto dos saberes psi pelos profissionais avaliadores.

Entretanto, à luz das conceituações foucaultianas, nosso enfoque será outro. Ele considerará que tais transtornos são assim constituídos porque o regime de verdade que sujeita seus portadores é coerente com o próprio itinerário que a subjetivação do homem moderno vem realizando nos últimos séculos.

Esse itinerário foi responsável por criar aquilo que Paul Rabinow (2002) chamou de biossociabilidade. Na análise do autor, a atual relação com a vida, particularmente com a ascensão

das pesquisas genéticas, reduziu-a à condição biológica. Assim fazendo, potencializou a presença do discurso científico no encaminhamento de intervenções dirigidas à cura do sofrimento corpóreo e, na mesma medida, convocações a um viver equilibrado e *a priori* saudável.

Pretendemos enveredar por esse caminho. Há numerosas definições biológicas para as dificuldades escolares, a maioria delas possui uma ampla rede de divulgação. Os profissionais que as justificam lançam mão de todos os veículos possíveis para explicitação de suas teorias, uma vez que consideram-se responsáveis por alertar à população sobre as novas descobertas. Normalmente, essas novidades revelam uma imbricada relação entre a genética, a biologia e os agenciamentos psi.

Vejamos agora alguns casos de dislexia e desatenção, a seguir, voltemos às discussões sobre bioidentidade e biossociabilidade.

5.1. Dez casos de transtornos na atenção e na escrita

O transtornado “frequentemente não presta atenção a detalhes ou comete erros por omissão em atividades escolares, de trabalho ou outras; com frequência tem dificuldade em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; com frequência parece não ouvir quando lhe dirigem a palavra; com frequência evita, demonstra ojeriza ou reluta em envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante (como tarefas ou deveres de casa); é facilmente distraído por estímulos alheios à tarefa; com frequência apresenta esquecimento em atividades diárias” (Rohde, 2003).

Luís Augusto Rohde publicou, em 2003, uma obra que, nos meios científicos a que ele se alinha, é chamada de livro-texto. Este termo é usado para trabalhos em que são concentrados os mais recentes dados de pesquisa empírica aceitos e consagrados pela comunidade científica; no caso do livro organizado por Rohde, esse grupo é formado mormente por especialistas da psiquiatria e da psicologia.

Com base no DSM-IV, um “manual de estatística e diagnóstico” que teve aprovada sua 4ª edição em 1994 pela Associação Médica Americana, um amplo espectro de profissionais da saúde analisou, sob a organização de Rohde, diferentes aspectos da detecção e encaminhamento do TDAH. No nosso trabalho, essa compilação será usada como complemento para analisarmos os enunciados produzidos pelas clínicas de atendimento psicopedagógico.

Segundo o livro *Princípios e Práticas em TDAH* (Rohde, 2003), a atenção deficitária é um distúrbio geneticamente detectável. A herança propicia a formação de um corpo fraco que, sob a ação do meio, pode comportar-se inadequadamente e levar o indivíduo a omitir-se de suas tarefas, ensimesmar-se, acomodar-se, distrair-se, esquecer. Enfim, o desatento, segundo a definição

recolhida acima, tem uma incapacidade inata para realizar algumas tarefas comuns a qualquer estudante, cidadão, trabalhador etc.

Quando se supõe que a incapacidade de focar a atenção é um atributo corpóreo, considera-se a possibilidade de intervenção medicamentosa para tentar restituir o equilíbrio as funções neuroquímicas que provocaram o déficit nas operações atencionais.

A validação do diagnóstico de TDA é garantida após a execução de um conjunto de avaliações dentre as quais os seis comportamentos enumerados acima figuram entre nove possíveis ações do indivíduo desatento. Ao responder afirmativamente a essa sondagem, o indivíduo é definido como incapaz de se auto-controlar e tem justificadas atitudes insuportáveis seja no ambiente profissional, seja na vida escolar.

Segundo os estudos consagrados pela literatura psiquiátrica, a prevalência do mal da desatenção situa-se entre 5 e 13 % (DSM-IV), sendo que a escola é o palco privilegiado para a ocorrência do TDA. Nota-se que o transtorno incide sobre indivíduos mais jovens e no início da trajetória acadêmica.

Vejamos como o regime de verdade em torno do TDA opera, cotejando alguns laudos emitidos por clínicas de atendimento psicopedagógico com definições veiculadas no livro-texto de Rohde.

5.1.1. Redimensionando o comportamento: o caso D.

D. tinha 12 anos. Em outubro de 2005, foi encaminhado para avaliação neuropsicológica e “mostrou-se preocupado com sua performance nos primeiros encontros”. Seu comportamento durante as sessões foi melhorando à medida que o vínculo entre ele e o psicoterapeuta se fortalecia. A cordialidade do avaliado foi tão evidente que o avaliador destacou sua atitude em “colocar a cadeira no lugar de origem e compartilhar com a organização da sala, sem que fosse solicitado a fazer”.

A sondagem das funções neuropsicológicas da atenção, raciocínio, percepção, funções executivas, memória, linguagem e visuoconstrução foi realizada por meio de 14 testes que revelaram um bom coeficiente cognitivo. Isso fez o avaliador especular sobre uma possível “causa emocional” para a dificuldade de D. na escola. Essa causa deve-se, segundo o relatório, ao suposto desprestígio que o aluno sentiria no interior de sua família. Ele considera-se inferior ao irmão, por isso sua auto-estima estaria reduzida, e o resultado acadêmico refletiria tal condição.

No entanto, durante o processo avaliativo, D. demonstrou algumas qualidades como: “inteligência interpessoal; bom amigo; aluno respeitoso às regras e aos adultos; afetivo e educado”. O examinador sugere que essas qualidades sejam reforçadas e supõe que “os outros talentos deverão

ser aflorados quando melhorar sua auto-estima e relacionamento familiar”, assim, propõe que “os pequenos acertos de D. devem ser valorizados e as críticas melhor elaboradas para que construam”.

Seguem as suposições, sugestões e proposições; o encaminhamento é de que se realize “treino atencional e de habilidades, com objetivo de estimular a curiosidade e conseqüentemente, o conhecimento; já que se trata de um adolescente com bom potencial intelectual e grande capacidade de aprendizagem”, tal como se pôde comprovar pelo resultado das avaliações.

Há, portanto, no interior de D., uma capacidade em potência que deveria ser melhor explorada por seus educadores. Porém, esse potencial estaria bloqueado pela auto-imagem negativa que o aluno faz de si mesmo. “A orientação familiar; a orientação Psicopedagógica para treino atencional e de estudos; a Psicoterapia de base comportamental cognitiva” poderiam fortalecer a deficitária consciência de si de modo a liberar a inteligência ainda preservada e garantir a evolução do rendimento escolar de D.

Retomando o livro-texto de Rohde, encontramos uma descrição dos procedimentos da terapia comportamental cognitiva. Esse tratamento parte da hipótese, amparada na neurobiologia e na neuropsicologia, de que o TDAH origina-se em “uma disfunção no córtex pré-frontal e suas conexões com o circuito subcortical e com o córtex parietal”. Em conseqüência, esse tratamento associa o dito transtorno à “falta de um comportamento governado por regras”. Para compensar essa falta, a condução terapêutica consiste em desenvolver uma série de ações no sentido de viabilizar a interiorização das regras de convívio pelo indivíduo em tratamento (Rohde, 2003).

Dentre os aspectos desse treinamento comportamental-cognitivo, encontramos o objetivo de

ajudar o paciente, a família e os professores a compreender melhor os sintomas e prejuízos do transtorno como decorrentes de uma doença, desfazendo rótulos prévios que com frequência acompanham essas crianças (por exemplo, preguiçoso, vagabundo, burro, incompetente). Nesse sentido, as intervenções psicoeducativas também são importantes para melhorar a auto-estima dos pacientes frequentemente abalada após anos de impacto do transtorno (ibid, p. 184).

A terapia comportamental cognitiva para o tratamento do TDAH envolve o hábito da “auto-instrução”, ou seja, dar ordens a si mesmo, quer em pensamento, quer no espaço público, no sentido de garantir a internalização dos comandos proferidos pelos adultos. Esse processo iniciar-se-ia com a simulação de situações em que o jovem diria a si mesmo as condutas corretas para, a seguir, absorver as instruções proferidas pelos adultos, fossem eles pais ou professores.

O dito tratamento também envolve o método do “registro de pensamentos disfuncionais”. Este consiste em levar o transtornado a reconhecer as etapas mentais que antecedem cada um de seus comportamentos. Os especialistas consideram esse método bastante eficiente, uma vez que o TDAH levaria as crianças a agirem antes de pensar e, assim fazendo, as levaria a um permanente sofrimento em razão da constante repressão realizada pelos adultos.

Além da auto-instrução e do registro de pensamentos disfuncionais, a terapia comportamental cognitiva propõe o método da “resolução de problemas”. Este é empregado por meio da simulação de situações-problema nas quais a criança em tratamento deve supor o caminho possível para sua solução. Nesse caso, segundo os especialistas, a criança se condicionaria a medir as conseqüências de seus atos.

Há ainda outro exercício recomendado pelos terapeutas comportamentais cognitivos. Trata-se do “automonitoramento e da auto-avaliação”. Segundo os defensores do método, “esse exercício tende a aumentar a capacidade dessas crianças de olhar para si mesmas” (ibid, p.187). Nesse caso, elas seriam treinadas a constantemente quantificarem suas atitudes. Após a auto-avaliação (no momento das sessões de terapia, por exemplo), o jovem compararia seus valores com os números atribuídos pelo examinador, conquistando critérios seguros para reorganizar seu próprio comportamento em razão do esperado pelos adultos.

Para que o tratamento comportamental cognitivo funcione, seus defensores defendem a necessidade de exercitar o planejamento e a criação de cronogramas. Tal atitude viabilizaria a determinação, a definição e o reconhecimento de sinais corporais, tais como o “aumento do batimento cardíaco; aumento da transpiração; mudança de cor no rosto; músculos tensos; sensação de calor”, sempre que a raiva, provocada pela frustração advinda da incapacidade de auto-domínio, demandasse algum tipo de reação.

Na terapia cognitiva, aos procedimentos que induziriam à auto-instrução, ao registro de pensamentos disfuncionais, à resolução de problemas e ao auto-monitoramento e ao planejamento, corresponde um rol de ações práticas que consistem, dentre outras, em sistemas de fichas, punições e dramatizações com objetivo de materializar, por meio de pontuações, os erros e acertos na conduta dos pacientes a ela submetidos.

O aluno-problema D. percorreu os mesmos caminhos examinatórios percorridos por outros indivíduos com suspeita de TDAH. Não ficou comprovada sua desatenção; no entanto, o tratamento comportamental cognitivo foi-lhe aconselhado. Parece que, nesse caso, tratou-se de eliminar o problema escolar por meio da instalação de um novo conjunto de atitudes para a criança.

5.1.2. Uma desatenta cordata: o caso da curta atenção de L

L. foi submetida a Avaliação Neuropsicológica em outubro de 2005. Ao contrário de D., não tinha problemas familiares. Também foi educada e gentil com os examinadores, ademais não tinha problemas de relacionamento fosse no ambiente doméstico ou no acadêmico. Seu fracasso escolar dever-se-ia a uma disfunção detectável em um 14 testes a que, coincidentemente, foi submetido D.

Ela demonstrou dificuldade “para eleger prioridades na execução de atividades acadêmicas que exigem esforço mental prolongado, como trabalhos escolares, síntese de livros ou formulação de regras, ela ‘recua’, interrompendo a linha de pensamento, também pela desatenção, uma vez que, o cérebro funciona de maneira mecânica”.

Para ilustrar a estrutura maquina que observa no cérebro de L. a psicopedagoga que assina seu relatório lança mão de um desenho em que o interior do crânio é esquadrihado e são destacadas as regiões cerebrais com a discriminação de suas funções.

A dificuldade de L. é um sintoma típico nos indivíduos com TDAH. Talvez isso justifique a perspectiva de recorrer à medicação em seu tratamento. Antes desse recurso, a avaliadora sugere “treino atencional e orientação de estudos”.

Por outro caminho, mas chegando a um lugar parecido aonde chegaram os avaliadores de D., à aluna-problema L. é atribuído um dos 5 grupos de sintomas que o DSM-IV define para o indivíduo TDAH; no caso dela fica evidente déficit na “manutenção consistente da energia e esforço nas tarefas (auto-regulação motivacional)” (Rohde, 2003 p. 66).

Assim, ao passo em que D. precisa redirecionar seu comportamento no sentido da elevação da auto-estima e afirmação de uma auto-imagem positiva, L. precisa treinar sua atenção para que a sua máquina cerebral mantenha a energia necessária para acompanhar os colegas de escola. Enquanto D. necessita se auto-afirmar, L. precisa motivar a si mesma.

O diagnóstico de D. e a proposição para sua reorientação comportamental apontam para um revigoramento do vínculo entre a participação da família e o problema de aprendizagem, tal como se preocupara Artur Ramos em seus argumentos tributários da psicanálise. Por outro lado, a motivação, tornada centro das preocupações de Lourenço Filho e da atual neuropsicologia, aparece como elemento central para livrar L. de seu fracasso escolar.

5.1.3. O caso Lu, um ansioso fóbico

Em um pequeno relato de seu psiquiatra, datado de março de 2007, Lu tem seu fracasso escolar explicado por um “transtorno fóbico ansioso” que se desdobra de um “quadro depressivo leve”. Enquanto D. se sentia inferiorizado perante seu irmão, Lu “sente-se inferiorizado pelos seus colegas em relação ao seu desenvolvimento cognitivo”.

No entanto, o que merece destaque na composição do quadro problemático de Lu é o fato de que o regime de verdade justificador da sua incapacidade de aprendizado escolar é diferente dos outros relatórios aqui analisados. Enquanto a maioria deles é composta por relatórios de clínicas especializadas que contêm a descrição de numerosos testes orgânicos, avaliações psicológicas e

sondagens comportamentais, o problema de Lu é descrito em poucas e peremptórias linhas nas quais o argumento de autoridade parece se sobrepor a quaisquer outras justificativas.

O psiquiatra assevera que Lu “deverá manter-se em psicoterapia e com tratamento específico”. Aparentemente, a palavra do especialista e a definição dos males de seu paciente seriam suficientes para incluí-lo no quadro de aluno-problema, sujeito à tolerância da escola. A chancela do consultório e a descrição da eminência acadêmica do seu responsável dariam a veracidade necessária para a suposta incapacidade do estudante.

5.1.4. O caso T.: imatura, desatenta, desinibida, quieta e disléxica

A respeito de T., coletamos dois laudos: de janeiro e maio de 2005. O primeiro é um relatório de avaliação neuropsicológica em que se constata a presença do TDAH na paciente. O segundo trata-se da devolutiva de uma clínica ligada à Associação Brasileira de Dislexia em que T. recebe o diagnóstico positivo para dislexia.

Na época dos exames, T. tinha 10 anos. Seu comportamento na escola era digno de destaque, uma vez que além do baixo rendimento acadêmico a estudante despertava preocupação nos professores por sua “tendência a ficar mais quieta ou sozinha, sem acompanhar a turma”.

Desde a primeira infância, T. iniciara seu périplo por clínicas e avaliações. Conforme o Relatório,

começou realmente a andar e correr no segundo ano de vida, época em que já formulava frases simples. Apesar dos progressos na fala, ainda permaneciam dificuldade de linguagem, que motivaram o início do acompanhamento com fonoaudióloga (...). Com cerca de seis anos de idade, realizou avaliação neurológica e EEG que detectou anormalidades leves, cuja interpretação não ficou clara na época(...). Hoje em dia, persistem os problemas de atenção e memorização. Muitas vezes, T. se mostra “avoada”, como se estivesse no “mundo da lua” (sic). Em casa até procura ser organizada, mas é notado pelos pais que não sabe nem por onde começar a realizar as atividades.

Assim como nos escritos de Lourenço Filho, os avaliadores de T. tiveram como referência para suas suposições os resultados de indivíduos em idade correspondente à dela para avaliar sua capacidade de adquirir conhecimentos. Dessa maneira, asseveraram: “o processamento cognitivo pareceu pouco mais lento que o observado em crianças da mesma idade, bem como o contato se mostrou relativamente imaturo para a faixa etária”.

No dito relatório, a tendência telúrica de T. foi investigada por meio de uma bateria de testes medidores da atenção e funções executivas, tais como atenção visual seletiva, velocidade de processamento, controle inibitório e auto-regulação.

Nesse campo, a examinada, assim como L. desse, “encontrou dificuldade para a manutenção da atenção em tarefas que lhe exigiram maior esforço mental”. No entanto, aquilo que o examinador

colocou em evidência foi que T. “até conseguiu analisar e levantar hipóteses a respeito das tarefas realizadas, mas faltou-lhe um pouco de flexibilidade, controle inibitório e auto-regulação do comportamento”.

Além de não regular seu próprio comportamento, T. não conseguiu manter-se atenta às instruções dos examinadores, por isso, apesar de “quieta ou sozinha”, o relatório a descreve como portadora de uma “falha leve no controle inibitório”.

Também os processos mnemônicos foram investigados, sendo que se destacou uma grave alteração na memória de trabalho. Esse dado foi comentado pelo avaliador da seguinte forma: “embora tenha conseguido guardar números na ordem direta, foi encontrada muita dificuldade para a inversão dos dígitos na mente, o que sugere déficit de memória de trabalho, apesar de ela não se conscientizar da dificuldade”. Como não estão presentes números para quantificar o déficit de T.: supomos que a gravidade encontrada pelo comentador deve-se preponderantemente ao fato de se tratar de um problema de aprendizado que ainda se mantém na inconsciência do aluno. Essa suposição ganha força no momento em que observamos o encaminhamento psicopedagógico de T., este aproxima-se das terapias cognitivo-comportamentais evocadas no caso D. Nessa estratégia curativa, a consciência do transtornado a respeito de suas incapacidades funcionais é uma tática indispensável para o tratamento.

Após avaliar a atenção e a memória de T., a sondagem vasculhou aspectos como: linguagem, habilidades acadêmicas, habilidades viso-espaciais, habilidades sensorio-motoras e funções intelectuais (teste de QI constante no WISC-III) da criança. Nesses exames, T. apresentou-se problemática em diversos níveis, mas, fundamentalmente, as habilidades acadêmicas mereceram maior preocupação do avaliador, pois “quando solicitada a escrever sobre um tema espontâneo (redação), falhou na colocação dos pontos (pontuação) e na ortografia de algumas palavras”.

Na conclusão do relatório, o tratamento proposto para a imatura, precipitada, desregulada, inconsciente e pouco letrada T. consiste de uma composição de acompanhamento fonoaudiológico e psicopedagógico. No entanto, o que se deve ressaltar no tratamento da transtornada é a sugestão do avaliador à escola. Segundo ele, T. deveria ter um “acompanhamento bem próximo, sala com poucos alunos, forma diferenciada de avaliação e dosagem correta de informações”. Em outras palavras: uma escola terapêutica, submissa à interioridade dos educandos, interioridade esta constituída pelo discurso psi.

Após a constatação do TDAH de T., suas dificuldades escolares continuaram incomodar à mãe e ela procurou a Associação Brasileira de Dislexia para resolvê-las. Na devolutiva da associação, novamente T. foi submetida a uma bateria de testes que visaram sondar seu nível de inteligência, sua

personalidade e seus atributos neurolinguísticos. Novamente, se identificou a imaturidade psicomotora, apesar do nível intelectual adequado à idade.

A avaliação da sua Organização Temporal detectou que “seu ritmo natural é lento”. Assim como na avaliação neuropsiquiátrica acima referida, T. demonstrou pobreza na escrita, pois não obedeceu “às regras morfo-sintáticas, com estrutura frasal, vocabulário pobre e algumas disnomias”. Ao final do processo avaliativo, constatou-se que T. possui “um quadro de dislexia grau moderado para severo (DSM-IV e CID 10- F81.0)”. O encaminhamento a ela sugerido mantém o itinerário definido pela ABD em casos semelhantes: “acompanhamento psicopedagógico onde serão revistas todas as suas dificuldades”.

A coincidência entre o diagnóstico da avaliação neuropsiquiátrica e o laudo da ABD pode ser explicada por dois motivos complementares. Tanto um quanto outro trafegam pelo mesmo regime de verdade, qual seja: a medição, a maturação e o recurso ao Manual de Estatística e Diagnóstico da Associação Médica Americana (DSM-IV). Ademais, o livro-texto de Rohde assegura que há possível co-morbidade entre o TDAH e a dislexia, uma vez que,

comparando o transtorno de leitura (dislexia) e o TDAH, identificam-se disfunções diferenciadas, pois a disfunção, no primeiro caso, origina-se de *dificuldades de processamento fonológico*, enquanto no segundo reporta-se a problemas de função executiva que comprometem a aquisição das *estratégias de leitura*. Essas disfunções podem-se apresentar em co-morbidade ou não, pois não há uma relação de causalidade entre elas (Rohde, 2003, p. 124).

Como acabamos de verificar, T. é um caso em que a co-morbidade estaria presente.

5.1.5. O caso Lo: inconstante, superficial e arredia

Em março de 2006, Lo foi submetida a Avaliação Neuropsicológica. Diferentemente dos casos acima analisados, ela não aderiu completamente ao processo avaliativo, pois, embora tenha se mostrado “colaborativa, afetuosa e disposta”, ela comportou-se “com pouca persistência em empenhar-se para obter bons resultados, sendo necessária a intervenção da terapeuta”.

A bateria de 13 testes que envolveram medições da personalidade, da inteligência, da atenção, da memória, do raciocínio e da linguagem revelou “dificuldades importantes” nas “Funções Executivas e Atencionais”. Tal fato justificaria, segundo o avaliador, “suas queixas de queda de rendimento escolar”.

As dificuldades de Lo foram ocasião para o avaliador desdobrar sua concepção do funcionamento cerebral, para ele:

O cérebro trabalha de forma dinâmica. As funções Neuropsicológicas interagem como um todo, assim, quando a informação é processada, todas as funções são acionadas ao mesmo tempo, conseqüentemente, se há uma dificuldade severa em

uma das funções, as demais serão prejudicadas. No teste de Lo, as funções mais prejudicadas são a Atenção (Alternada e Sustentada) e as Funções Executivas, que contribuem para a excessiva dispersão e inabilidade em estabelecer prioridades na execução de atividades acadêmicas que exijam esforço mental prolongado, como trabalhos escolares, síntese de livros, formulação ou sistematização de regras.

É interessante apontar que a descrição acima possui uma passagem que se repetiu no relatório de L., quando se tratou de justificar a dificuldade do avaliado em manter-se atento nas tarefas de longa duração. Talvez essa repetição seja justificada pelo fato de que o cérebro-máquina constituído pelo regime de verdade instalado nesses relatórios funcione de forma semelhante e previsível em quaisquer indivíduos.

No momento em que analisa o resultado das testagens relativas às emoções de Lo, o avaliador destaca sua resistência em “aprofundar-se em seu ‘mundo interno’, inibindo opiniões, idéias ou manifestações criativas perante o grupo”. Essa superficialidade, enunciada como “resistência”, inviabilizaria o acesso do procedimento avaliativo, uma vez que ele demanda exatamente o contrário, ou seja, a sondagem do universo interior do aluno-problema.

Tal como no caso de D., o avaliador procura justificar os efeitos na auto-estima provocados pelo baixo rendimento escolar. A lógica que ele opera permite-lhe concluir que “Lo recua frente a dificuldades, limitando sua assimilação a novos conhecimentos ou situações, sem ao menos tentar. Este mecanismo de defesa ora a atrapalha ora a protege, evitando frustração”.

A conclusão do relatório evoca uma capacidade ainda inexplorada de Lo. Dessa forma “seu prognóstico é favorável, desde que sejam feitas as devidas intervenções”. Como em casos já analisados, indica-se a terapia comportamental-cognitiva para redimensionar o comportamento de Lo, uma vez que a associação entre a resistência à interiorização, a aversão ao trabalho prolongado e a incapacidade de aceitar as regras impede o pleno envolvimento da jovem no processo educativo.

Seria necessário, portanto, que a aluna expusesse seu *psique* a exame; sem isso, o quadro de transtorno continua operante.

5.1.6. O caso A.: retraída, covarde e insuficiente

O Relatório Psicodiagnóstico de A. foi realizado porque a criança de 10 anos “apresenta dificuldades na escola, principalmente em português, troca letras na escrita; também distrai-se com facilidade, tanto na escola quanto nas atividades em casa. Atualmente está se retraindo, não arrisca e considera-se burra”.

Na citação, destacamos o advérbio “atualmente”. Seu uso faz-nos especular sobre a possibilidade de as dificuldades escolares terem sido suportáveis até o momento em que elas

atingiram a auto-imagem da criança. A partir desse momento, parece que a potencialidade supostamente inerente à estudante estaria bloqueada por sua falta de confiança.

A autocomiseração da menina, segundo o relatório, agride um elemento central próprio dos saberes que integram a psicologia à pedagogia. Essa característica, também evidente nos escritos de Lourenço Filho, é a motivação. Para a avaliadora, A. “precisa ser constantemente motivada para conseguir demonstrar suas potencialidades, pois devido forte insegurança quanto à capacidade, tende a criar situações de distração tanto para ela quanto para os outros”.

Assim como nos laudos até aqui expostos, A. passou por testes de inteligência, de personalidade e de emoção. Há, porém, um dado digno de destaque: os questionários atinentes à escala de TDAH foram preenchidos por uma professora e pelos pais da avaliada. Tais instrumentos são recomendados no DSM-IV; no entanto causa espécie o fato de que nenhum dos laudos coletados para esse trabalho incluem os professores na sondagem da desatenção.

O recurso à opinião da docente pode ser mera opção da examinadora, mas é inegável que essa especificidade dá uma carga mais abrangente à busca pela veracidade do diagnóstico. Grande parte dos laudos e dos livros de divulgação psiquiátrica utilizados para esse trabalho contém recomendações dos especialistas psi à escola. Por meio delas, os agentes da psicologização escolar aconselham determinadas ações que, segundo eles, facilitariam a aquisição de conhecimento por parte dos transtornados. Dentre elas, situam-se as “indicações terapêuticas” a “orientação à escola; amigos pedagógicos qualificados (acompanhantes terapêuticos na área da aprendizagem) e a mudança de escola” (Rohde, 2003, p. 113).

Das orientações à escola, destacamos o uso de “pequenas quantidades de conteúdo para serem lidas e trabalhadas; materiais parcialmente preenchidos, como mapas, gráficos e textos, que facilitem a atividade”. Aos professores orienta-se: “ser flexível e prover encorajamento aos estudantes; motivar os estudantes a ser o melhor que puderem; aceitar cada aluno como ele é, com suas características e possibilidades únicas; tornar a aprendizagem prazerosa; reconhecer os limites da sua tolerância e modificar o programa dos estudantes com TDAH até o ponto de se sentirem confortáveis”.

A presença da professora na sondagem do problema escolar de A. pode ser ocasião para refletirmos sobre a penetração do discurso psi nas práticas escolares. Segundo ele, a escola deveria ser um lugar de terapia onde o acerto seria o objetivo dos procedimentos para que os alunos mantivessem elevadas suas expectativas e motivação. Ao professor, cabe o trato com as individualidades para garantir o conforto e o prazer no processo escolar. Em outras palavras, a escola ideal para as *expertises* psi deveria colocar o aprendizado à frente do ensino e o cuidado como norte da relação.

Retomemos a referência à LDB contida no laudo de dislexia já citado nesse trabalho, segundo a qual,

a LDB 9394/96 orienta que a criança, jovem ou adulto deva caminhar com seu grupo etário e que no caso de uma retenção de série, causada pelo desconhecimento de outros deverá ser reconsiderado, uma vez que com isso venha acontecer, poderá causar danos emocionais na auto-estima já tão desgastada por fracassos não compreendidos.

Assim, consideraríamos que toda a escola, na concepção do discurso psi, deveria caminhar em direção à preservação da auto-estima, do cuidado com a interioridade dos educandos e da individualização das práticas acadêmicas. Ou seja, uma escola terapêutica para os desajustados e preventiva para os adequados.

Como, provavelmente, a escola à qual a aluna-problema A. está vinculada não preenche os critérios determinados pelos ditos especialistas, o relatório propõe que se recorra ao tratamento ludoterápico, pois ela “emocionalmente, apresenta sintomas de inadequação, insegurança, dependência e regressão”.

5.1.7. O caso N.: o treinamento de audição

N., em fevereiro de 2006, então com 11 anos, foi encaminhada por sua fonoaudióloga para uma avaliação de sua audição. Nela, se detectou “alteração do processamento auditivo, com prejuízo gnóstico auditivo denominado: Decodificação (Análise /síntese Auditiva) e Gnóstico não verbal”.

Em outras palavras, a aluna tornara-se problema porque atingira níveis abaixo dos padrões de normalidade instituídos pelos critérios de exame. Na opinião das avaliadoras, N. possuiria déficit na compreensão do sentido correspondente a determinados sons.

O laudo de N. é o único exemplar de exame fonoaudiológico do corpo documental desse trabalho. Sua confecção evoca termos técnicos de hermética compreensão; no entanto, no subtítulo “Observação Comportamental”, aparece um elemento recorrente em muitos laudos constantes de nosso *corpus* empírico. Trata-se da verificação da adesão do paciente aos procedimentos investigatórios. A similitude fica patente se atentarmos para o excerto: “N. colaborou com todas as atividades. No início do treinamento realizava as tarefas com excessiva lentidão para responder, com o passar das sessões este tempo diminuiu de maneira significativa, sendo também referido pela própria paciente”.

Pode-se atribuir a vitória contra a lentidão conquistada por N. como uma recompensa pela colaboração, tal como o laudo aponta, mas também como um efeito do adestramento, próprio ao caráter repetitivo do treino. Em ambos os casos, torna-se verossímil a incontestada eficácia do condicionamento da audição a que se propõe a fonoaudióloga que lidera a intervenção avaliativa.

Mantém-se, assim como em outros laudos coletados nessa pesquisa, a necessidade de que o aluno-problema conheça e assuma sua inabilidade em realizar determinadas demandas da escola, viabilizando, dessa forma, a intervenção para o enquadramento do indivíduo na normalidade instituída pelos padrões usados nos exames.

Concluiu-se esse laudo com a proposição: “sugerimos manter terapia fonoaudiológica”.

5.1.8. Um caso limítrofe: B. e sua percepção do outro

Em abril de 2008, foi realizada a Avaliação Neuropsicológica de B., uma vez que a criança de 10 anos demonstrara “dificuldades escolares, comportamentais e de socialização”.

O processo avaliativo dessa aluna-problema consistiu da medição de sua memória em relação à aprendizagem; habilidades motoras finas; habilidades viso-perceptivas; habilidades viso-espaciais e viso-construtivas e das habilidades lingüísticas. Para tanto, foi-lhe aplicada a escala WISC-III para verificação de seu nível de inteligência.

Na medição da inteligência, B. foi sondada quanto às esferas de execução e verbal; velocidade de processamento das informações; compreensão verbal; organização perceptual e resistência à distração. A análise dos resultados permitiu ao avaliador afirmar que ela atingiu níveis “limítrofes quando comparados com indivíduos de mesma idade”. Para comprovar esse dado, o relatório destaca que B. possui “um baixo aproveitamento de estratégias de aprendizagem e recursos limitados de fixação de informações de cunho verbal, sugerindo melhores recursos de memória visual em detrimento da memória verbal”. Essa constatação definiria uma especificidade no processo de aprendizado da aluna, a qual deveria ser aproveitada pela escola.

Dentre as aferições sob o título de “resultados qualitativos”, B. demonstra uma “fala anasalada e tartamudez para iniciar a pronúncia de palavras”. Essa comprovação fez o avaliador afirmar que o baixo rendimento da criança, tanto nos testes quanto no contexto escolar, deve-se à “dificuldade de compreensão do interlocutor”.

Embora a especificidade de sua fala seja um limitador para o convívio e para a aprendizagem, o avaliador reparou em B. uma habilidade digna de destaque: “Em atividades que simulam situações do dia-a-dia, B. foi capaz de reconhecer expressões faciais em um contexto, prever o sentimento de outra pessoa e de colocar-se no lugar do outro a fim de atribuir-lhe crenças conflitantes com as suas experiências”. Apesar de esse tipo de atitude revelar um dado de comportamento, ela foi descrita no tópico “Avaliação da Teoria da Mente”. Tal descrição faz-nos especular que o comportamento, na concepção do avaliador, é uma habilidade comandada pelo mecanismo cerebral, portanto, suscetível de intervenção terapêutica.

Coerente com essa concepção, a desvantagem de B. em relação aos seus pares poderia, na opinião do avaliador, ser minimizada por meio do “treino da linguagem expressiva” e “terapia cognitivo-comportamental”.

5.1.9. O caso J.: transtorno na leitura e escrita

J., uma criança de 10 anos, foi encaminhada à Associação Brasileira de Dislexia em fevereiro de 2007 por apresentar “baixo rendimento escolar desde o início do processo de alfabetização”. Ela foi submetida a uma extensa bateria de exames que vasculharam os fundamentos fisiológicos de sua audição, visão, organização temporal e memória.

Tal como a maioria dos laudos até aqui analisados, a referida aluna-problema, segundo as testagens, mantém sua inteligência preservada e não possui anormalidades físicas; no entanto, “seu ritmo natural é lento”.

A lógica argumentativa para analisar o caso J. assemelha-se ao relato a respeito do problema escolar de A. Destaca-se na avaliação da primeira que sua inata lentidão para leitura e escrita deveria ser tomada como um dado para que a escola redimensionasse seus métodos no sentido de atender a dificuldade individual de sua aluna.

Dentre esses métodos, o laudo apresenta:

Para facilitar a assimilação de um novo conteúdo, este deverá ser apresentado de forma associativa e com utilização de recursos visuais, pois demonstra habilidade nestas áreas; assim como se faz necessária a consulta das tabuadas ou de qualquer seqüência ou fórmula durante a realização dos exercícios ou em avaliação, pois poderá manifestar dificuldade na memorização destas e ainda apresentar dificuldade na leitura e compreensão de problemas, mesmo possuindo habilidade para manipular conceitos numéricos.

Lembramos que devido às dificuldades apresentadas, é de grande importância que seja avaliada também, de diferentes formas, inclusive oralmente, pois só desta maneira os professores poderão ter a real noção do conteúdo assimilado.

A recomendação da ABD para a escola de J. vincula-se à concepção, já comentada nesse trabalho, de que o professor deveria exercer um papel de facilitador da aprendizagem. Dessa forma, os procedimentos educativos deveriam promover o acerto, uma vez que a inabilidade do educando não o permitiria sucesso nos estudos e, conseqüentemente, isso traria riscos para sua autoconfiança.

Assim, o professor seria responsabilizado pelo cuidado para com o aluno. O docente teria a tarefa de conduzir, tal qual um pastor, as dificuldades e habilidades de seus pupilos de forma a garantir o desenvolvimento harmônico deles. Nessa concepção de aprendizagem, o conhecimento deveria ser transmitido e absorvido sem traumas. Consideramos que, nesse caso, estaria ausente qualquer tipo de embate dos educandos entre si e destes com seus professores para que se

experimentasse a criação de pensamentos inusitados que comporiam uma produção intelectual consistente.

Ao contrário, a educação centrada na individualidade íntima do estudante eliminaria toda forma de confronto público de idéias. Talvez o efeito dessa forma de condução dos comportamentos seria a produção de sujeitos ensimesmados, preocupados unicamente com o espaço interno de suas vontades e desejosos de diagnósticos para suas dificuldades.

O conteúdo como algo que deveria ser meramente “assimilado”; a permissão para que J. use tabuadas e fórmulas nos momentos de avaliação; a transformação da atividade escrita em oral, enfim, os procedimentos facilitadores da aprendizagem de J. poderiam torná-la um personagem estigmatizado pelos atores do convívio escolar; porém, outra análise é possível. Esta vislumbraria a produção do mal da alma como um elemento da construção de uma subjetividade ímpar e digna de cuidado, atenção e tratamento diferenciado.

Certamente, os colegas de J. prefeririam realizar as tarefas com auxílio externo. No entanto, essa prerrogativa estaria sob domínio da transtornada. Ao pretender anestesiar o possível sentimento de inferioridade da aluna, a escola, em conluio com a clínica de atendimento psi, forjam uma nova relação dos professores com os alunos e destes entre si, na perspectiva de uma educação que, ao cuidar, discrimina e nivela a todos pelos seus próprios padrões fisiológicos, e a cada um segundo suas limitações pessoais.

5.1.10 Ocaso e síntese: os relatórios sobre Rá

O sujeito criado para Rá poderia condensar todas as invenções condutivas subjacentes aos laudos realizados pelas clínicas de atendimento psicopedagógico aqui coletadas.

Rá recebeu diagnóstico de dislexia em grau severo, em janeiro de 2004; de muito imaturo e incapaz de “entender o texto escrito”, em junho de 2004; por fim, em setembro de 2004, de medroso e apavorado na época das provas.

A indicação para a primeira testagem diagnóstica foi feita por seu neuropediatra, o que sugere que seus pais já estavam bastante preocupados com suas “dificuldades escolares”.

O relatório foi por nós coletado na escola, portanto, especula-se que o documento condensa a preocupação em atestar o motivo da incapacidade escolar do relatado. Esta é, nesse tipo de discurso, associada à competência demonstrada pelo número de acertos adequados aos padrões produzidos nas estatísticas internacionalmente aceitas pela comunidade científica.

Já nos referimos à chancela que os laudos emitidos pela Associação Brasileira de Dislexia possuem. Relembremos: The International Dyslexia Association. Esta, assim como outras

associações de terapêutica científica da alma, dedica-se prioritariamente a publicar os dados tabulados por aquilo que elas próprias chamam de “achados” (Rohde, 2003). Este termo refere-se à confirmação estatística de uma suposição a ser comprovada pelas respostas coletadas nos testes padronizados. Por exemplo: a maior incidência de TDAH em meninos do que em meninas.

Rá, assim como seus companheiros de transtorno, “obteve resultado muito superior ao percentil 98 (P98)”. É inteligente, seus desenhos são criativos. (...) “Possui um bom potencial cognitivo”. Adequadamente atento e concentrado. Quando estimulado, faz tudo com muita vontade.

“Tem facilidade de planejamento, aplicando a lógica e o raciocínio às relações espaciais”. O laboratório conclui que a auto-estima de Rá é baixa em razão dos sucessivos infortúnios escolares. O fracasso o apavora e ele reage deserdando de seu posto de aluno, e tornando-se inconveniente para a sala, para o professor e para a escola. Sua letra “trêmula e irregular” sugere a presença de “disgrafia” nesse paciente.

Ele não conseguiu copiar um ditado na velocidade requerida pelo teste-padrão relativo à sua idade. Demonstrou parca “consciência fonológica de palavras monossílabas e dissílabas mas não polissílabas”. Por isso, Rá possui evidentes “disfunções fonêmicas”. Em outras palavras, falou errado ao conversar e responder oralmente questões proferidas pelo avaliador. Este reparou que o erro repetia-se em um grupo determinado de palavras e atestou a dificuldade fonoaudiológica de Rá.

O vocabulário de Rá é pobre, apesar de ele ter uma correta estrutura frasal. Não possui fluência de leitura e não compreende um texto.

Os dados dos testes de Rá permitem à psicóloga, à fonoaudióloga e à psicopedagoga clínica concluir por um quadro de dislexia de grau severo, segundo o CID – LD – F81.0 – SDM IV. O trio aconselha “tratamento fonoaudiológico e/ou psicopedagógico, para Rafael estar podendo atualizar seu potencial, que no momento, se encontra um pouco prejudicado por fatores que não dependem da vontade e sim de treino profissional da área”. Para melhor se entender: as notas baixas demandaram a requisição da escola por testagens diagnósticas; estas foram aplicadas e analisadas por especialistas psi. Os mesmos *experts*, não raro, atestam o déficit em determinadas funções cerebrais. Nesses casos, o tratamento quase nunca difere de treinos, acompanhamentos, novas avaliações, terapias, redirecionamentos de comportamento, reestruturação cognitiva, reforço à auto-estima, compreensão dos fracassos.

Afinal de contas, os laudos da ABD, como já sabemos, afirmam que até Einstein foi disléxico, e nem por isso ele deixou de ser “um gênio”.

Após a constatação da dislexia, supomos que Rá tenha iniciado aulas particulares. A suposição se apóia na existência de um relatório referente a essas aulas. A “Professora e Pedagoga” que assina

o documento localiza suas impressões no acompanhamento realizado em abril, maio e junho do mesmo ano da avaliação, qual seja, 2004.

A professora-pedagoga demonstra compactuar com as impressões sugeridas pelos avaliadores de janeiro. Ela realiza “algumas lições de casa escolares com ele”; faz “todo um trabalho de conscientização para que Rá perceba que é capaz de entender pelo menos parte do que lê esforçando-se um pouco mais”. A acompanhante justifica sua tutela sobre as lições de casa dizendo que esse procedimento possibilitou um acréscimo de “auto-estima”, e tendo Rá passado a fazer sozinho suas lições.

O zelo pela auto-estima do aluno apóia-se também no estímulo e na valorização “em áreas que ele demonstra interesse ou habilidade para que Rá sinta-se feliz com ele mesmo”. A signatária do relatório também demonstra intenção em retirar de Rá a “grande aceitação” que ele “apresenta ao lhe serem colocados rótulos do tipo: você é muito atrapalhado, desastrado, sujinho ou porquinho”.

Ao tratar do enriquecimento vocabular de Rá, sua aulista convocou a família para que ela “estimulasse a fala de Rá”. A especialista reclamou um maior número de sessões particulares, comprometendo-se nelas a complementar o referido estímulo.

Além da fala, a família também foi chamada a auxiliar no trabalho de amadurecimento de Rá estimulando-o a atitudes responsáveis “que só dependem de sua própria vontade”.

Para a escola, a professora/pedagoga/aulista/accompanhante/especialista propõe que as provas sejam lidas para Rá. Dessa forma, ela espera que a limitação de leitura e escrita do menino de 9 anos seja suplantada pela redução do nível de exigência nos exercícios escolares. Se isso não garantir a produção de conhecimento e pensamentos inusitados, ao menos garantiria a manutenção de uma elevada taxa de auto-estima, redundando na possível conquista da felicidade do aluno em tratamento.

No entanto, apesar de alguns progressos, a mãe de Rá continuou em busca de apoio psicopedagógico e fonoaudiológico que ajudasse seu filho a superar o atraso em relação aos companheiros de série na escola.

Para tanto, entre agosto e setembro de 2004, ela se submeteu a terapia em conjunto com seu rebento. É relatado que os dois modificaram visivelmente seu comportamento. Ambos ficaram mais arrumados e organizados. Ela está “calma e tranqüila”; ele “já é capaz” de verbalizar suas opiniões “sem vergonha e; muitas vezes consegue arriscar um palpite em alguma questão”.

Mas a grande mudança ocorreu na relação mãe e filho. O relatório da terapia observa: “antes Rá não ia ao banheiro sem a presença da mãe para que o limpasse. Agora isso já não ocorre mais”. Quando o filho se revolta e age com agressão, a mãe se mantém firme. Essa atitude permite à relatora fazer a suposição de que ela “está acreditando no trabalho e não está desistindo de sua missão”.

A pedagoga responsável pelo tratamento de Rá detectou que seu paciente possuía “medo e pavor” no momento de execução das provas na escola. Para sanar esse problema, sugeriu que “ele deve realizar as provas normalmente, e sobre isto tenho conversado muito com ele, e, caso não atinja nota suficiente, ou não demonstre na prova tudo o que sabe, aí sim, poderá realizar a mesma prova com a leitura de alguém”.

Além de facilitar sua vida escolar, de forma complementar ao tratamento, a pedagoga aconselha que não se economizem elogios a Rá, mas que estes sejam dosados para não mimá-lo.

Isso posto, Rá poderia ser considerado um caso-síntese porque ele expressa o ápice a que pode chegar a ingerência psi nos assuntos escolares: a elevação do baixo rendimento escolar à categoria de transtorno de aprendizado. Esse mecanismo tornaria os maus leitores, os infelizes fracassados, os falantes incompreensíveis, os apavorados e medrosos em indivíduos suscetíveis a treinamento, dignos de cuidado, estimuláveis e passíveis à condução de suas condutas.

6. Conclusão

Até aqui, a presente pesquisa dedicou-se a especular sobre os regimes de verdade que se configuraram em torno do aluno fracassado. Para tanto, a análise transitou entre a necessidade de governar a população, a conseqüente normalização da sociedade e os desdobramentos educacionais da intersecção entre governo, medicina e agenciamentos psi. Esse percurso foi trilhado para buscar similitudes entre o aluno-problema forjado pela higiene mental de Artur Ramos e o aluno transtornado, tal como conceituam os laudos psicopedagógicos na contemporaneidade.

No entanto, apesar das recorrências materializadas pelos discursos constituintes tanto do aluno problemático quanto do transtornado, há proveniências evidentes quando se analisa detidamente o processo de constituição do aluno deficitário.

Agora, trataremos das contemporâneas formas de vida que seriam engendradas por enunciados científicos, cujo alvo é a interioridade psíquica, fisiológica e genética, uma vez que é para aí que os ditos laudos apontam.

Nesse intuito, novamente, nos apoiaremos em Rossano Lima Cabral (2005), um psiquiatra dedicado a vincular o estabelecimento do diagnóstico de TDAH às coetâneas configurações da subjetividade.

O autor afirma que o TDAH manifesta uma tendência absolutamente atual na psiquiatria, qual seja, a redução das vicissitudes individuais às explicações advindas da biologia. Nessa nova visão, hegemonizam-se os argumentos atinentes à fisiologia cerebral. Uma leitura atenta dos manuais psiquiátricos descritores do mal possibilitaria perceber que eles tratam ao transtorno como ligado ao mal funcionamento dos neurônios.

As tentativas de definir a atenção anormal iniciaram-se em 1902, quando Still propôs-se a diagnosticar as causas de “maus comportamentos” praticados por crianças agressivas e indisciplinadas. Desde essa época, os estudos psiquiátricos procuram um lócus cerebral em que a anomalia se instalaria; no entanto, o atual código internacional de doenças, CID-10, o institui como distúrbio no “auto-controle do comportamento”.

Ao analisarmos os manuais de divulgação psiquiátrica, notamos que eles afirmam categoricamente uma suposta “disfunção cerebral” (Benzik, 2000) como causa do TDAH; no entanto, Cabral assevera que os profissionais da área médica desconhecem a localização exata da suposta anomalia. De qualquer forma, os diagnósticos continuam a ser publicados e a epidemiologia do mal continua a ter números crescentes.

Esses elementos nos fariam questionar: se os diagnosticadores do TDAH demonstram tanto zelo pelas explicações científicas, como é possível que eles aceitem uma doença cujo local de aparecimento mantém-se na penumbra?

A busca pela resposta começa pelos próprios manuais de divulgação psiquiátrica, segundo eles, os desatentos

“vivem no mundo da lua”, isto é, parecem estar sempre pensando em outra coisa (ou em um monte de coisas...) quando se fala com eles, quando estão estudando ou lendo, quando estão trabalhando, enfim, em uma grande variedade de situações. Na maioria dos casos, estas pessoas também são inquietas – não permanecem paradas ou sossegadas por muito tempo e detestam coisas monótonas e repetitivas –, além de serem um tanto impulsivas no seu dia-a-dia. São pessoas que vivem trocando de interesses e planos e têm dificuldade em levar as coisas até o fim (Mattos, 2001, p. 15).

Ao que parece, para além de uma suposta imprecisão científica, a definição do TDAH atém-se a condutas insuportáveis em determinados ambientes. A dispersão, a inquietude, a impulsividade e a inconstância são comportamentos indesejados e é a eles que deveria mirar o olhar diagnóstico. Acresce-se a isso o fato de que, consensualmente, tais condutas possuiriam origem genética. A explicação hereditária para a desatenção torna o diagnosticado um portador. Dessa forma, “não se tem, se é TDAH” (Cabral, 2005).

No discurso médico voltado para o TDAH, a genética teria sido guindada à condição de justificativa final para os males da mente e, por extensão, do comportamento. Cabral especula que esse mecanismo explicativo permite que cada sujeito busque sua individualidade no próprio corpo. Essa operação, para o autor, orienta a constituição de grupos identitários na contemporaneidade. Forjam-se, dessa forma, formas de vida idiossincráticas e, ao mesmo tempo, comprometidas com a preservação de seu pertencimento no grupo ao qual se inserem.

Paul Rabinow (1999), em suas pesquisas a respeito das novidades contidas nos procedimentos da biotecnologia, especulou sobre um processo parecido. Para ele, a multiplicação dos discursos em torno do projeto Genoma foi tornada ocasião para comentar que novas “práticas de vida como o lugar mais potente de novos saberes e poderes” (p. 137) estão surgindo devido às possibilidades apresentadas pelo conhecimento íntimo do humano pretendido pelos geneticistas.

Considerando o possível efeito dessas mudanças, o autor afirma:

No futuro, a nova genética deixará de ser uma metáfora biológica para a sociedade moderna, e se tornará uma rede de circulação de termos de identidade e lugares de restrição, em torno da qual e através da qual surgirá um tipo verdadeiramente novo de autoprodução: vamos chamá-lo de “biosociabilidade” (ibid., p. 143).

Como vimos antes, Foucault, em seus escritos a respeito das relações de poder na sociedade moderna, estabeleceu o conceito de biopoder. Por meio dessa conceituação, foi-lhe possível “dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida” (Foucault, 2005, p. 302). Em outras palavras: “ele

conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população”. Destarte, poderíamos dizer, ainda com Foucault, que os saberes criados a partir da vinculação entre a fisiologia e o comportamento operam no sentido de dispor ao poder corpos preparados para receber a intervenção condutiva.

E mais: esse poder que “tomou de assalto a vida (...) incide diretamente sobre nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar” (Pelbart, 2007, p.57). A biopolítica, portanto, funciona de modo a sofisticar todas as antigas técnicas de condução de condutas, pois ela atua de forma não-coercitiva, uma vez que, dentre seus métodos, encontra-se a convocação à saúde, ao bem-estar e ao equilíbrio das emoções.

Para garantir que os corpos desejem os desejos instrumentalizados pela biopolítica, ganharam força, com grande atuação na contemporaneidade, os enunciados que evocam uma interioridade reconhecível e modificável, qual seja, os agenciamentos psi.

Essa expressão é usada por Nikolas Rose (2001) para se contrapor aos saberes que afirmam ser a subjetividade um dado primordial ou uma capacidade latente. Para o autor, trata-se de relações inter-pessoais, argumentos científicos, regimes de verdade que produzem um determinado sujeito.

Os agenciamentos psi, segundo Rose, utilizam seus argumentos de autoridade para falar “nossa verdade na linguagem da psique” (ibid, p.158). Talvez essa idéia seja útil para compreendermos o ritual sugerido pelos laudos focalizados nessa pesquisa. Quase todas as avaliações contêm testagens de inteligência, medições de personalidade e considerações sobre as emoções. A atenção é vasculhada tanto no seu aspecto imediato ou “de trabalho”, quanto na execução de tarefas complexas. Todos os aspectos da interioridade são colocados em análise para extrair deles a razão das “dificuldades escolares”.

Rose assevera que a subjetividade, não sendo uma atribuição inata, é constituída por “máquinas de formação de sujeitos”. Estas operam no sentido de criar “dobras” ou interiores, tão reais quanto irreais, tão artificiais quanto naturais, tão robóticos quanto orgânicos. A operação maquínica da subjetividade atual invoca dobras atinentes às aspirações, regras, verdades e esperanças. A cada uma delas correspondem operações dirigidas, respectivamente, ao eu, à autoridade, à psicologia e à liberdade, dentre outras.

Acompanhando o raciocínio de Rose, encontraremos seguramente nas clínicas de atendimento psicopedagógico um exemplo de máquina subjetivante. No caso, além da dobra referente à condição de fracassado que aí se forja, podemos encontrar algumas convocações como: a expansão de suas capacidades, sua obediência e cortesia, além da sua auto-estima.

As atuais “dobras psi”, na acepção defendida por Rose, atuam como “simulacros de eus desejáveis”, e, dessa forma, constituem-se como espelhos a refletir subjetividades. Elas permitem,

por meio das tecnologias psi, criar um interior fabulatório constituído no universo das pesquisas, das fabulações e das autobiografias. Os efeitos especulares manifestam-se, por exemplo, na constituição de estilos de vida, sexualidades e aspirações.

Dentre as fabulações psi, Rose sobreleva o auto-respeito e a auto-estima, forjáveis por exemplo nas máquinas de treinamento e de auto-ajuda. Relembremos o caso Rá, constante dessa pesquisa. Sua professora particular assume ajudar o jovem a realizar as tarefas de casa, pois isso se refletiria na elevação de sua auto-estima, na medida em que o avaliado poderia ser aquilo que sempre quis, ou seja, um aluno dedicado e cumpridor de seus deveres.

Ademais, o ser constituído pelas maquinações psi é alguém que vive a experiência da liberdade. Ele reconhece seu íntimo e aceita a autoridade daqueles que se dispõem a mantê-lo em equilíbrio. Submete-se ao prestígio daqueles que se dedicam a contar verdades sobre o funcionamento de seu aparato psíquico. Enfim, vive uma liberdade alheia a qualquer forma de imposição, porque é convencido a aceitar somente as ordens dadas de si para si, internamente.

No entanto, se, como vimos, a interioridade é constituída no funcionamento de máquinas subjetivantes, então pode-se supor que a liberdade vivida internamente é passível de regulação pelas mesmas operações maquímicas que a permitiram existir. Esse processo abre espaço para todo tipo de regulação do “eu privado”.

O aluno-problema, constituído no interior dos laudos aqui apresentados, não realiza algumas ações próprias ao seu meio, por isso, apresenta baixo rendimento. A linguagem que o define vale-se da alcunha de transtornado. No entanto, ao descrever aquilo que supostamente está deficitário no avaliado, a máquina produtora do distúrbio de aprendizagem define, por extensão, os critérios comportamentais daqueles que desejam continuar livres das notas baixas etc.

Eles devem ser cordiais, principalmente quando avaliados; aderentes aos procedimentos de medição; sociáveis no trato com seus pares e superiores; talentosos, porque bem conduzidos; competentes na leitura e escrita; motivados, porque suscetíveis à educação adequada; maduros, por que acompanham aos colegas; desinibidos, porque seguros; falantes, porque dominam a mecânica da fala; adestráveis, porque persistentes; tolerantes, esforçados, constantes e corajosos. Enfim, por meio das explicações sobre as incapacidades dos anormais, pode-se construir publicamente um conjunto de ações para que cada indivíduo se auto-regule e, por conseqüência, receba com presteza os atos normativos daqueles que pretendem governá-los.

A auto-regulação para inserção da própria individualidade em uma comunidade do corpo foi usada por Rose como ocasião para que ele enfatizasse o conceito de “biossociabilidade”.

Na biossociabilidade a natureza será modelada na cultura compreendida como prática; ela será conhecida e refletida através da técnica, a natureza finalmente se tornará artificial, exatamente como a cultura se tornou natural. Se esse projeto

chegasse a ser realizado, ele seria a base para superar a separação entre natureza e cultura (ibid., p.144).

Estendendo as suposições de Rose ao limite, encontramos o importante trabalho de Lucien Sfez. Este autor estudou dois experimentos científicos (Biosfera II e Projeto Genoma) realizados nos estertores do século XX, que permitiram a ele especular sobre a criação de uma nova utopia para o viver contemporâneo. Ele nomeou essa novidade como “Utopia da Saúde Perfeita”.

Das pesquisas de Sfez, destacaremos as experiências relativas à criação da Biosfera II. Ela foi desenvolvida entre os anos de 1991 e 1993 no deserto do Arizona e consistia da tentativa de fundar uma biosfera totalmente artificial. Para tanto, comungaram-se vultosos esforços financeiros e científicos com fito de manter vivos oito voluntários escolhidos por sua capacidade intelectual e física de suportar o convívio no interior de uma grande cúpula similar ao planeta Terra.

Após a descrição do projeto e das vicissitudes ético-políticas de sua realização, o autor recolheu dela fundamentos daquilo que ele considerou uma utopia profundamente contemporânea: “A Grande Saúde do Planeta” (Sfez, 1996).

O fundamento profético dessa utopia localiza-se na idéia de imortalizar o meio-ambiente terrestre, pois ele é considerado pelos utopistas como uma entidade suscetível à proteção e cuidado, uma vez que ela estaria em iminente destruição. Ante esse risco, partiu de setores da comunidade científica mundial a proposta de compreender a totalidade das leis biosféricas e, conseqüentemente, reproduzi-las na Terra recriada.

Tal compreensão baseava-se na crença de que a vida terrestre seria passível de plena gestão química e, portanto, integralmente reproduzível e manipulável. A dimensão utópica desse elemento localizava na ciência a capacidade de instituir um viver equilibrado e, portanto, livre de escassez e de doenças.

A proposta de se criar um ambiente insular fechado e livre de toda contaminação poluente tinha como base a busca de uma vida em comunidade em que seriam abolidas as diferenças sexuais, sociais e profissionais. A manutenção do equilíbrio seria garantida pela vigilância e controle de todas as operações, tanto humanas quanto inumanas. Tal monitoramento estaria a cargo de potentes computadores que receberiam dados de sensores atrelados a todos os componentes necessários à vida, fossem eles minerais, animais ou vegetais.

A alimentação dos biosferianos teria como objetivo a garantia plena dos nutrientes necessários à saúde; todos os excessos seriam eliminados. Os níveis de colesterol, glicemia, plaquetas, hemácias, enfim, todo o interior do corpo das cobaias seria mantido em níveis regulares. O ser humano confinado na Biosfera II seria metaforizado como artefato.

A visão mecânica atribuída ao funcionamento do corpo humano estaria em consonância com o meio-ambiente. Assim, a humanidade se prepararia para redimir a Terra de todas as máculas provocadas pelos séculos em que ela foi ocupada por indivíduos inconscientes de suas limitações. Na Terra recriada pela utopia da grande saúde, a noosfera (esfera do conhecimento) seria “capaz de fazer a sinergia da biosfera e da tecnosfera” (ibid., p. 208). Nesse mundo em reconstrução, a ciência teria alcançado a plenitude de suas explicações e, conseqüentemente, seria possível planejar ou mesmo antecipar distúrbios inerentes a quaisquer formas de vida operantes.

Sfez, no bojo de suas pesquisas, encontra a busca pela imortalidade, tanto do corpo quanto do planeta, como fundamento da nova utopia e afirma: “Esse homem, substituto de todos os outros homens em todas as especialidades, sabe autogerir-se, recusar todas as separações sociais, inclusive as do sexismo para obedecer somente à ciência” (ibid., p. 229). Retoma-se, nesse contexto, a questão da liberdade supracomentada por Nikolas Rose. No planeta saudável de Sfez, a ciência oferece as bases para o viver equilibrado e harmônico, desde que sejam obedecidos os cânones científicos. Tal como nos escritos de Rose, essa obediência permite que a liberdade seja vivida no interior do corpo autogerido por cada qual.

Além de segurança, pureza, equilíbrio, maleabilidade, igualitarismo, segregação, artificialidade, mecanicismo, imortalidade e autogestão, há elementos que marcam a singular contemporaneidade da “Utopia da Grande Saúde”: ela é realizável. Seja no interior dos laboratórios ou dos corpos, os enunciados da ciência que estão ao dispor do “homem perfeito” (ibid) asseveram sua capacidade de redimi-lo e fazê-lo regenerar a Terra em sua totalidade.

Talvez, a contribuição mais decisiva dos escritos de Sfez para a compreensão dos efeitos da utopia da saúde perfeita, sobretudo na reorganização das atuais formas de vida, encontra-se no novo estatuto que ela confere ao exercício da medicina.

Para o autor, há, na atualidade, o papel dos médicos, a crescente utilização das tecnologias monitoradas, das juntas multidisciplinares, e da especialização radical. As definições sobre as causas do sofrimento físico parecem subsumir em um obscuro anonimato. Preocupações com os aspectos securitários da doença combinam-se com um higienismo generalizado, e parecem constituir o renascimento do eugenismo. Tudo isso por meio da simbiose dos corpos individuais ao corpo do planeta.

Aquilo que Foucault chamou de biopolítica para definir a inserção, via discurso biológico, do corpo individual à espécie humana, parece, nas acepções de Sfez, guindado a uma dimensão cósmica e, portanto, eterna. Na utopia da saúde perfeita, aqueles que cuidam de seu organismo estariam conectados a algo muito além de sua própria capacidade de compreensão. A radicalidade dessa

associação permitiu a Sfez especular sobre a criação de uma “eco-bio-religião” encabeçada pelo discurso científico.

O corpo, nessa nova lógica discursiva, é tornado alvo de intervenções profundas (próteses, por exemplo), submetido a sanções sanitárias e controlado por práticas de inspeção sanitária que se dirigem à preservação da espécie. Nessa linhagem argumentativa, “as questões têm a ver com o que nós somos e não mais com o que podemos fazer” (ibid, p. 43).

A inexorabilidade contida nas definições que atrelam o corpo à inscrição presente nos genes é convertida em objeto de manipulação pela engenharia genética. Essa possibilidade assusta, pois “cada problema, cada descoberta dá medo isoladamente, mas o conjunto é vago, e a percepção de um futuro fatal permanece no nível da fantasia de catástrofe” (ibid, p. 46). Destarte, revigora-se o imobilismo provocado pela consciência do perecimento tanto na esfera pessoal quanto no destino do planeta.

Nessa concepção, a ordem da natureza é contestada. O senso comum, que sempre considerou a pré-existência da natureza em relação aos seres vivos, é levado a aceitar o intervencionismo realizado pela manipulação genética na ordem e na evolução naturais. Assim, a distinção entre a aparência e a essência é eliminada.

Tal reunião encontra-se nas pesquisas genéticas. Dessa forma, os genes passam a compor a própria alma. Há, nesses estudos, o risco de modificar a espécie formando monstros; no entanto, a terapia gênica assevera seu caráter religioso arriscando-se a substituir a prerrogativa divina da criação. Compromete-se o equilíbrio entre o destino e a liberdade pela intervenção científica na finitude do corpo. Retoma-se, nesse ponto, a reconfiguração do papel do médico, pois

conhecer seu destino ou o de seus filhos não é uma fantasia de controle de futuro? A medicina preventiva já está aí. Podemos conhecer desde já alguns elementos de nossas doenças futuras. Amanhã, com o conhecimento total de nossos genes, poderemos conhecer virtualmente nossas doenças por vir (ibid, p. 51).

A crença na onipotência do conhecimento científico somente é colocada em dúvida devido aos limites impostos pela ação prática de seus aplicadores: os médicos. A eles são atribuídas as insuficiências da ciência, inexistentes na especulação dos utopistas da saúde. No entanto, é inevitável que a descrença na medicina possibilite que se crie uma rede de especialistas responsável por definir os critérios de salubridade.

Assim, a sofisticação tecnológica tanto na detecção quanto na cura de doenças provocaria a automatização da relação médico-paciente. Nesse momento, Sfez usa como exemplo os testes pré-natais que poderiam levar ao risco de manipulações eugênicas.

Nesse contexto, a profissão médica encontrar-se-ia dilacerada e aniquilada. O dilaceramento dar-se-ia devido à ascensão dos estudos sobre a biologia molecular. No plano molecular, somente os

cientistas poderiam definir causas e procedimentos para encaminhamento das anormalidades. Por outro lado, o aniquilamento desse ofício dever-se-ia a toda sorte de interferências bioquímicas viabilizadas pela colonização das explicações sobre o funcionamento orgânico procedida pelos geneticistas. O resultado desse processo levaria a que cada caso fosse considerado um caso a ser analisado pela seguradora de saúde.

O médico, então, perderia seu *status* de explicador da doença, ou ainda de curandeiro. Tornar-se-ia em *genetic consulting*, dedicado a prescrever tratamentos a partir de um texto já escrito no DNA. E mais, tais profissionais seriam facilmente convertidos em *bio éthiciens* que teriam a função de educar o público, quase sempre apoiados em determinações legalistas orientadas pelos direitos humanos.

A ação dos médicos renasceria nas associações que se dedicam a constituir uma ciência moral integrada às biotecnologias. Eles arvorar-se-iam a condição de salvadores da opinião pública, pois seriam considerados porta-vozes de um discurso unificado que estabeleceria uma nova grande narrativa sobre a morte, a natureza e a tecnologia.

Destarte,

o que se tem em mira assim, e que é desejado como utopia, não é somente um corpo perfeito, livre por sua vez de todas as possíveis catástrofes “ecológicas”, uma terra devolvida a si mesma, na sua pureza suposta original. A imagem santificada de Gaia, a mãe generosa, a divindade Terra, responde, em escala planetária, à do corpo humano individualizado, pensado também como lugar santo, lugar de uma saúde ela mesma santificada. No horizonte, mais que uma bioética, está a visão de uma fusão perfeita do mundo e do indivíduo, uma eco-bio-religião que se desenha (ibid., p. 57).

Tomada nesse sentido, a participação do discurso médico-psiquiátrico nas explicações sobre as causas das “dificuldades escolares” atinge uma profundidade muito maior do que a mera medicalização, ou ainda a psicopatologização do cotidiano escolar contidas nas análises correntes a respeito do aluno-problema.

Navegando pela história da definição da patologia atencional, Cabral (2005) encontra definições como: “déficit do controle moral”; “desordem pós-encefalítica”; “lesão cerebral mínima”; “má-formação cerebral”; “síndrome do impulso hipercinético”; “hiperatividade fisiológica”. Finalmente, em 1980, o DSM-III (manual de estatística da Associação Médica América, 3ª versão) a define como Transtorno do Déficit de Atenção; posteriormente, na década de 1990, acrescentou-se a ele o complemento da hiperatividade ou da impulsividade (DSM-IV, 1994).

Considerando as técnicas de sondagem da alma verificadas nos procedimentos descritos pelos laudos psicodiagnósticos, poderíamos sugerir que a psicopedagogia, ao assumir um discurso profundamente marcado pela fisiologia, antropometria, psicanálise, comportamentalismo, estatística

e genética, insere-se na lógica que sustenta a utopia da saúde perfeita. Dessa maneira, assume um viés francamente interventor ou, como diria Canguilhem, policialesco.

Como fecho, gostaríamos de render um tributo a Jorge Ramos do Ó.

Em seu precioso *Governo de si mesmo* (2003), ele ousou especular que a conduta foi, ao lado da “cultura de si”, respectivamente, o problema e a ocupação centrais da pedagogia moderna, desde sua invenção.

Insuflar autonomia: eis o fundamento e a prática a que se voltaram os pensamentos e os procedimentos, desde o século XIX, dos pedagogos e instrutores.

É evidente que a educação sempre foi preocupação estatal. Falar em reformas no ensino, quer em Portugal, quer no Brasil, nunca deixou de ser o mesmo que falar em regras criadas pelo Estado para o exercício do magistério ou para o cumprimento do lugar de discente. Até quando essas reformas vieram autodenominadas de propostas ou parâmetros, encontra-se o ensejo de regularizar o cenário escolar por meio de um conjunto racionalmente articulado de determinações legais.

Os reformistas sempre encontraram guarida no pensamento científico. A pedagogia, ciência da criança, emergiu com a proveniência do modo democrático-burguês de governar e, não por coincidência, a psicologia constituiu seu discurso na mesma época. A primeira para estudar as formas de estímulo à natureza infantil com vistas a conduzir seu desenvolvimento. A segunda com fito de discursar sobre os processos anímicos que levam ao aprendizado.

Ocorre que, como diria Foucault, toda lógica explicativa tanto da pedagogia quanto da psicologia sempre se apoiou na verificação de anormalidades. Os especialistas pedagógicos sempre se ativeram aos fatores que impedem a correta maturação dos infantes. As expertises psi têm todos os seus argumentos estruturados a partir da análise dos comportamentos inadequados.

A pedagogia moderna, segundo Ramos do Ó, constantemente alertou para a necessidade de se promover a liberdade como fundamento das práticas escolares. Ao mesmo tempo, esse saber nunca abdicou de criar critérios morais ou organizativos para que os alunos desfrutassem da benesse de se sentirem livres.

Ao instigar a autonomia, regulamentar o processo educativo, instituir conceitos, definir desviantes e convocar à liberdade, a modernidade educativa assentou sua preocupação na conduta dos escolares. Em todas suas atitudes, os pedagogos elegeram a ordem, a racionalidade, a sujeição, a norma e os padrões a serem cumpridos para que os jovens fossem dignos da alcunha de alunos regulares, normais, produtivos, “bons”.

Ramos do Ó acrescenta a esse processo de intervenção racional o fato de que seu sumo objetivo voltou-se à inoculação de práticas de autogoverno. Nelas, o autor evidencia armar-se a série composta pelo cálculo, confissão e correção em suas palavras: “poder-saber-querer”.

O poder, quando se “dirige a homens livres, que se percebem como indivíduos autônomos” (ibid, p. 35), efetiva uma condução de condutas que dispensa a dominação, pois atua por meio da produção de identidades (quereres) construídas no interior dos discursos (saberes) que os identificam.

Retomemos nossa pesquisa. Nela, aparece a preocupação em constituir um nexos entre a necessidade de condução das populações, as intervenções sanitárias na cidade e a emergência da psicologia escolar. Esperamos que essa seqüência tenha alcançado coerência com a análise dos métodos da medicina social, na medida em que eles sustentaram a instalação dos princípios higienistas, sendo a higiene mental o estilhaço que atingiu a escola e, por conseqüência, permitiu a configuração do que passou a se chamar “aluno-problema”.

Esse sujeito, forjado pelo discurso psicopedagógico, permitiu que se empreendesse. A análise da escola como espaço propício para a promoção de normalidades. Os enunciados constantes dos laudos das clínicas de atendimento psicopedagógico foram considerados reminiscências do caráter regenerativo próprio do discurso sobre a alma do alunado. No entanto, tentou-se apontar que essa característica, na atualidade, recebeu uma forte contribuição das formas contemporâneas de anunciar verdades sobre o rendimento individual.

Desses saberes, sobrelevou-se na análise a perspectiva quantificadora e, ao mesmo tempo, individualizante das definições produzidas por psiquiatras, psicólogos, pedagogos e professores que tiveram, quase unanimemente, o cuidado com a auto-imagem, a auto-regulação e a auto-estima de seus avaliados.

Essa tríade foi o mote para que se pinçassem as fabulações teóricas a respeito da implicação da biotecnologia com as novas formas de vida possíveis com o advento da utopia da saúde perfeita, que multiplicaria a força do poder próprio ao tipo de vida engendrado nas malhas do controle.

7. Fontes

- Caso D.: Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2005
- Caso L.: Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2005a
- Caso Lu: Declaração Psiquiátrica, 2007
- Caso T.: Relatório de Avaliação Neuropsicológica 2005b
- Caso T.: Relatório ABD, 2005
- Caso Lo: Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2006
- Caso A.: Relatório Psicodiagnóstico, s/d
- Caso N.: Relatório de Clínica de Audiologia, 2006
- Caso B.: Relatório de Avaliação Neuropsicológica, 2008
- Caso J.: Relatório ABD, 2007
- Caso Rá: Relatório ABD, 2004
- Caso Rá: Relatório de Aulas Particulares, 2004
- Caso Rá: Relatório de Terapia Psicológica, 2004

8. Bibliografia Consultada

BAUTHENEY, Kátia Cristina Silva Forli. *Psicopedagogia: da ortopedia (psico) pedagógica a uma clínica do aprender*. São Paulo. Tese mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. *Transtorno do Déficit de Atenção/ Hiperatividade: um guia de orientação para profissionais*. São paulo. Casa do Psicólogo, 2000.

BEZERRA Jr, Benilton. *Subjetividade moderna e o tempo da psicanálise*. In.: “Freud 50 anos depois” Joel Birman (org.) Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1989.

LIMA, Rossano Cabral. *Somos todos desatentos ? :o TODA/H e a construção de bioidentidades*. Rios de Janeiro: Relume Dumará, 2005

CANGUILHEM, Georges. O que é psicologia? *Revue de Métaphysique et Morale*, nº1, 1958. Trad. Maria da Glória Ribeiro da Silva. *Revista Tempo Brasileiro* n.30-31, (Org. Carlos Henrique Escobar), 1973.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima. *O Cotidiano escolar patologizado: espaços de preconceitos e práticas cristalizadas*. Campinas, SP. Tese (livre docência) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1995.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acessado em 27/10/2008, 1994.

DSM IV. <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php?ltr=D>>. Acessado às 20hs e 41 min de 07 de Janeiro de 2008, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo. Edições Loyola. 14ª edição, 2006. 1ª edição: 1971.

_____. *Dois Ensaio sobre o Sujeito e o Poder*. Em Dreyfus H. Rabinow, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. *O Poder Psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

_____. *Seguridad, Território, Población: curso no College de France (1977-1978)*. Fondo de Cultura Econômica, 2006.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas: nau editora, Rio de Janeiro. Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de 21 a25 de Maio de 1973*.

_____. *Vigiar e Punir: Editora Vozes (1ª edição:1975)*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 26ª edição (1ª ed. 1936), 1995.

JAPIASSÚ, Hilton *A Psicologia dos psicólogos: Imago*. Rio de Janeiro, 1979.

LOURENÇO Filho, Manuel Bergström. *Introdução aos estudos da escola nova*. 1963 7ª edição, 1ª edição: 1929

MACHADO, Adriana Marcondes. *Reinventando a avaliação psicológica*. São Paulo. Tese doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1996.

MACHADO, Roberto; Loureiro, Ângela; Rogério Luz e Muricy, Kátia. *Da(n)ação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, <

http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nova>

acessado em 17/11/08 às 14 hs e 02 minutos, 1932.

MATE, Cecília Hanna. Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalidade da educação brasileira. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF:INEP, 2002.

MATTOS, Paulo. *No Mundo da Lua*: perguntas e respostas sobre o transtorno do déficit de atenção em crianças, adolescentes e adultos. São Paulo, Lemos Editorial, 2001.

Ó, Jorge Ramos do. O Governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX _ meados do XX), 2003.

PATTO, Maria Helena de Souza. A Produção do Fracasso Escolar, São Paulo: casa do psicólogo, 1999. 1ª edição: 1990.

PELBART, Peter Paul. “Biopolítica”. *Sala Preta*. n.7, p. 57 – 65, 2007.

RABINOW, Paul. Antropologia da Razão. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

RAMOS, Artur. A Criança Problema. A higiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1939.

ROHDE, Luís Augusto [et al.]. Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSE, Nikolas. “Inventando nossos eus”. In: SILVA, T.T (org). *Nunca fomos humanos*, p.137-178. . Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo e os frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____ Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República _ 2ª edição _ São Paulo: Companhia das Letras.

_____ A Revolta da Vacina, mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: editora Scipione, 1993.

SFEZ, L. A Saúde Perfeita, crítica de ma nova utopia. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, Ana Beatriz B. *Mentes Inquietas*: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas, Rio de Janeiro: Napades, 2003.

SILVA, Rosane Neves da & NARDI, Henrique Caetano. *A emergência de um saber psicológico e as políticas de individuação*. In: “Educação e Realidade”.. v.29 n. 1 p.187 – 250. Jan/jun. Porto alegre, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil_1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

WISSENBACH, M.C.C. Da escravidão à liberdade _ dimensões de uma privacidade possível in SEVCENKO Nicolau. (org.) História da Vida Privada no Brasil. Vol.III São Paulo, Cia das Letras, 1998.